

ISSN 1414-6304

Revista /
MÚLTIPLA

NÚMERO 40 – ANO XXI – JUNHO 2016

EDITOR

Bernardo Celso R. Gonzalez

CONSELHO EDITORIAL

Nacional

Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

Alcides Costa Vaz (UnB)

José Flávio Sombra Saraiva (UnB)

Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

Internacional

Bruno Ayllón Pino (Universidade Complutense de Madri)

Jens R Hentschke (Newcastle University)

Maria de Moserrat Llairó (Universidade de Buenos Aires)

Raquel de Caria Patrício (Universidade Técnica de Lisboa)

UPiS

Graduação • Pós-Graduação

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Benito Nino Bisio

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Andreza Rodrigues Filizzola Bentes

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XXI - vol. 30 - nº 40, junho de 2016

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

144 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Ruy Davi de Góis e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Inconfidência Printer

SUMÁRIO

5 Apresentação

ARTIGOS

11 Corte Interamericana de Direitos Humanos: A Efetividade pela Supervisão de Cumprimento das Sentenças

Anna Chrystina Porto

Eneida Orbage de Britto Taquary

41 Crises na Agroindústria Canavieira: Uma Abordagem da Organização Industrial

Gisele Esser Romani

Ester Fernanda da Silva

Alexandre Schlemper

Luiz Gilberto Birck

Rafael Mattiello

57 Rota dos Monumentos Históricos em Angra dos Reis: Atração de Turistas e Aumento da Taxa de Permanência a Caminho da Ilha Grande

Juliana Fernandes da Silva

81 As Categorias Espaço, Tempo e Território e a Construção Fenomenológica do Território Quilombola Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros

Sebastião Fontenele França

Eder de Souza Martins

117 O Marketing de Relacionamento como Ferramenta de Negócio do Profissional de Secretariado

Marcela Silva da Conceição

Elisângela Schastai D'Assumpção

COMUNICAÇÃO

137 Aspectos Clínicos e Patológicos do Nanismo Hipofisário em Cão

Helvécio Leal Santos Júnior

Jessica Vieira Andrade

Andria Noronha R. Mello

Ana Maria Souza Almeida

Fabiana Volkweis Sousa

143 Normas para colaboradores

SUMMARY

5 Foreword

ARTICLES

11 Inter-American Court of Human Rights: The Effectiveness by Judgments of Compliance Supervision

Anna Chrystina Porto

Eneida Orbage de Britto Taquary

41 Crisis in Sugarcane Industry: An Approach of the Industrial Organization

Gisele Esser Romani

Ester Fernanda da Silva

Alexandre Schlemper

Luiz Gilberto Birck

Rafael Mattiello

57 Historical Monuments in Angra dos Reis: The Attraction of Tourists and Increased Rate of Stay the Path of Ilha Grande

Juliana Fernandes da Silva

81 The Categories of Space, Time and Land and the Construction of the Phenomenological of Kalunga's Territory – the Black People Quilombola Area in the middle of Goiás north Micro Region

Sebastião Fontenele França

Eder de Souza Martins

117 The Relationship Marketing as a Tool for Professional Secretarial Business

Marcela Silva da Conceição

Elisângela Schastai D'Assumpção

COMMUNICATION

137 Clinical and Pathological Pituitary Dwarfism in Dog

Helvécio Leal Santos Júnior

Jessica Vieira Andrade

Andria Noronha R. Mello

Ana Maria Souza Almeida

Fabiana Volkweis Sousa

143 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

Prezados Leitores, nesses tempos de operação Lava Jato e de elementos citados em denúncias de corruptores e operadores de lavagem de dinheiro, via transações de troca de moeda nacional por moeda estrangeira e sua consequente retirada do país, vem – talvez por desespero – forçando alguns dos acusados a tentarem extrair de organismos internacionais o “perdão” para seus crimes, vê-se como altamente sugestiva a discussão levada a efeito pelas professoras Anna Chrystina Porto e Eneida Orbage de Britto Taquary, ambas do Departamento de Direito da UPIS, com o artigo intitulado “Corte Interamericana e Direitos Humanos: A Efetividade pela Supervisão de Cumprimento das Sentenças”. Essa importante reflexão pode ser encontrada no primeiro artigo desta edição da Revista Múltipla.

O segundo artigo, por sua vez, toca em um problema recorrente, que é o da dinamização (ou falta) do setor sucro-alcooleiro. Para pessoas que viram o Brasil reagir à crise do petróleo deflagrada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), na década de 1970, e que ostentou um instrumento estritamente nacional para minorar os seus efeitos – o álcool combustível – importante coadjuvante no auxílio ao controle das contas externas, fortemente afetadas pela significativa elevação dos preços do petróleo submetendo a balança comercial e a de transações correntes a um estresse, talvez nunca antes experimentado. O sucesso de então foi possível devido à existência do Proálcool, desenhado para torná-lo combustível para a frota de veículos, e que ajudou a mitigar os problemas orçamentários do País e das contas do balanço de pagamentos.

Quem viveu, viu o desenvolvimento propiciado pelo aumento na produção de álcool e pela distorção na matriz produtora de energia. É sabido que os produtores de derivados de cana-de-açúcar direcionam sua produção para o produto mais rentável no momento – álcool ou açúcar – e assim deu-se o seu apogeu e queda. No ocaso do Proálcool – programa estimulador da produção – este editor, então proprietário de um veículo a álcool, apresentou, quando de sua mudança de Maringá (PR) para Brasília, severa dificuldade e estresse para concluir os quase 1.200 quilômetros de sua viagem, que contou com peregrinação posto a posto para verificar se havia disponibilidade de álcool e, graças às forças Divinas, a viagem foi concluída.

Esse quadro, traçado brevemente, deixou o país prostrado em seu insucesso, e o ambiente de estagflação, que viria logo após, deixou o setor sucroalcooleiro atolado em dívidas, cujo retorno a uma situação de vigor só viria com o advento dos veículos “flex” que utilizam, indistintamente, álcool – agora denominado etanol

– ou gasolina. Essa nova tecnologia, aliada ao crescimento vigoroso da economia internacional, que vigorou por longo espaço de tempo, até a crise denominada *sub prime*, iniciada nos Estados Unidos em 2007, voltou a exibir números portentosos, cuja exuberância não resistiu à intervenção do governo e à falta de uma política racional voltada ao setor.

Vimos, então, o motivo que perpassou a atuação do setor sucroalcooleiro e as suas crises, segundo o artigo “Crises na Agroindústria Canavieira: Uma Abordagem da Organização Industrial”, que mostra algumas das mazelas do setor.

Na sequência, encontramos a “Rota dos Monumentos Históricos em Angra dos Reis: Atração de Turistas e Aumento da Taxa de Permanência a Caminho da Ilha Grande”, em que se lança mão, em algum sentido, de uma das definições de Estado, que seria: comunidade humana fixada num território e que, dentro das suas fronteiras, institui uma forma de organização do poder político soberano com o fim de garantir a segurança, a justiça e o bem-estar econômico e social, temos aqui, portanto, alguns elementos para análise – comunidade fixada em um território. Isso só se torna possível se há geração de renda ou renda provida pelo Estado em seu papel de agente regulador das relações sociais. Assim, sistematizar e concentrar os elementos de atração turística propiciam ganhos de escala ao turista e pode motivá-lo a conhecer os lugares que apresentam uma estrutura mais sólida e mais atrativa. A atração do turista, por sua vez, melhora a renda dos trabalhadores e, com isso, passa a haver maior segurança (assaltos, furtos e violência afugentam o turista) e, assim, a vida ficaria mais difícil para os fornecedores do “negócio” e, conseqüentemente, a vida pioraria.

Ademais, considera-se também como papel do Estado o planejamento e a definição das vocações sociais das diferentes localizações geográficas, com o intuito de criar alternativas de retenção das populações em seu habitat natural e, praticamente, não há muitas alternativas melhores do que o turismo que, em parte do seu arsenal, ostenta atividades 24 horas por dia, ou quase, absorvendo, relativamente, grande quantidade de pessoal, por ser um setor trabalho-intensivo. Além disso, oferecer a oportunidade de visitar lugares que agradam aos olhos, ou de receber informações sobre como as pessoas do lugar viviam etc. são pontos que agradam a qualquer pessoa minimamente sensível. Assim, convido-os a descobrir os dois projetos-piloto de rotas de atração que estariam à disposição dos consumidores de serviços de turismo.

No mesmo diapasão, encontra-se o artigo “As Categorias Espaço, Tempo e Território e a Construção Fenomenológica do Território Quilombola Kalunga na Microrregião Chapada dos Veadeiros”. O artigo trata da situação de penúria em que

o negro ficou ao perder sua condição de escravo. Se, por um lado, a vida era dura, levando-os muitas vezes a fugir, como forma de evitar os maus tratos, por outro, eles tinham o que fazer durante os duros dias de sua condição e, ao ficarem livres, ficam ociosos e juntam-se a outros buscando um espaço que seria só seu, com o livre arbítrio de utilizar seu tempo de forma a fazer o que sentia vontade, ou seja, consolidam um tempo para si, o espaço para sua família e o território, para viver em comunidade, no que ficou conhecido como quilombos.

O artigo sobre o marketing de relacionamento nos informa que ele surgiu como resposta ao crescimento econômico e à acirrada competitividade organizacional no seio da sociedade e que, atualmente, instituições de todos os setores da economia o utilizam como instrumento de alcance de clientes em potencial e de busca por fidelização dos clientes conquistados. Nesse escopo, o profissional de secretariado executivo, com iniciativa, independente, e com visão de negócio ampliada, passa a agir de modo a aproveitar as estratégias oferecidas para tornar sua cadeia de negócios mais efetiva e duradoura, além de firmar vínculo mais estreito no relacionamento com o cliente final de sua organização. O profissional de secretariado executivo busca o aprendizado de novas metodologias e aplicações que surgem no mercado, com o intuito de aperfeiçoar seus métodos de trabalho, levando em conta, sobretudo, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). E, com relação ao mercado de trabalho, percebe-se, claramente, que a tecnologia facilita o processo de oferta de serviços entre profissionais, entre profissionais e empresas e entre profissionais e instituições em geral. Assim, por meio desse estudo, busca-se conhecer as estratégias dessa categoria de marketing que podem ser utilizadas na gestão das empresas e pelos profissionais da área como ferramenta de negociação, inserindo o profissional qualificado mais como um executivo do que como secretário.

Por último, temos uma comunicação dirigida, principalmente, aos especialistas da área, na qual um cão da raça pastor alemão, anão e doente, é acompanhado por professores e alguns alunos, que levantam seu estado físico e, quando morto, fazem sua necropsia e descrevem a realidade encontrada.

No mais, desejo a vocês, leitores, que, com a leitura, possam aumentar o conhecimento próprio e usufruam dos textos aqui trazidos ao público. Boa leitura!

O Editor

ARTIGOS

Anna Chrystina Porto

Coordenadora do Curso de Direito da UPIS - União Pioneira de Integração Social. Especialista em Direito Civil. Professora de Direito Civil

Eneida Orbage de Brito Taquary

Professora Mestre em Direito e Mestre em Direito Internacional. Doutoranda em Direito e Políticas Públicas. Professora de Direito Penal. Coordenadora de Trabalho de Conclusão do Curso de Direito da UPIS - União Pioneira de Integração Social.

Corte Interamericana de Direitos Humanos: A Efetividade pela Supervisão de Cumprimento das Sentenças

Inter-American Court of Human Rights: The Effectiveness by Judgments of Compliance Supervision

Resumo

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é o órgão jurisdicional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Apura a responsabilidade internacional do Estado, no sistema, quando verifica que houve violação da Convenção Americana de Direitos Humanos. Essas violações são reparadas pelos Estados por meio de imputação do dever de reparação insertos na sentença, da qual não cabe recurso. As reparações decorrem de indenizações compensatórias ou punitivas. A Corte monitora essas reparações por intermédio da supervisão de cumprimento das sentenças, que não estão sendo cumpridas na totalidade quando se referem ao dever de investigar, processar e punir atos violadores praticados por agentes estatais.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Dever de reparação; Efetividade.

Abstract

The Inter-American Court of Human Rights is the judicial body of the inter-American system of Rights Human. Refines the international responsibility of the State, the system checks when a violation of the American Convention on Human Rights. These violations are fixed by states through imputation of inserts repair duty in the sentence, which can not be appealed. Repairs result of compensatory or punitive damages. The Court monitors these repairs through the supervision of compliance with the judgments, which are not being fulfilled in full when referring to seeing to investigate, prosecute and punish violators acts committed by state agents.

Keywords: Inter-American Court of Human Rights; Inter-American Human Rights System; Repair Duty; Effectiveness.

1. Introdução

Após a primeira Guerra Mundial, com a mudança de paradigma na condução da Política Internacional, as Conferências passaram a discutir outras agendas da política internacional como os direitos humanos.

Na América, essa discussão girava em torno da criação de um sistema que quebrasse a hegemonia norte-americana e que se voltasse ao fortalecimento dos Estados, objeto do Congresso do Panamá, em 1826. Essas discussões tratavam de conformar interesses colidentes, a proteção de direitos humanos e a política de não intervenção e igualdade soberana. O interesse era não melindrar os Estados Unidos e desenvolver política de não intervenção e criando um sistema americano fortalecido¹.

Em 1889, com a criação da União Pan-Americana, muitas Convenções foram celebradas, sem o efeito de criar um sistema americano fortalecido, objetivando a promoção e garantia dos direitos humanos, o que somente viria a acontecer após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do sistema universal, centrado na ONU², visando à paz mundial, à segurança global e à proteção dos direitos humanos.

Nas Américas, a proteção de direitos humanos foi objeto da Conferência Interamericana para os Problemas da Guerra e da Paz, adotando-se uma Resolução sobre a Proteção dos Direitos Humanos, que atribuía ao Comitê Jurídico Interamericano a função de redigir uma Convenção sobre Direitos e Deveres Universais do Homem, que, após muitas negociações deu origem à Carta da OEA, estabelecendo-a e consolidando não intervenção nos assuntos domésticos dos Estados signatários³.

A complementação da Carta Política foi realizada com a Carta de Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, que não compõem a OEA, o que demonstrou a fragilidade do sistema criado e que somente doze anos depois criou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁴, por questões políticas e não voltadas à proteção de direitos humanos na região. Temia-se a influência do comunismo na região, por interferência de Cuba.

¹ GOLDMAN, Robert K. **History and action: The Inter-American Human Rights System and the role of the Inter-American Commission on Human Rights. Human Rights Quarterly.** v. 31, n. 4, 2009. pp. 856-887.

² Instituída pela Carta de São Francisco de 1948 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também de 1948.

³ GOLDMAN, Robert K. **History and action: The Inter-American Human Rights System and the role of the Inter-American Commission on Human Rights. Human Rights Quarterly.** v. 31, n. 4, 2009. pp. 856-887.

⁴ Criada pela Resolução VIII, de 1959.

O efeito da Guerra fria no continente americano foi frutífero porque novas investidas na criação de um sistema de proteção aos direitos humanos foram levadas a efeito com a Declaração de Santiago, de 1960. Essa, além de proclamar que as violações de direitos ameaçavam a segurança e a estabilidade na região, aprovou por resolução a criação de uma corte, uma comissão e outros mecanismos de proteção aos direitos humanos⁵.

Até então, a Comissão era um órgão consultivo, mas sem muitos recursos financeiros e sem atribuições relevantes, sendo questionado em vários momentos acerca de seus verdadeiros propósitos. No período de 1960, data de sua criação, até 1967, quando adquiriu maior competência, pelo Protocolo de Buenos Aires, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH tinha um papel insignificante no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, e que somente modificou-se com a própria modificação da Carta da OEA⁶.

A Comissão surgiu antes da Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH. Essa última levou cerca de 20 anos para ser submetida ao Conselho da OEA, apresentada pelo Comitê Interamericano de Juristas (1945-1965), o que não obistou que, em 1967, uma nova modificação fosse feita pelo Conselho da OEA, apresentada na Conferência Especial sobre Direitos Humanos⁷.

Surpreendida pela adesão de vários países latino-americanos aos Pactos de Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, o Conselho da OEA submeteu a CADH, em 1969, à ratificação pelos Estados-parte, quando foi aprovada.

2. Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos conformou-se juridicamente na Convenção Americana, aprovada na Conferência Especial Interamericana sobre Direitos Humanos, realizada de 7 a 22 de novembro de 1969, em San José da Costa Rica, daí conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

⁵ GOLDMAN, Robert K. **History and action: The Inter-American Human Rights System and the role of the Inter-American Commission on Human Rights.** *Human Rights Quarterly.* v. 31, n. 4, 2009. pp. 856-887.

⁶ GOLDMAN, Robert K. **History and action: The Inter-American Human Rights System and the role of the Inter-American Commission on Human Rights.** *Human Rights Quarterly.* v. 31, n. 4, 2009. pp. 856-887.

⁷ *Ibidem.*

Entrou em vigor em 18 de julho de 1987, quando alcançou o número mínimo de 11 ratificações⁸, conforme o artigo 74.2 da Convenção e cujo registro na Organização das Nações Unidas, deu-se em 27 de agosto de 1979, sob o nº 17.955.

Não assinaram e não ratificaram a Convenção, não aceitando a competência da Corte, Antígua e Barbuda; Bahamas; Belize; Canadá; Estados Unidos (assinou a Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH, em 6 de janeiro de 1977, mas não aceitou a jurisdição da Corte); Guiana; Saint Kitts e Nevis; Santa Lúcia; São Vicente e Granadinas.

Todos os demais países americanos ratificaram a Convenção, aceitando a competência da Corte⁹, inclusive o Brasil, que somente a ratificou em 6 de novembro

⁸ CADH. Art. 74 “[...] 2. A ratificação dessa Convenção ou a adesão a ela efetuar-se-á mediante depósito de um instrumento de ratificação ou de adesão na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Essa Convenção entrará em vigor logo que onze Estados houverem depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação ou de adesão. “Com referência a qualquer outro Estado que a ratificar ou que a ela aderir ulteriormente, a Convenção entrará em vigor na data do depósito do seu instrumento de ratificação ou de adesão.” Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Spanish/Basicos2.htm>>. Acesso em: 11.10.2016.

⁹ Ratificaram a Convenção aceitando a competência da Corte e da Comissão: Argentina, que assinou em 2 de fevereiro de 1984. Ratificou em 14 de agosto de 1984, depositando o instrumento em 5 de setembro de 1984 e aceitando a competência da Corte em 5 de setembro de 1984 e da Comissão no dia 8 de setembro do mesmo ano. Barbados assinou em 20 de junho de 1978. Ratificou em 5 de novembro de 1981, depositando o instrumento em 27 de novembro de 1982 e aceitando a competência da Corte em abril de 2000 e não ratificou ainda a competência da Comissão; Bolívia ratificou em 20 de junho de 1979, depositando o instrumento em 19 de julho de 1979 e aceitando a competência da Corte em 27 de julho de 1993 e não ratificou ainda a competência da Comissão; Chile assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 10 de agosto de 1990, depositando o instrumento em 21 de agosto de 1990 e aceitando a competência da Corte e da Comissão em 21 de agosto de 1990; Colômbia ratificou em 22 de novembro de 1969, depositando o instrumento em 28 de maio de 1973 e aceitando a competência da Corte e da Comissão em 31 de julho de 1973; Costa Rica assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 2 de março de 1970, depositando o instrumento em 8 de abril de 1970 e aceitando a competência da Corte e da Comissão em 2 de julho de 1980; Dominica ratificou em 3 de junho de 1993, depositando o instrumento em 11 de junho de 1993, não aceitando a competência da Corte e da Comissão; El Salvador assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 20 de junho de 1978, depositando o instrumento em 23 de junho de 1978 e aceitando a competência da Corte em 6 de junho de 1995, não tendo aceitado a competência da Comissão; Equador assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 8 de dezembro de 1977, depositando o instrumento em 28 de dezembro de 1977 e aceitando a competência da Corte em 24 de julho de 1984 e da Comissão em 13 de agosto de 1984; Granada assinou em 14 de julho de 1978 e o ratificou na mesma data. Depositou o instrumento em 18 de julho de 1978 e não aceitando a competência da Corte em 24 de julho de 1984 e da Comissão em 13 de agosto de 1984; Guatemala assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 27 de abril de 1978, depositando o instrumento em 25 de maio de 1978 e aceitando a competência da Corte em 9 de março de 1987, não tendo aceitado a competência da Comissão; Haiti ratificou em 14 de setembro de 1977, depositando o instrumento em 27 de setembro de 1977, e aceitando a competência da Corte em 20 de março de 1998, não tendo aceitado a competência da Comissão; Honduras assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 5 de setembro de 1977, depositando o instrumento em 8 de setembro de 1977 e aceitando a competência da Corte em 9 de setembro de 1981, não tendo aceitado a competência da Comissão; Jamaica assinou em 16 de setembro de 1977. Ratificou em 7 de agosto de

de 1992, por intermédio do Decreto nº 678/92, que foi aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 27, datado de 26 de maio de 1992 (DO de 28.5.1992), reafirmando em seu preâmbulo as suas fontes: a Carta da Organização dos Estados Americanos; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰.

Também constituem base de sustentação do Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, além da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, a Carta Interamericana de Garantias Sociais, ambas de 1948 e anteriores à Declaração Universal de Direitos do Homem¹¹.

1978, depositando o instrumento em 19 de julho de 1978 e aceitando a competência da Comissão em 7 de agosto de 1978, não tendo aceitado a competência da Corte; México ratificou em 2 de março de 1981, depositando o instrumento em 24 de março de 1981 e aceitando a competência da Corte em 16 de dezembro de 1998, não tendo aceitado a competência da Comissão; Nicarágua assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 25 de setembro de 1979, depositando o instrumento em 25 de setembro de 1979 e aceitando a competência da Corte em 12 de fevereiro de 1991, tendo aceitado a competência da Comissão em 6 de fevereiro de 2006; Panamá assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 8 de maio de 1978, depositando o instrumento em 22 de junho de 1978 e aceitando a competência da Corte em 9 de maio de 1990, não tendo aceitado a competência da Comissão; Paraguai assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 18 de agosto de 1989, depositando o instrumento em 24 de agosto de 1989 e aceitando a competência da Corte em 26 de março de 1993, não tendo aceitado a competência da Comissão; Peru assinou em 27 de julho de 1977. Ratificou em 12 de julho de 1978, depositando o instrumento em 28 de agosto de 1978 e aceitando a competência da Corte e Comissão em 21 de janeiro de 1981; República Dominicana assinou em 7 de setembro de 1977. Ratificou em 21 de janeiro de 1978, depositando o instrumento em 19 de abril de 1978 e aceitando a competência da Corte em 25 de março de 1999, não tendo aceitado a competência da Comissão; Suriname ratificou em 12 de novembro de 1987, depositando o instrumento e aceitando a competência da Corte na mesma data; Trindade e Tobago ratificou em 3 de abril de 1991, depositando o instrumento e aceitando a competência da Corte em 28 de maio de 1991, não tendo aceitado a competência da Comissão; Uruguai assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 26 de março de 1985, depositando o instrumento em 19 de abril de 1985 e aceitando a competência da Corte e da Comissão na mesma data e a Venezuela que assinou em 22 de novembro de 1969. Ratificou em 23 de junho de 1977, depositando o instrumento em 9 de agosto de 1977 e aceitando a competência da Corte em 24 de abril de 1981 e a competência da Comissão em 9 de agosto de 1977. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm>. Acesso em: 10.10.2015.

¹⁰ CIDH. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm>. Acesso em: 10.10.2016.

¹¹ HANASHIRO, Olaya Silvia Machado Portella. **O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos**. São Paulo: EDUSP (editora da Universidade de São Paulo), 2001, pp. 25-29. Segundo a autora, três fases identificam a criação do sistema interamericano: 1) Primeira Fase (entre 1826 e 1889): inicia-se com o Congresso do Panamá, ocasião em que foi aprovado, por unanimidade, o Tratado de União Perpétua, Liga e Confederação, dos quais faziam parte a Grande Colômbia (formada por Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá), México, América Central e Peru. O texto do instrumento estabelecia, entre outras disposições, sobre a criação de uma confederação dos Estados americanos para a consolidação da paz e da defesa solidária dos direitos desses países, entretanto, foi ratificado apenas pela Grande Colômbia, motivo pelo qual jamais entrou em vigor; 2) Segunda Fase (entre 1889 e 1945): tem início com uma série de Conferências de Ministros das Relações Exteriores, sendo que essas eram realizadas a cada quatro anos em diferentes capitais do continente. Durante os anos de 1889-1890, por ocasião da 1ª Conferência Internacional das Américas, realizada na cidade de Washington, Estados Unidos, foi criada a União In-

A Declaração Americana, decorrente da IX Conferência Internacional Americana de Bogotá – 1948, em seu intróito, reconhece que “as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade principalmente a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e materialmente e alcançar a felicidade¹²”. A Declaração foi precursora da ideia de que os direitos são inerentes a todos os seres humanos e não são os Estados que os outorgam aos indivíduos.

A Carta Interamericana de Garantias Sociais tem por objetivo declarar os princípios fundamentais que devem amparar os trabalhadores de toda a classe e constituir um mínimo de direito que eles devem gozar nos Estados Americanos sem prejuízo da ampliação dos direitos e reconhecimento de outros mais favoráveis pelos governos¹³.

A CADH ampliou os direitos previstos, agregando-os aos Pactos de Direitos complementares da Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH, e modificou a estrutura, ampliando as competências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que passou a órgão quase judicial, porque analisa e submete à Corte os casos de responsabilização dos Estados por violações dos direitos da CADH. A Comissão em síntese é a que reconhece a violação da CADH e submete o Estado violador para que seja estabelecida a demanda a ser julgada pela Corte. Ao lado da Comissão, foi criada a Corte Interamericana de Direitos Humanos – CtDH, órgão jurisdicional do sistema, que demorou quase uma década para começar a

ternacional das Repúblicas Americanas (bem como o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas), que viria a se tornar, em 1910, na União Pan-Americana, precursora da atual Organização dos Estados Americanos (OEA). (Frise-se que, muito embora a União Pan-Americana seja corriqueiramente analisada como precursora da atual OEA, é de extrema valia salientar a distinção entre o pan-americanismo e a integração interamericana, que não devem ser diferenciados apenas em razão de caráter temporal, mas principalmente quanto aos seus objetivos, já que o pan-americanismo foi determinado pelos interesses dos Estados Unidos, ao passo que a OEA representa a forma institucionalizada do pan-americanismo no período pós Segunda Guerra Mundial, e tem seu foco central no comprometimento com os objetivos comuns e no respeito mútuo da soberania dos países membros, além de propugnar pela promoção dos direitos humanos, pela expansão da democracia, pelo aumento da paz e da segurança na região, em conjunto com a melhoria na aplicação das leis e com o fortalecimento da economia regional); 3) Terceira Fase (de 1945 em diante): tem início com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e marca o ponto de partida para o processo de institucionalização jurídica do sistema tal como é conhecido na atualidade. Nessa terceira fase, em razão da IX Conferência Internacional Americana (v. nota 7), a União Pan-americana transformou-se em uma nova organização regional, a atual Organização dos Estados Americanos (OEA), ao adotar a Carta da Organização dos Estados Americanos e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

¹² CADH. **CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acesso em: 10.10.2016.

¹³ ALTER, Karen. *International Courts in International Politics: Four Judicial Roles and Their Implications for State-IC relations*. 2005. pp. 14-20.

funcionar. Ambos previstos na parte II, com a denominação jurídica de Meios de Proteção, isto é, o acesso à tutela dos direitos¹⁴.

O SIDH, apesar de ter sido constituído com fundamento político, na atualidade, tem se afirmado um sistema regional sedimentado na promoção e garantia dos direitos humanos, apesar dos poucos recursos que recebe da OEA, em torno de apenas 2%, enquanto a CIDH recebe o dobro do percentual para suas atividades. Esse fato denota uma diferenciação de tratamento da Comissão e da CtDH por parte da OEA e tem definido ainda o financiamento das atividades por países nórdicos, fundações públicas e privadas e União Europeia¹⁵.

Observa-se que a CtDH e a CIDH foram criadas no período da denominada Guerra Fria e ainda marcadas na região americana por ditaduras militares, guerras civis e campanhas antiterroristas.

Esse quadro de violações de direitos humanos foi superado pouco a pouco, mas ainda persistem fatores que vêm contribuindo para o descrédito das Instituições judiciais nacionais e internacionais, como a ausência de Estado de direito, altos níveis de corrupção e a impunidade, bem como dilemas relacionados com a fragmentação institucional e separação de poderes.

Entre os casos contenciosos que são apreciados pela CtDH, estão a violação do devido processo legal, sendo seguido pelo desaparecimento forçado de pessoas e violações à vida, integridade corporal e saúde e outros atributos pessoais, decorrentes do direito à personalidade.

Por outro lado, as sentenças da CtDH são marcadas pela imputação da responsabilidade estatal em adotar as seguintes medidas: investigar e punir militares; impor medidas reparadoras holísticas em casos de massacres; pagamento de uma compensação financeira; formação de agentes estatais; campanhas de divulgação e sensibilização; prestação de assistência psicológica ou tratamento médico das vítimas e ainda a integração com a legislação nacional dos países que ratificaram a jurisdição da Corte.

Essa responsabilidade internacional imputada ao Estado tem fundamento no artigo 68 (1) da Convenção Americana, que estabelece: “os Estados Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes”. Por isso, espera-se que os Estados assegurem a

¹⁴ ALTER, Karen. *International Courts in International Politics: Four Judicial Roles and Their Implications for State-IC relations*. 2005. pp. 14-20.

¹⁵ No de 2014, as contribuições foram 70% da Noruega, 25% da Dinamarca e 5% da Colômbia. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/ia2014/portugues/files/assets/common/downloads/page0088.pdf>>. Acesso em: 11.10. 2016.

implementação, no âmbito da jurisdição nacional, das decisões da CtDH, por meio de agências e órgãos estatais, em conformidade com o princípio da *pacta sunt servanda*, bem como o princípio de garantia de eficácia das obrigações de direitos humanos (*effet utile*). Além disso, o artigo 65 da Convenção Americana estabelece que a Corte deva informar a OEA os casos de não conformidade.

Para cada sessão ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, a Corte submeterá a sua consideração um relatório sobre seu trabalho no ano anterior. Especificarão, em particular, os casos em que um Estado não tenha dado cumprimento a suas sentenças e as recomendações pertinentes. O não cumprimento de uma ordem da Corte constituiria uma violação adicional da Convenção Americana, porque ela não é um tribunal internacional e tampouco um órgão de conciliação que busca persuadir os países a implementar as suas decisões. Não se pode aceitar de forma pragmática a aplicação parcial das suas ordens. Pelo contrário, é essencial manter uma abordagem baseada no princípio do respeito, porque o sistema de proteção existe, a fim de salvaguardar os interesses das vítimas.

No entanto, na prática, a OEA geralmente não persegue mecanismos coercitivos para impor sentenças da Corte. Embora essa envie relatórios de não conformidade à Assembleia Geral da OEA, há pouca discussão porque os estados estão relutantes em ter suas próprias situações de direitos humanos trazidas à luz. Em suma, não há sanções internacionais reais em caso de não cumprimento com a Corte. Isso é ainda mais complicado pelo fato de que muitos Estados não têm um mecanismo permanente nacional para a execução de ordens pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Como a CtDH toma decisões que visam a apoiar a construção do Estado, a democracia, a justiça de transição e o empoderamento dos indivíduos e dos grupos vulneráveis, corre-se o risco de colidir com estruturas de poder existentes. Isso complica o cumprimento, em especial quando a ordem apela para a acusação de atores ligados às instituições militares ou de segurança.

Um estudo confirmou que a maioria das medidas ordenadas pela Corte foram orientadas pelas vítimas, e que houve, em 61% dos casos, apenas a reparação simbólica de danos econômicos, monetários ou não monetários, ou a restituição de direitos, em oposição a apenas 15% de casos de imposições de obrigação de o Estado adotar a investigação e a sanção de perpetradores de direitos humanos. Com exceção do México, que cumpriu 67% das ordens de investigar e punir, os demais países não cumpriram essa obrigação em mais de 50%.

3. A Supervisão de Cumprimento de Sentenças na Corte Interamericana de Direitos Humanos

No site oficial da Corte IDH, constam 415 casos de supervisão de cumprimento, sendo que, no ano de 2015, a supervisão foi realizada na modalidade de resolução; realização de audiências, bem como na modalidade de supervisão diária por meio de notas de sua Secretaria, por intermédio de uma Unidade de Supervisão de Cumprimento de Sentenças, que passou a realizar o acompanhamento dos níveis de cumprimento, por parte dos Estados, trabalho que anteriormente era realizado pelas “diferentes equipes de trabalho da área jurídica da Secretaria da Corte, as mesmas que também se encarregavam de trabalhar nos casos contenciosos pendentes de Sentença, no acompanhamento das medidas provisórias e em pareceres consultivos”¹⁶.

Observa-se que, apesar dos 405 casos de SCs, no ano de 2015, a Corte IDH realizou oito audiências, supervisionando quatorze casos, com o fim de obter informações sobre o cumprimento das medidas de reparação ordenadas e de escutar as observações dos representantes das vítimas e da Comissão Interamericana¹⁷. Note-se que muitos dos casos já foram arquivados por cumprimento total da sentença; outros ainda possuem prazo para o cumprimento e outros já foram incluídos naqueles em que o Estado não cumprirá, apesar de notificado, como é o caso da Venezuela e Equador¹⁸.

Entre as audiências realizadas pela Corte IDH, seis foram de supervisão em casos individuais, sendo apenas uma delas pública e as demais privadas, bem como audiências de supervisão em casos coletivos¹⁹, em que supervisionou em grupo sentenças, que possuíam identidades, ou de partes ou de reparação²⁰. Quanto às audiências de supervisão fora da sede do Tribunal, no território dos Estados responsáveis, foram realizadas em Honduras e Panamá.

¹⁶ CORTE IDH. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/informe2015/portugues.pdf>>. Acesso em: 10.3.2016.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ CORTE IDH. **Caso Benavides Cevallos vs. Ecuador y Apitz Barbera y otros vs. Venezuela**. Nesses casos, foi aplicado o art. 65 da Convenção Americana. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/informe2015/portugues.pdf>>. Acesso em: 10.3.2016.

¹⁹ Audiências para supervisionar de forma conjunta vários casos contra um mesmo Estado: nas quais se supervisiona o cumprimento de uma ou de várias reparações ordenadas em sentenças de vários casos contra um mesmo Estado, quando, nessas sentenças, tenham sido ordenadas reparações iguais ou similares.

²⁰ São seis formas de reparação: restituição, reabilitação, satisfação, garantias de não repetição, obrigação de investigar, julgar e, se for o caso, sancionar, e indenizações e reembolso de custas e gastos.

As audiências de supervisão de cumprimento, em casos individuais ou coletivos ou fora da sede do tribunal, representam um avanço no controle da implementação das decisões da Corte IDH, porque, até 2007, esse controle era efetuado apenas por meio de relatórios escritos e que eram enviados pelos Estados condenados por ato ilícito correspondente à violação dos direitos previstos na CADH.

As primeiras audiências foram privadas, contavam com o máximo de três juízes; a participação do Estado a quem se imputa a responsabilidade internacional; a Comissão Interamericana e os representantes das vítimas que apresentavam argumentos orais. Somente em 2009, com o caso *de las Comunidades Indígenas Yakye Axa, Sawhoymaxa y Xákmok Kásek vs. Paraguai*²¹, as audiências passaram a compor o procedimento da CtDH, públicas ou privadas, ainda de forma oficiosa, mas foram adotadas pelos Estados e pelas partes.

Oficialmente, com a mudança do Regulamento²², em 2010, a Corte IDH passou a admitir as audiências para Supervisão de Cumprimento de Sentenças – SCs, mas agora como norma regulamentar, fato que foi objeto de elogio pela Assembleia Geral da OEA, que reconheceu a importante e construtiva prática iniciada pela CtDH, ao resolver “[...] *reafirmar la importancia de: [...] d) La celebración de audiencias de supervisión del cumplimiento de sentencias, por ser uno de los mecanismos más efectivos desarrollados para avanzar en el cumplimiento de las mismas*”²³.

As audiências de SCs podem ser relativas a casos isolados ou coletivos, consoante o art. 30 que estabelece que a CtDH acumulará duas ou mais sentenças prolatadas contra um mesmo Estado “[...] se considerar que as ordens proferidas em cada sentença guardam estreita relação entre si. Em tais circunstâncias, as vítimas desses casos ou seus representantes deverão designar um interveniente comum, conforme exposto no artigo 25 desse Regulamento²⁴”, e não havendo consenso

²¹ CORTE IDH. **Casos de las Comunidades Indígenas Yakye Axa, Sawhoymaxa y Xákmok Kásek Vs. Paraguay. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 24 junio de 2015.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es>. Acesso em: 10.10.2015

²² CORTE IDH. **Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001).** Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.10.2015.

²³ OEA. **Assembleia Geral. Resolução AG/doc. 4958/09.** Disponível em: <www.oas.org/council/pr/AG/AG39ordinario.asp>. Acesso em: 10.10.2015.

²⁴ CORTE IDH. **Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001).** Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.3.2016.

“[...] a Corte ou sua Presidência poderá, se o considerar pertinente, outorgar um prazo às partes para a designação de um máximo de três representantes que atuem como intervenientes comuns [...]”²⁵.”

As audiências têm repercutido positivamente no cenário internacional e afigura-se como um mecanismo de persuasão para o cumprimento integral da sentença da CtDH e, conseqüentemente, para a reparação integral dos danos causados às vítimas.

4. As Formas de Reparação: Alguns Casos Emblemáticos de Cumprimento de Sentença

Em 2012, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu dezesseis resoluções de monitoramento do cumprimento das decisões. O tempo médio de emissão da ordem de cumprimento, a partir da data da violação real, foi de 20,9 anos, e o tempo médio desde a decisão sobre o mérito foi de 6,5 anos, indicando atrasos na obtenção de prestação de contas²⁶.

As resoluções de 2012 ressaltam dilemas relativos à investigação e punição dos militares. As ordens de cumprimento confirmam que a região continua a lutar com a garantia de eficiência, independência, imparcialidade do poder judicial, em particular em relação aos militares e ao estabelecimento das Democracias.

As ordens de exortação determinando aos Estados o dever de investigar e julgar os militares ou policiais responsáveis pela tortura, desaparecimento forçado ou a violação do direito à vida tendem a abordar acontecimentos que tiveram lugar uma ou duas décadas antes, um fato que sinaliza forte probabilidade de dificuldade em conseguir a implementação.

A transição democrática dentro América Latina foi marcada por pactos de elite formais ou informais que limitavam a possibilidade dos judiciários nacionais para buscar a responsabilização dos atores militares e de segurança.

²⁵ CORTE IDH. **Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001). Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009)**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.3.2016.

²⁶ BAILLIET, Cecilia M. **Measuring Compliance with the InterAmerican Court of Human Rights: The Ongoing Challenge of Judicial Independence in Latin America**. NJHR 31:4 (2013), 477–495. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/njhr-2013-4-02_bailliet.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.

O caso de *Caballero Delgado e Santana vs. Colômbia*²⁷ retrata essa realidade. O cumprimento da sentença envolveu a detenção e o desaparecimento forçado de dois ativistas da União/Comunidade pelo Exército colombiano, resultando em violações dos direitos à vida e liberdade pessoal²⁸.

O tribunal indicou que o Estado não cumpriu a sua obrigação de investigar e punir os responsáveis pelo desaparecimento e suposta morte das vítimas, em conformidade com a decisão emitida em 1995.

No período em que as vítimas foram retiradas da esfera de proteção legal e executadas, o Estado Colombiano era marcado pela irresponsabilidade completa do seu pessoal militar e de segurança que praticavam graves violações dos direitos humanos²⁹.

Da mesma forma, o caso de *Juan Humberto Sanchez vs. Honduras*³⁰ envolveu o sequestro, tortura e execução de um homem que se acredita estar relacionada com a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador* (FMLN) pelo

²⁷ CORTE IDH. **Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia. Excepciones Preliminares. Sentencia de 21 de enero de 1994. Serie C No. 17.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “*Los hechos del presente caso se produjeron en el Municipio de San Alberto, departamente del Cesar en 1989. En dicha época la región era una zona de intensa actividad del Ejército, paramilitares y guerrilleros. El 7 de febrero de 1989 cuando Isidro Caballero Delgado y María del Carmen Santana, miembros del Movimiento 19 de Abril, fueron detenidos por miembros del Ejército y por varios civiles que trabajaban con ellos. Los familiares de Isidro Caballero Delgado y María del Carmen Santana iniciaron su búsqueda en diversas instalaciones militares. Sin embargo, las autoridades a cargo de dichos centros negaron hubieran sido aprehendidos. Asimismo, se entablaron acciones judiciales y administrativas para ubicar el paradero de los desaparecidos y sancionar a los responsables directos. Sin embargo, ninguna de estas acciones obtuvo un resultado positivo*”.

²⁸ BASCH, Fernando; FILIPPINI, Leonardo; MARIANO, Ana Laya; ROSSI, Nino Felicitas; SCHREIBER, Bárbara. **The Effectiveness Of The Inter-American System Of Human Rights Protection: A Quantitative Approach To Its Functioning And Compliance With Its Decisions.** SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan. 2004 – São Paulo, 2004. pp. 9-32.

²⁹ CORTE IDH. **Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia. Excepciones Preliminares. Sentencia de 21 de enero de 1994. Serie C No. 17.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016

³⁰ CORTE IDH. **Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 22 de agosto de 2013.** “*Los hechos del presente caso se refieren al señor Juan Humberto Sánchez, quien fue detenido en dos ocasiones por las fuerzas armadas hondureñas por su presunta vinculación con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador: La primera detención se habría producido el 10 de julio de 1992 por efectivos del Décimo Batallón de Infantería de Marcala, La Paz. Al día siguiente fue liberado. La segunda detención se llevó a cabo por efectivos del Primer Batallón de Fuerzas Territoriales en su casa de habitación la noche del mismo 11 de julio. Durante más de una semana sus familiares no supieron de su paradero. El 22 de junio de 1992 se halló el cadáver de Juan Humberto Sánchez en un pozo de un río. A pesar de haberse interpuesto una serie de recursos para investigar los hechos y sancionar a los responsables, éstos no resultaron efectivos*”. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

Exército de Honduras, resultando em alegações de violações dos direitos à integridade pessoal, à vida, à liberdade pessoal, a julgamento justo e à proteção judicial³¹.

A Corte declarou que o Estado não tinha cumprido o dever de investigar e impor sanções penais aos responsáveis, ou não havia criado um registro de detidos para reparar dos danos causados. O período de tempo entre o caso e a decisão, de 2003 até 2012, indica completa falta de vontade política para prosseguir com a acusação, revelando, assim, a fraqueza continuada do sistema judicial em face do Exército, apesar da transição para a democracia³².

Outro caso primordial é o de Garibaldi vs. Brasil³³, que envolveu o fracasso do Estado para investigar o assassinato de ativistas dos direitos da terra durante um despejo extrajudicial de trabalhadores sem-terra em 1998. O caso levantou violações dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial. A Corte declarou que o Estado Brasileiro tinha cumprido com a sua ordem de 2009 para proporcionar compensação, mas não tinha conduzido a investigação e processo penal contra os responsáveis pelas violações. Isso ressalta o fracasso do sistema judicial para demonstrar a eficácia em relação ao assegurado na CADH de que as pessoas marginalizadas têm garantido o acesso à justiça³⁴.

³¹ CORTE IDH. **Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones. Sentencia de 26 de noviembre de 2003. Serie C No. 102.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

³² CORTE IDH. **Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones. Sentencia de 26 de noviembre de 2003. Serie C No. 102.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

³³ CORTE IDH. **Caso Garibaldi vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. *“Los hechos del presente caso sucedieron el 27 de noviembre de 1998, en el marco de una operación de desalojo extrajudicial en la Hacienda São Francisco. Dicho lugar, ubicado en la ciudad de Querência do Norte, estado de Paraná, estaba ocupado por cerca de cincuenta familias. – Ese día, un grupo de aproximadamente veinte hombres encapuchados y armados llegó a la Hacienda y disparando al aire ordenaron a los trabajadores salir de sus barracas. Cuando Sétimo Garibaldi salió de su barraca, fue herido en el muslo izquierdo por un disparo efectuado por uno de los hombres encapuchados. Debido a la hemorragia producida el señor Garibaldi falleció. – La investigación policial y judicial del caso fue marcada por una serie de irregularidades por parte de las autoridades encargadas del caso. Finalmente se decretó el archivo del caso, sin haber realizado mayores investigaciones ni haber sancionado a los responsables de los hechos”.*

³⁴ CORTE IDH. **Caso Garibaldi vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. Ressaltamos o voto em separado do juiz Ad Hoc Roberto de Figuerido Caldas: “[...] 36. A Corte considerou que o Estado brasileiro violou os artigos 8 (1) e 25 (1) da Convenção, e os Estados

A Corte convidou o Estado a continuar a investigação dos fatos relativos ao caso, com a denúncia dos responsáveis e punição. No entanto, o grande lapso de tempo decorrido entre o evento e a decisão sobre o mérito torna provável o descumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os pactos de transição que tornam as polícias militares fora do alcance dos tribunais nacionais apresentam um verdadeiro desafio para a Corte Interamericana. Em parte, os valores das decisões permanecem simbólicos e talvez orientados no sentido do reconhecimento do “direito à verdade” para as vítimas, apesar da incapacidade de realmente atingir a acusação real. Enquanto pactos formais ou informais permanecem, os militares permanecerão fora do alcance do poder judicial e a conformidade com a Corte e, por via indireta, da CADH será impossível³⁵.

A Corte Interamericana sofre menores taxas de cumprimento quando ela age como um tribunal penal a respeito das ordens para a realização de investigação nas jurisdições internas de caráter criminal, julgamento e punição dos autores de violações dos direitos humanos³⁶.

Essa perspectiva é afiançada pela margem de cumprimento total de apenas um caso³⁷, entre cinquenta e quatro julgamentos que exigiram investigação e repressão das violações decorrentes de abuso de poder e execuções arbitrárias.

Os sistemas de justiça penal latino-americanos têm, frequentemente, os índices de condenação débeis. Além disso, os responsáveis pelos abusos eram, às

membros do sistema interamericano de direitos humanos devem atender essa decisão, no sentido de reformar os seus órgãos judiciais para ajustar o tratamento dos casos com a duração exigida pelas normas e pelos cidadãos das Américas, transcendendo essa fase de não cumprimento crônica com prazos legais pelos tribunais e pelo resto do sistema, tais como a polícia, no presente caso, cuja investigação levou mais de 60 vezes o prazo legal de 30 dias para concluir o inquérito. 37. Os atrasos estão entre os mais graves erros judiciais cometidos pelo Estado e devem ser compensados de acordo com o direito internacional. Rapidez processual gera fluidez e respeito nas relações sociais, apropriadas para o nível de desenvolvimento em que as nações das Américas aspirar. De modo semelhante, o caso de *El Amparo vs. Venezuela*, Compliance resolução Monitoring, Corte IDH (20 de fevereiro de 2012), envolveu o assassinato de 14 pescadores em 1988 por agentes militares e policiais durante uma operação, elevando reivindicações de violações dos direitos à vida, tratamento humano, julgamento justo, igual proteção e à proteção judicial. A Corte declarou que o Estado não estava cumprindo sua obrigação de informar as medidas tomadas para dar cumprimento ao acórdão de 1995[...].”

³⁵ BAILLIET, Cecilia M. **Measuring Compliance with the InterAmerican Court of Human Rights: The Ongoing Challenge of Judicial Independence in Latin America**. NJHR 31:4 (2013), 477–495. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/njhr-2013-4-02_bailliet.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.

³⁶ Corte IDH. **Caso Castillo Páez vs. Perú. Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de noviembre de 1998. Serie C No. 43**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_super- vision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

³⁷ ANTKOWIAK, Thomas. ‘**Remedial Approaches to Human Rights Violations: The Inter American Court of Human Rights and Beyond**’ (2008) 46 Columbia Journal of Transnational Law 351. pp. 352-419.

vezes, altos funcionários militares ou agentes do Estado influentes. Muitos ainda são poderosos, mesmo décadas após os crimes, e ferozmente defendem sua impunidade, consoante Antkowiak³⁸.

Como resultados, os indivíduos que ajudam nas investigações do Estado, incluindo membros da família das vítimas e seus advogados, têm resistido aos ataques sobre suas vidas. Não são todos os cenários que têm envolvido agentes estatais ou funcionários das Forças Armadas. Mas quase todos esses casos apontam para falhas na capacidade de investigação, recursos e da vontade dos governos para julgar casos sensíveis do passado. São problemas que revelam fissuras estruturais nos Estados latino-americanos; enquanto esse for o caso, uma ordem ampla para investigar e processar não será resolvida sem esforços concertados e sustentados³⁹.

A resistência às ordens da CtDH revelam a existência de um forte efeito da qualidade burocrática, bem como efeitos mistos de um poder judicial independentes. O cumprimento das decisões da Corte IDH é moldado pela força dos judiciários nacionais e capacidade burocrática, porque necessita da ação tanto do executivo quanto do judiciário. A ação executiva sozinha experimenta maior taxa de execução, ações que exigem o cumprimento pelo sistema de justiça nacional, por exemplo, em relação a investigações criminais, garantias do devido processo legal, de invalidade das sentenças e reintegração dos juízes, que resultam em atrasos excessivos ou não cumprimento por juízes ou procuradores.

Ordens que requerem ações por parte dos ministérios públicos e do legislador também estão sujeitas a não conformidade, o que inclui as chamadas para a reforma da lei, como a revogação de uma lei de anistia, ou outra reforma institucional. Isso porque este tipo de ordem exige a obtenção de consenso em diversas forças políticas. Esse fato é constatado mesmo quando tenha havido mudança de regime, embora o executivo e o legislativo possam ter novos funcionários, o Judiciário muitas vezes tem os mesmos juízes, como na era autoritária que podem estar relutantes em dar continuidade aos processos ou podem ter sido corrompidos.

Nessas situações, o diálogo judicial internacional ou transnacional poderá colaborar para o empenho de promotores e juízes na responsabilidade pelo cumprimento das sentenças da Corte IDH ou na provocação do Legislativo a legislar sobre direitos humanos e a não legislar sobre extinção de punibilidade em casos de graves violações de direitos humanos, já reconhecidas por sentenças da Corte IDH.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ BAILLIET, Cecilia M. **Measuring Compliance with the InterAmerican Court of Human Rights: The Ongoing Challenge of Judicial Independence in Latin America**. NJHR 31:4 (2013), 477-495. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/njhr-2013-4-02_bailliet.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.

O cumprimento das sentenças da Corte é de particular relevância no cenário do Continente Americano para a construção de regra cultural de prática da lei, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

No tocante aos casos de massacres, a Corte Interamericana aborda a responsabilidade do Estado por tais fatos, por meio da concepção de medidas reparadoras holísticas que indicam um interesse em ligar a prevenção de futuros abusos ao reconhecimento de erros passados. Essas ordens são complexas, porque exigem ação de diversas instituições, incluindo o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, as Forças Armadas, entre outras, que por vezes se mostram resistentes.

O caso de *Barrios Altos vs. Perú*⁴⁰ é talvez um dos casos mais famosos. Tratava-se de responsabilidade do Estado, desde 1991, por homicídios de pessoas por esquadrões da morte que atuavam em represália ao Sendero Luminoso, cujos autores depois foram anistiados. Foram reivindicadas a responsabilização do Estado por violações do direito à vida, à integridade pessoal, garantias judiciais e proteção judicial.

A Corte declarou, no caso acima, a lei de anistia incompatível com a CADH e sem efeitos. Concluiu que o Estado tinha feito progressos na execução das sentenças ao final do ano de 2001, com a investigação e o processo criminal instaurado contra o ex-presidente Alberto Fujimori, quando veio à tona a complexa estrutura de pessoas envolvidas no planejamento e execução das graves violações dos direitos humanos.

No entanto, a Corte expressou preocupação com a sentença prolatada no caso, no âmbito doméstico, de que alguns processos não estavam instruídos com provas suficientes e que os crimes não foram caracterizados como Crimes Contra a Humanidade, pelos juízes, que se mostravam também parciais, e que determinou a decisão que a Suprema Corte não poderia proceder contra Vladimiro Montesinos Torres e os membros do Grupo Colina, o que gerou severas críticas de que o Estado

⁴⁰ *Corte IDH. Caso Barrios Altos vs. Perú. Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de noviembre de 2001. Serie C No. 87.* “Los hechos del presente caso ocurrieron el 3 de noviembre de 1991. Seis individuos del grupo Colina, compuesto por miembros del Ejército, irrumpieron en un inmueble ubicado en el vecindario conocido como Barrios Altos de la ciudad de Lima. Al producirse la irrupción, se estaba celebrando una “pollada”, es decir, una fiesta para recaudar fondos con el objeto de hacer reparaciones en el edificio. – Los atacantes llegaron al sitio en dos vehículos y obligaron a las víctimas a arrojar al suelo. Seguidamente empezaron a dispararles por un período aproximado de dos minutos. 15 personas fallecieron y 4 quedaron gravemente heridas. El Congreso peruano promulgó una ley de amnistía, la cual exoneraba de responsabilidad a los militares, policías, y también a civiles, que hubieran cometido, entre 1980 y 1995, violaciones a los derechos humanos o participado en esas violaciones. No se realizaron mayores investigaciones ni se sancionaron a los responsables”. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

não estava cumprindo com suas obrigações assumidas na Convenção Americana de Direitos Humanos, ocasionando a posição da Corte IDH que o Estado permanecia em não conformidade com o dever de investigar e processar criminalmente os responsáveis pelas violações.

Fato semelhante ocorreu no caso *Dos Erres vs. Guatemala*⁴¹, que decorreu, em 1982, do massacre de 251 pessoas da comunidade Dos Erres pelo Exército da Guatemala (uma unidade chamada Kaibiles), resultando em alegações de violações do direito à integridade pessoal, do direito ao julgamento justo, da proteção judicial e das disposições da Convenção Interamericana contra a Tortura e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Abordou também o direito de uma criança à convivência com sua família e seu nome, por conta de seu sequestro em conexão com a ação.

A Corte declarou que o Estado não tinha conseguido investigar e processar criminalmente os responsáveis pelas violações; prosseguir no procedimento administrativo-disciplinar, ou ainda promover as ações penais contra agentes do Estado que tinham obstruído à justiça; a reforma da Lei de Amparo; a exumação dos corpos das vítimas do massacre e de devolvê-los às suas famílias; a oferta de cursos de direitos humanos para as autoridades estaduais; a divulgação da distribuição do documentário em vídeo às vítimas, seus representantes e as universidades; a criação de um memorial; o fornecimento de tratamento médico e psicológico

⁴¹ *Corte IDH. Caso de la Masacre de Las Dos Erres vs. Guatemala. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de septiembre de 2012.* “Los hechos del presente caso se contextualizan entre los años 1962 y 1996 durante el conflicto armado interno. El Estado aplicó la denominada “Doctrina de Seguridad Nacional”, bajo la cual se fue acrecentando la intervención del poder militar para enfrentar a la subversión, concepto que incluía a toda persona u organización que representara cualquier forma de oposición al Estado, con lo cual dicha noción se equiparaba a la de “enemigo interno”. El día 7 de diciembre de 1982, soldados guatemaltecos pertenecientes al grupo especial denominado Kaibiles llegaron a Las Dos Erres y sacaron a las personas de sus casas. A los hombres los encerraron en la escuela del Parcelamiento y a las mujeres y niños en la iglesia evangélica. Mientras los mantuvieron encerrados los golpearon e incluso algunos murieron como consecuencia de los golpes. En la tade los Kaibiles sacaron a los hombres de la escuela y los llevaron vendados y maniatados a un pozo de agua inconcluso donde los fusilaron. Después sacaron a las mujeres y los niños para llevarlos al mismo lugar. En el camino muchas niñas fueron violadas por los Kaibiles. En los hechos de la masacre perdieron la vida por lo menos 216 personas. Se informó a la población que lo que había sucedido en Las Dos Erres era que la guerrilla se había llevado a las personas para México, y luego se ordenó a los soldados que sacaran todo lo que pudieran del parcelamiento y que quemaran las casas de Las Dos Erres. Ante la gravedad de los hechos y luego de la denuncia presentada por la Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos de Guatemala (FAMDEGUA) el 14 de junio de 1994 ante el Juzgado de Primera Instancia Penal de Petén, se ha impulsado un proceso en la jurisdicción penal ordinaria, el cual aún permanece en su etapa inicial”. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

para 155 vítimas; a criação de um site para procurar as crianças sequestradas; por fim, pagar indenização.

O caso do *Massacre de Marpiripan vs. Colombia*⁴² envolveu a responsabilidade do Estado pelo massacre, em 1997, de 49 indivíduos pela *Autodefesa Units*, que teve a aquiescência de agentes do Estado. Em 2005, a Corte constatou a existência de violações à liberdade pessoal, à integridade pessoal, à vida, aos direitos das crianças, ao devido processo legal e penal e à proteção judicial.

O Estado Colombiano foi internacionalmente responsabilizado e condenado a investigar para estabelecer a responsabilidade dos idealizadores e responsáveis diretos do massacre, bem como apurar a conduta de agentes estatais que atuaram como colaboradores, permitindo que o massacre ocorresse. Além disso, a Corte ordenou ao Estado para estabelecer um mecanismo oficial para identificar as vítimas que foram executadas e os desaparecidos, bem como seus familiares.

O Estado foi instado ainda a realizar investigação para identificar os responsáveis pelo massacre, a fim de formalizar a acusação, bem como pagar indenização pecuniária e proceder a outras medidas reparadoras não pecuniárias, como o fornecimento de segurança para os parentes mais próximos; bem como a outros ex-habitantes de Mapiripán, que tivessem sido deslocados, para que eles pudessem voltar a Mapiripán, caso desejassem fazê-lo.

Também foi instruído a erguer um monumento em memória da população, vítima do massacre e, finalmente, implementar programas de educação permanente sobre direitos humanos e direito internacional humanitário dentro das Forças Armadas da Colômbia, em todos os níveis de sua hierarquia.

No tocante às indenizações compensatórias, apesar de o pagamento ser geralmente considerado como o tipo de reparação mais provável de ser cumprida, a Corte Interamericana tem casos em que isso é problemático, como se afigura

⁴² Corte IDH. *Caso de la Masacre de Mapiripán vs. Colombia. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de noviembre de 2012*. “Los hechos del presente caso se iniciaron el 12 de julio de 1997 cuando un centenar de miembros de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) aterrizaron en el aeropuerto de San José de Guaviare en vuelos irregulares y fueron recogidos por miembros del Ejército sin exigirles ningún tipo de control. El Ejército colombiano facilitó el transporte de los paramilitares hasta la localidad de Mapiripán. El 15 de julio de 1997, más de cien hombres armados rodearon Mapiripán por vía terrestre y fluvial. Al llegar a Mapiripán, los paramilitares tomaron control del pueblo, comunicaciones y oficinas públicas, y procedieron a intimidar a sus habitantes. Un grupo fue torturado y asesinado, a fuerza pública llegó a Mapiripán el 22 de julio de 1997, después de concluida la masacre y con posterioridad a la llegada de los medios de comunicación, cuando los paramilitares ya habían destruido gran parte de la evidencia física. Apesar de los recursos interpuestos, no se realizaron mayores investigaciones ni se sancionaron a los responsables”. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

no caso de *Mejía Idrovo vs. Equador*; caso *Radilla Pacheco vs. México* e no caso *Salvador Chiriboga vs. Equador*:

O caso de *Mejía Idrovo vs. Equador*⁴³, em que foi arbitrariamente negada a sua ascensão ao cargo de General, e em razão de recursos interpostos fora exonerado do cargo, e quando reconduzido por decisão da Corte Constitucional Equatoriana, declarando os Decretos Executivos inconstitucionais que negaram ascensão e que exoneraram o indivíduo do Exército, não houve cumprimento. A Corte IDH considerou o Estado internacionalmente responsável pelas violações das garantias processuais; de proteção jurisdicional efetiva e igual proteção da lei. A Corte declarou que o Estado ainda não tinha cumprido o seu fim de proporcionar compensação financeira para dano material e moral, bem como os custos incorridos.

A não conformidade indica a resistência do Poder Executivo ao Judiciário em relação a um caso envolvendo militares. Portanto correlaciona-se com a preocupação sobre pactos formais ou informais imperativos que tornam difícil a prestação de contas, quando há envolvimento militar.

O caso *Radilla Pacheco vs. México*⁴⁴ refere-se ao desaparecimento forçado de *Rosendo Radilla*, em 1974, pelo Exército mexicano, reconhecendo a Corte IDH

⁴³ Corte IDH. **Caso Mejía Idrovo Vs. Ecuador. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de septiembre de 2012.** “os hechos del presente caso se iniciaron el año 2000 cuando el señor Mejía Idrovo, quien era Coronel del Ejército ecuatoriano, se presentó ante el Consejo de Oficiales Generales de la Fuerza Terrestre a fin de que lo calificaran para ascender al grado de General. No obstante, su solicitud fue denegada. En razón de ello, el señor Mejía Idrovo, solicitó al Comandante General de la Fuerza Terrestre y al Presidente del Consejo de Oficiales Generales que reconsideraran la decisión de negarle el ascenso. El 30 de enero de 2001 el Presidente de la República del Ecuador expidió el Decreto Ejecutivo No. 1185 en el cual se estableció que el señor Mejía Idrovo dejaba de constar como miembro de la Fuerza Terrestre y el 18 de julio de 2001 se emitió el Decreto Ejecutivo No. 1680, mediante el cual se le dio de baja. El 4 de octubre de 2001 el señor Mejía Idrovo presentó un recurso de inconstitucionalidad en relación a los referidos Decretos Ejecutivos. La Sala Plena del Tribunal Constitucional admitió el recurso y el 12 de marzo de 2002 declaró la inconstitucionalidad de dichos decretos y dispuso la reparación de daños ocasionados al señor Mejía Idrovo. Dicha sentencia fue notificada el 25 de marzo de 2002. No obstante la decisión anterior, el Estado no dio cumplimiento a la sentencia del pleno del tribunal. El 22 de abril de 2009 el señor Mejía Idrovo interpuso ante la Corte Constitucional del Ecuador una acción de incumplimiento de la sentencia emitida por el Tribunal Constitucional, y el 8 de octubre de 2009 la Corte Constitucional se pronunció y dispuso que se debía reincorporar al señor Mejía Idrovo a la situación profesional que ostentaba dentro de la Fuerza Terrestre, el reconocimiento de sus derechos patrimoniales y el derecho de repetición”. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

⁴⁴ Corte IDH. **Casos Radilla Pacheco, Fernández Ortega y otros, y Rosendo Cantú y otra vs. México. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 17 de abril de 2015.** “Los hechos del presente caso se refieren al señor Rosendo Radilla Pacheco, quien era una persona involucrada en diversas actividades de la vida política y social de su pueblo, Atoyac de Álvarez, estado de Guerrero. El 25 de agosto de 1974 fue detenido por miembros del Ejército de México mientras se encontraba con su hijo en un autobús. Posteriormente a su

a violação dos direitos à vida, à dignidade pessoal, à proteção judicial e garantias judiciais.

A indenização paga pelo Estado foi divulgada na imprensa, e as partes acabaram por se preocupar com a divulgação, antes da completa apuração do fato, e temiam pela revitimização. A Corte não considerou o Estado responsável pelos relatórios de mídia e observou que a decisão em si era pública. O elemento intrigante desse caso é que o cumprimento de uma ordem de compensação dentro de um contexto atormentado pelo crime em curso, a violência, a corrupção, e não regulação de publicidade das indenizações pagas, tornou as vítimas mais vulneráveis aos abusos, o que levou ao questionamento da legitimidade do sistema.

Um caso contrário a ser levado em consideração é o de *Salvador Chiriboga vs. Ecuador*⁴⁵, que tem por objeto a responsabilidade internacional do Estado Equatoriano pela negativa de proceder à justa compensação por expropriação de sua propriedade pelo Estado, em 1991. Em 2008, a Corte considerou que o Estado violou os direitos à propriedade e às garantias judiciais. Entretanto reconheceu que o Estado havia parcialmente cumprido as suas obrigações a pagar indenização e juros acumulados sobre o dano material e moral causados. No entanto o Estado ainda não tinha pago a indenização e juros na íntegra, retratando resistência burocrática e falta de legitimidade da jurisdição da Corte em relação ao sistema nacional.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui taxas elevadas de compliance. Cerca de 80% dos casos em que a reparação resulta numa indenização pecuniária, e em ordens de reparação não econômicas, centrada nas vítimas.

detención, fue visto en el Cuartel Militar de Atoyac de Álvarez, con evidencias de haber sido agredido físicamente. No se volvió a saber de su paradero. Los familiares de la víctima interpusieron diversos recursos a fin de que se investiguen los hechos y se sancionen a los responsables. La causa penal fue dirigida a la jurisdicción penal militar. No se realizaron mayores investigaciones ni se sancionaron a los responsables". Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

⁴⁵ **Corte IDH. Caso Salvador Chiriboga vs. Ecuador. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 03 de mayo de 2016.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “*Los hechos del presente caso se inician cuando María Salvador Chiriboga y Julio Guillermo Salvador Chiriboga adquirieron por sucesión de su padre, un predio de 60 hectáreas. El 13 de mayo de 1991 el Concejo Municipal de Quito declaró de utilidad pública con fines de expropiación y de ocupación urgente el bien inmueble de los hermanos Salvador Chiriboga, ello con el fin de construir un Parque Metropolitano. Los hermanos Salvador Chiriboga interpusieron diversos procesos y recursos ante las instancias estatales, con el fin de controvertir la declaración de utilidad pública, así como para reclamar una justa indemnización. No obstante, no se emitió ninguna resolución definitiva por lo que el Concejo Municipal de Quito ha estado en posición del inmueble.*”

Essas ordens de caráter não econômico são respostas às necessidades das vítimas que necessitam de assistência psicológica ou tratamento médico; reconhecimento público e pedido de desculpas oficial; reparações simbólicas, como comemorações e memoriais; compensação não econômica (incluindo o acesso a serviços ou bens), como o desenvolvimento de sua comunidade e de programas de habitação; a cessão da terra; restituição de direitos (restauração de cargo ou função, a liberação da prisão); libertação de prisioneiros; a proteção das testemunhas e das vítimas; ações preventivas, tais como a reforma institucional, a formação de policiais, militares, forças de segurança e juízes; reabilitação e apoio psicológico às vítimas e seus familiares; assistência médica e oportunidades educacionais; alteração de leis e programas de comunicação de massa para promover o respeito aos direitos humanos.

Esses são remédios ativistas (mais amplos do que os ordenados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos), que buscam gerar mudança estrutural e cultural dentro das sociedades e instituições que têm grupos oprimidos ou vulneráveis. A prestação de assistência psicológica e tratamento médico normalmente acompanham ordens de investigação e repressão dos autores de desaparecimentos forçados, tortura ou violação do direito à vida. Onde há falta de vontade para proceder à acusação de agentes estatais, há também um risco de falta de vontade de prestar assistência para os parentes próximos da vítimas.

O caso de *Vargas Areco vs. Paraguay*⁴⁶, que teve por objeto a morte de um adolescente de 15 anos que fora recrutado pelo Exército, que teria abandonado seu posto no serviço militar, resultando em reclamações de violação dos direitos a julgamento justo e à proteção judicial por sua família devido ao fracasso do Estado de investigar e processar os responsáveis pela morte.

⁴⁶ *Corte IDH. Caso Vargas Areco vs. Paraguay. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de septiembre de 2012.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “Los hechos del presente caso se inician el 26 de enero de 1989, cuando Gerardo Vargas Areco, de 15 años de edad, fue reclutado para prestar el servicio militar en las fuerzas armadas paraguayas. En diciembre de 1989, cuando Gerardo Vargas Areco se encontraba arrestado como sanción por no haber regresado voluntariamente y a tiempo al destacamento, tuvo una hemorragia nasal. Un oficial del ejército ordenó a un suboficial que trasladara al niño Vargas Areco a la enfermería de la unidad militar, donde lograron detener la hemorragia. En el trayecto de regreso, el niño Vargas Areco comenzó a correr por lo que, el suboficial que lo escoltaba le disparó por la espalda, ocasionándole la muerte. Los padres de Gerardo Vargas Areco una denuncia penal por el homicidio de su hijo. En marzo de 1990 la jurisdicción penal militar condenó al suboficial a un año de prisión militar por el delito de “homicidio por exceso de celo”. En marzo de 2005 se dictó sentencia en el fuero ordinario donde se condenó al suboficial a un año de privación de libertad, por el delito de “homicidio culposo” en perjuicio de Gerardo Vargas Areco.”

A Corte observou que o Estado não tinha nem investigado e nem processado o autor pelo crime, nem fornecido tratamento médico, psicológico e psiquiátrico à família da vítima. Em suma, prestação de apoio médico ou psicológico às vítimas e suas famílias é uma forma de reconhecimento da responsabilidade do Estado, mas não origina decorrência natural da apuração de violações praticadas por agentes estatais, em especial militares.

A promoção da internalização dos direitos humanos por atores estatais e pela sociedade por meio de ordens que exigem campanhas de formação ou sensibilização é um tipo de ordem mais amena, do que aquela pedindo acusação de criminosos. Além disso, ela procura ajudar o aprofundamento da consolidação democrática. No entanto, mesmo esses pedidos estão sujeitos à resistência.

No caso de *Bayarri vs. Argentina*⁴⁷, a Corte IDH ressaltou a necessidade de formação de agentes do Estado em direitos humanos e humanitários; a divulgação das providências judiciais adotadas e ainda a necessidade de campanhas de sensibilização, disseminação de prevenção da tortura pelas forças de segurança e órgãos de justiça; a reforma de segurança e aparelhos de justiça por meio da educação em direitos humanos em razão da confissão extraída de *Juan Carlos Bayarri*, por um delito que não tinha cometido, mas que confessara mediante tortura e por temer que os policiais atentassem contra a sua vida e de sua família. A detenção arbitrária, tortura e denegação de justiça, resultando em violações dos direitos à integridade pessoal, liberdade pessoal, julgamento justo e à proteção judicial não foram reparadas, com a identificação da autoria dos fatos e sua responsabilização.

⁴⁷ *Corte IDH. Caso Bayarri vs. Argentina. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos 20 de junio de 2012.* “Los hechos del presente caso se iniciaron el 18 de noviembre de 1991, cuando Juan Carlos Bayarri fue detenido por varios elementos de la División Defraudaciones y Estafas de la Policía Federal Argentina mientras se encontraba caminando. Lo introdujeron, maniatado y con los ojos vendados, en uno de los automóviles que conducían, y lo trasladaron a un centro de detención clandestino. Se alegó que el señor Bayarri habría participado en el secuestro de cinco personas. El 24 de noviembre de 1991 fue llevado ante un juez de investigaciones a fin de rendir su declaración. El señor Juan Carlos Bayarri presentó unas hojas de papel en las que confesaba su participación en los hechos y proporcionaba nombres de otras personas que habrían estado involucradas. No obstante lo anterior, un mes después Juan Carlos Bayarri negó todos los hechos en una ampliación de su declaración indagatoria, indicando que la razón por la que habría declarado en tal sentido fue por encontrarse amenazado por personal de la División Defraudaciones y Estafas y por haber sido objeto de torturas por parte de los mismos elementos. Transcurridos más de 15 años desde la detención del señor Bayarri, no se han esclarecido judicialmente los hechos ni existe una resolución judicial que se haya pronunciado sobre la responsabilidad penal de los autores.” Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

Da mesma forma, no caso *Vera Vera et al vs. Ecuador*⁴⁸, ficou evidenciada na sentença a obrigação do Estado, responsabilizado internacionalmente, de proteger a pessoa privada de liberdade, devendo zelar por sua integridade corporal, saúde e vida. O fracasso do Estado ao fazê-lo limita o potencial impacto das decisões judiciais da CtDH sobre as práticas, oficiosas e arbitrárias, dos agentes estatais e particulares respaldados pelos órgãos estatais.

Um caso particularmente interessante é o da *Caixa Kawas Fernández vs. Honduras*⁴⁹, que envolveu o assassinato de um ativista ambiental por agentes do Estado, e a consequente impunidade. O fato resultou em violações do direito à vida; ao julgamento justo; à proteção judicial, bem como o direito a um tratamento humano em relação aos parentes próximos.

A Corte criticou a falha do Estado para realizar campanha de sensibilização sobre a importância das ecologistas e seu impacto sobre os direitos humanos, revelando, assim, a orientação progressiva da Corte na tentativa de influenciar a percepção da sociedade sobre essas questões. No entanto, parecia haver falta de vontade política no interior do Estado de partilhar e apoiar essa aspiração.

⁴⁸ **Corte IDH. Caso Vera Vera y otra vs. Ecuador. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de octubre de 2012.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “Los hechos del presente caso se iniciaron el 12 de abril de 1993, cuando Pedro Miguel Vera Vera, de 20 años de edad, fue detenido por miembros de la Policía Nacional de la ciudad de Santo Domingo de los Colorados. Antes de su detención había sido perseguido por un grupo de personas quienes aparentemente lo acusaban de haber cometido asalto y robo a mano armada. Al detenerlo, los policías notaron que Pedro Miguel Vera Vera presentaba una herida de bala a la altura del pecho en el costado izquierdo. Lo trasladaron en taxi al Cuartel de Policía de la ciudad. Luego de ser registrado en dicho lugar, ese mismo día fue llevado al Hospital Regional de Santo Domingo de los Colorados, donde fue dado de alta al día siguiente. El 13 de abril de 1993 fue trasladado al Centro de Detención Provisional de Santo Domingo de los Colorados, lugar donde permaneció hasta el 17 de abril. Debido a las complicaciones de la herida de bala que presentaba, fue trasladado nuevamente al Hospital Regional de Santo Domingo de los Colorados. El 22 de abril fue llevado al Hospital Eugenio Espejo de Quito, lugar donde falleció al día siguiente.”

⁴⁹ **CORTE IDH. Caso Kawas Fernández vs. Honduras. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de octubre de 2012.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “Los hechos del presente caso se refieren a Blanca Jeannette Kawas Fernández, quien era una destacada defensora ambientalista hondureña que promovió la protección de los recursos naturales en Honduras. El 6 de febrero de 1995, Blanca Kawas Fernández se encontraba trabajando con su asistente en su casa, en la ciudad de Tela. Dos hombres armados interrumpieron en su habitación y le dispararon en el cuello, lo que le ocasionó la muerte en forma instantánea. Se interpusieron recursos judiciales a fin de investigar los hechos y sancionar a los responsables. Sin embargo, el proceso penal iniciado por la muerte de Blanca Jeannette Kawas Fernández seguía en etapa preliminar. Asimismo, no se había identificado a los autores de su asesinato ni se había formalizado denuncia penal contra persona alguna.”

O caso *Lori Berenson Mejía vs. Perú*⁵⁰ abordou a detenção de Lori Berenson dentro de uma prisão com condições desumanas e o julgamento que se seguiu por um tribunal militar em conjunto com a legislação de emergência antiterrorista, culminando em alegações de violações de tratamento desumano e o direito a um julgamento justo.

A Corte declarou que o Estado cumpriu integralmente, para adaptar a sua legislação interna às normas da CADH, destinando a Berenson cuidados médicos e realizando modificações para que a Prisão *Yanamayo* se adaptasse às condições de detenção, atendendo aos padrões internacionais de transferência de prisioneiros, observando os procedimentos exigidos de saúde. Esse caso mereceu a atenção da imprensa e da diplomacia norte-americana porque se tratava de cidadã dos EUA, sendo a sua reparação total, o que nos indica pressão adicional sobre o Estado Peruano. Os casos acima denotam que é muito extenso o rol de medidas de reparação que podem ser adotados pela CtDH, na imputação de responsabilidade do Estado na Convenção Americana de Direitos Humanos.

⁵⁰ **Corte IDH. Caso Lori Berenson Mejía vs. Perú. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 20 de junio de 2012.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016. “Los hechos del presente caso se inician el 30 de noviembre de 1995, cuando la señora Lori Berenson Mejía fue detenida por miembros de la Dirección Nacional Contra el Terrorismo (DINCOTE) de la Policía Nacional del Perú y llevada al local de la DINCOTE. En ese lugar fue interrogada por su presunta vinculación con miembros del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA). Durante los interrogatorios y las diligencias de registro que se realizaron en su domicilio no estuvo presente el abogado de la señora Berenson y tampoco se le informaron los cargos en su contra. El 15 de diciembre de 1995 se le tomó declaración instructiva en el fuero militar. El 8 de enero de 1996, tres días antes de que el juez militar dictara la sentencia en contra de la testigo, ésta fue exhibida ante la prensa nacional como cabecilla del MRTA. El 2 de enero de 1996 el Juez Instructor Militar dio por concluida la investigación, y el mismo día el Fiscal Militar Especial del Ejército para casos de traición a la patria formuló la correspondiente acusación. El 11 de enero de 1996 se celebró el juicio militar de la señora Berenson ante un tribunal militar “sin rostro”. El juicio duró un par de horas y consistió únicamente en la lectura de la sentencia. Por tanto, mediante dicha sentencia se condenó a la señora Berenson como autora del delito de traición a la patria otorgando la pena privativa de libertad de cadena perpetua, en aplicación de la legislación penal antiterrorista contenida en los Decretos Leyes No. 25475 y 25659. Luego de la condena en el juicio militar, la señora Berenson fue enviada a la cárcel de mujeres de Chorrillos, donde permaneció seis días, y de ahí fue trasladada al penal de Yanamayo (Puno), donde permaneció desde el 17 de enero de 1996 hasta el 7 de octubre de 1998. En Yanamayo fue sometida al régimen de aislamiento celular continuo durante un año y tuvo varios problemas de salud como consecuencia de la altitud, la mala alimentación que recibía y el frío de la zona. Finalmente, el 21 de diciembre fue transferida al penal de Huacariz. El 28 de agosto de 2000 se inició un nuevo juicio en el fuero penal ordinario. El 20 de junio de 2001 la Sala Nacional de Terrorismo emitió sentencia mediante la cual declaró que, al no haberse logrado plena certeza de que la señora Berenson haya llegado a asociarse y ser parte integrante de la organización del MRTA, se la condenaba por delito de terrorismo, en la modalidad de actos de colaboración, a 20 años de pena privativa de libertad. El 13 de febrero de 2002 la Corte Suprema de Justicia del Perú confirmó la sentencia”.

5. Conclusão

O sistema internacional busca o alinhamento da legislação nacional com as normas internacionais, a fim de promover o primado do direito internacional, no sentido de fortalecer as Instituições Democráticas nacionais e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

As resoluções sobre o cumprimento de sentenças da Corte IDH confirmam que os Estados são capazes de implementar as decisões da Corte, mas são incapazes de implementar plenamente a investigação e processamento de ações penais contra agentes estatais, em especial militares e componentes das forças policiais, por crimes praticados e conseqüentemente por violações a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Além disso, alguns Estados também não implementam as medidas de reparação, decorrentes de indenizações compensatórias ou outras medidas individuais que podem ser aplicadas como o tratamento médico e psicológico; publicidade da sentença com a sua publicação; atos públicos de reconhecimento da responsabilidade; ato em honra à memória; entrega de restos mortais e adoção de medidas internas.

As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos podem ser interpretadas como um instrumento de influência na formação da consciência jurídica americana em torno de certos valores, que devem ser respeitados pelos Estados, a fim de consolidar o Estado Democrático de Direito, com a proteção dos direitos humanos.

A Corte conseguiu promover revogação das leis de anistia no Peru e na Argentina. No Brasil, a Lei de Anistia foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, a acusação de agentes estatais continua sendo questão difícil e que rebaixa os níveis de *compliance* das sentenças da Corte Interamericana. O fortalecimento do Poder Judiciário e sua imparcialidade é absolutamente essencial para promover a sua independência na jurisdição doméstica.

Idealmente, a punição cria responsabilidade, restaura a justiça e a dignidade às vítimas de abuso, estabelece clara ruptura com regimes passados, demonstra respeito pelas instituições democráticas (particularmente o Judiciário), restabelece o Estado de Direito, contribui para a reconciliação, e ajuda a garantir que semelhantes atrocidades nunca mais ocorrerão.

É claro que a OEA pode fazer mais para melhorar a possibilidade de cumprimento e reforçar o apoio da sociedade para os sistemas nacionais de justiça em relação aos militares. No entanto, isso requer mais financiamento.

Assim, o valor das decisões permanece, em parte, simbólico. Os prazos para as supervisões de cumprimento das sentenças devem ser reduzidos, visando à efetividade do sistema.

Alguns casos envolvendo deferência para com o sistema nacional em certos aspectos da avaliação do cumprimento pode realmente aumentar a legitimidade da Corte. Além disso, deve buscar fomentos adicionais para expandir o seu estágio e programas de visitas profissionais, e contribuir para a concepção de cursos de direitos humanos em escolas de direito nacionais. A divulgação de decisões da Corte pelos advogados nacionais, juízes, professores de Direito e estudantes é essencial para mudar a cultura jurídica e para melhorar o cumprimento das sentenças, realizando a transposição da jurisprudência entre os Estados Americanos.

Referências

- ALTER, Karen. *International Courts in International Politics: Four Judicial Roles and Their Implications for State-IC relations*. 2005.
- ANTKOWIAK, Thomas. *Remedial Approaches to Human Rights Violations: The Inter American Court of Human Rights and Beyond*. (2008) 46 *Columbia Journal of Transnational Law* 351.
- BAILLIET, Cecilia M. *Measuring Compliance with the InterAmerican Court of Human Rights: The Ongoing Challenge of Judicial Independence in Latin America*. *NJHR* 31:4 (2013), 477–495. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/njhr-2013-4-02_bailliet.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.
- BASCH, Fernando; FILIPPINI, Leonardo; MARIANO, Ana Laya; ROSSI, Nino Felicitas; SCHREIBER, Bárbara. *The Effectiveness Of The Inter-American System Of Human Rights Protection: A Quantitative Approach To Its Functioning And Compliance With Its Decisions*. SUR. *Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004*.
- CADH. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acesso em: 10.10.2016.
- CIDH. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Defensor de Derechos Humanos y otros vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas*. Sentencia de 28 de agosto de 2014. Serie C No. 283, Párrafo 168. “168. Disponível em:

- <http://www.bjdh.org.mx/interamericano/busqueda#mapa_listado>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras. Acórdão de 21/7/89, § 25.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=189&lang=es>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso “Instituto de Reeducação del Menor” vs. Paraguay. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112, Párrafo 258. Paraguay / 2004.* Disponível em: <http://www.bjdh.org.mx/interamericano/busqueda#mapa_listado>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Aloeboetoe y otros vs. Surinam. Reparaciones y Costas. Sentencia de 10 de septiembre de 1993. Serie C No. 15, Párrafo 50, contra o Suriname.* Disponível em: <http://www.bjdh.org.mx/interamericano/busqueda#mapa_listado>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso “Cinco Pensionistas” vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C No. 98, Párrafo 180.* Disponível em: <http://www.bjdh.org.mx/interamericano/busqueda#mapa_listado>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso “Cinco Pensionistas” vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C No. 98, Párrafo 180.* Disponível em: <http://www.bjdh.org.mx/interamericano/busqueda#mapa_listado>. Acesso em: 10.10.2016.
- CORTE IDH. *Relatório Anual 2015.* Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/informe2015/portugues.pdf>>. Acesso em: 10.3.2016.
- CORTE IDH. *Caso Benavides Cevallos vs. Ecuador y Apitz Barbera y otros vs. Venezuela.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es>. Acesso em: 10.10.2015.
- CORTE IDH. *Casos de las Comunidades Indígenas Yakye Axa, Sawhoyamaya y Xákmok Kásek vs. Paraguay. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 24 junio de 2015.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es>. Acesso em: 10.10.2015.
- CORTE IDH. *Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001). Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009).* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento_nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.10.2015.

- CORTE IDH. *Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001). Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009)*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.3.2016.
- CORTE IDH. *Reglamento aprobado no seu XLIX Período Ordinário de Sessões (celebrado de 16 a 25 de novembro de 2001). Reformado parcialmente no LXXXII Período Ordinário de Sessões, (ocorrido de 19 a 31 de janeiro de 2009)*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 10.3.2016.
- CORTE IDH. *Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia. Excepciones Preliminares. Sentencia de 21 de enero de 1994. Serie C No. 17*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Caballero Delgado y Santana vs. Colombia. Excepciones Preliminares. Sentencia de 21 de enero de 1994. Serie C No. 17*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 22 de agosto de 2013*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Interpretación de la Sentencia de Excepciones Preliminares, Fondo y Reparaciones. Sentencia de 26 de noviembre de 2003. Serie C No. 102*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Garibaldi vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Garibaldi vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.

- CORTE IDH. *Caso Castillo Páez vs. Perú. Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de noviembre de 1998. Serie C No. 43.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Barrios Altos vs. Perú. Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de noviembre de 2001. Serie C No. 87.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso de la Masacre de Las Dos Erres vs. Guatemala. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de septiembre de 2012.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso de la Masacre de Mapiripán vs. Colombia. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de noviembre de 2012.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Caso Mejía Idrovo vs. Ecuador. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 4 de septiembre de 2012.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- CORTE IDH. *Casos Radilla Pacheco, Fernández Ortega y otros, y Rosendo Cantú y otra vs. México. Supervisión de Cumplimiento de Sentencia. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 17 de abril de 2015.* Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_supervision_cumplimiento.cfm?lang=es>. Acesso em: 30.10.2016.
- GOLDMAN, Robert K. *History and action: The Inter-American Human Rights System and the role of the Inter-American Commission on Human Rights. Human Rights Quarterly. v.31. n 4, 2009. pp. 856-887.*
- HANASHIRO, Olaya Silvia Machado Portella. *O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.* São Paulo: EDUSP (editora da Universidade de São Paulo). 2001.
- OEA. Assembleia Geral. *Resolução AG/doc. 4958/09.* Disponível em: <www.oas.org/council/pr/AG/AG39ordinario.asp>. Acesso em: 10.10.2015.

- ONU. Naciones Unidas A/RES/56/83. Asamblea General Distr. general 28 de enero de 2002. *Documentos Oficiales de la Asamblea General, quincuagésimo sexto período de sesiones, Suplemento No. 10 y correcciones (A/56/10 y Corr.1 y 2)*. 2 *Ibíd.*, párrs. 72 y 73. A/RES/56/83 2.
- PETIOT, Patrick. *A responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violação de direitos humanos: o pagamento de reparações*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, n. 7, 2005. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r28161.pdf>>. Acesso em: 10.10.2016.

Gisele Esser Romani

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Toledo. E-mail: gisele_esser@hotmail.com

Ester Fernanda da Silva

Graduanda em Ciências Econômicas e Bolsista PIBIC-CNPQ da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: ester_fern@hotmail.com

Alexandre Schlemper

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Toledo. E-mail: alexandre.schlemper@ifpr.edu.br

Luiz Gilberto Birck

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Professor do Curso de Economia pela UNIOESTE/Toledo. E-mail: gilbirck23@yahoo.com.br

Rafael Mattiello

Doutor em Sociologia Política pela UFSC. E-mail: rafael.mattiello@unioeste.br

Crises na Agroindústria Canavieira: Uma Abordagem da Organização Industrial

Crisis in Sugarcane Industry: An Approach of the Industrial Organization

Resumo

Este artigo tem como escopo analisar as crises do setor canavieiro no Brasil, no período de 1969/1970 a 2013/2014, sob o modelo de Farina *et al.* (1997). Como corolário, foi observado que as agroindústrias canavieiras passaram por tipos de alternância de etapas produtivas ligadas às crises que podem ser explicadas, dentre outros aportes teóricos, pela dinâmica do ambiente organizacional, institucional, tecnológico e competitivo. Nas grandes crises destacadas pelo artigo, constatou-se que estes quatro ambientes não são mutuamente excludentes, ou seja, podem ocorrer em um mesmo evento.

Palavras-chave: Crises Financeiras, Agronegócio, Agroindústria Canavieira.

Abstract

This paper aims to analyze the crisis of the sugarcane industry in Brazil, in the period from 1969/1970 to 2013/2014, under the model of Farina *et al.* (1997). As a corollary, it was observed that the sugarcane agribusiness went through types of switching production stages linked to the crisis which can be explained, among other theoretical contributions by the dynamics of the organizational, institutional, technological and competitive environment. In major crisis highlighted by the paper, it was found that these four environments are not mutually exclusionary, meaning they can occur at the same event.

Keywords: Financial Crisis, Agribusiness, Sugarcane Agribusiness.

1. Introdução

As crises econômicas se dão no que se pode chamar ciclos. Uma crise pode ser o fim ou o início de uma nova fase. Para Marx e tantos outros autores, uma das principais características da crise é o decréscimo do consumo. Essa insuficiência do mercado levaria a uma superprodução e depois ao seu declínio, diminuindo o lucro, o que levaria os empresários a investir em pesquisa e desenvolver inovações para o aumento da produção novamente. Keynes tenta explicar que, a cada vez que o acúmulo de capital não ocorre de forma máximo permitida pelo volume de renda real gerada, subtraído o consumo da população, o resultado ocasiona desemprego e recessão (KEYNES, 1983; POLARI, 1984).

No agronegócio, a crise impacta com desaceleração da demanda e consequentemente na queda de preços de seus produtos. Segundo Barros (2006), no agronegócio, as crises tendem a se repetir periodicamente, pois, assim como tem a fase de queda de preços, em algum momento, eles voltam a subir impulsionando os investimentos, os estímulos e o crescimento da produção. Esse, por sua vez, provoca excesso de oferta e, assim, os preços voltam a cair e os investimentos realizados, muitas vezes financiados, tornam-se dívida. Quando o ciclo está na fase de expansão, as expectativas que se formam são de otimismo. Teixeira (2002, p.177), ao abordar o modelo de Minsky, registra que a não realização das expectativas, nesse caso otimistas, diminui a capacidade de pagamento dos empréstimos contratados pelas firmas e o não cumprimento desses compromissos desencadeia um processo de crise que, na visão de Minsky, caracteriza a instabilidade financeira, impactando a economia e provocando a fase de retração do produto/renda. Além disso, a inserção do agronegócio no mercado mundial também influencia a economia, pois grande parte da produção brasileira é exportada. Assim sendo, quando o mercado externo está favorável a compras, evita-se uma queda brusca dos preços, amenizando os efeitos da crise.

No Brasil, dentro do setor do agronegócio, a cana-de-açúcar se destaca, por isso, neste trabalho, serão abordadas as crises específicas dessa agroindústria. Segundo Vieira (2015), o País atingiu a posição de segundo maior produtor mundial de etanol e maior produtor e exportador de açúcar no mundo, isso devido a menores custos de produção, visto o emprego de tecnologia e as características da gestão brasileira.

Na agroindústria canavieira, objeto de estudo, destacam-se três principais momentos de crise que tiveram dimensão nacional, porém com reflexos em todos os setores econômicos, incluindo o agronegócio. O primeiro aconteceu no final dos

anos 60 e início dos anos 70, decorrente de grandes investimentos propostos para expandir o setor açucareiro, uma vez que o mercado externo estava em condições favoráveis para a aquisição de produtos importados, e o mercado interno em crescimento econômico e com alta na demanda. Porém, no início dos anos 70, o açúcar sofreu queda de preço, decorrente do aumento da sua oferta e o desenvolvimento de adoçantes sintéticos, que ganharam a preferência de muitos consumidores. O segundo momento foi em 1986/1987 a 1995/1996 com a perda de dinamismo do Programa Nacional de Álcool (Proálcool), que era motivador do crescimento do setor canavieiro. O terceiro momento foi a partir de 1990, quando a desregulamentação na agroindústria canavieira se iniciou, marcada pelo fim do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) (SHIKIDA, 1997; PAULILLO *et al.*, 2007).

Dados compilados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA (2015) e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2015) demonstram a expansão da produção de cana-de-açúcar no Brasil. No ano safra de 1980/1981, o total de área plantada foi de 2.768,5 mil hectares, com uma produção de 123.681 mil toneladas; já em 2014/2015, essa área alcançou 9.004,0 mil hectares, e a produção passou para 634.767,0 mil toneladas de cana, justificando a importância dessa atividade econômica no País. Esses números indicam a expansão tanto da área plantada como da produção, todavia o mais significativo é que a expansão veio associada a um aumento de produtividade. De 44,7 toneladas por hectare em 1980/81, a produtividade aumentou para 70,5 toneladas por hectare, o que está associado a uma utilização mais eficiente dos fatores de produção.

Tendo como base o contexto das crises do setor canavieiro mencionadas, propõem-se como problema de pesquisa verificar como se deram essas crises no período de 1969/1970 a 2013/2014, sob o modelo de Farina *et al.* (1997). Desse modo, espera-se que esse conhecimento possa permitir ao leitor a compreensão dos principais problemas que vem afetando essa importante atividade econômica no Brasil.

Este artigo contém seis seções, incluindo esta introdução (1). São feitos, na sequência, a exposição do referencial teórico (2) e resultados e discussão (3). As considerações finais (4) completam o presente artigo.

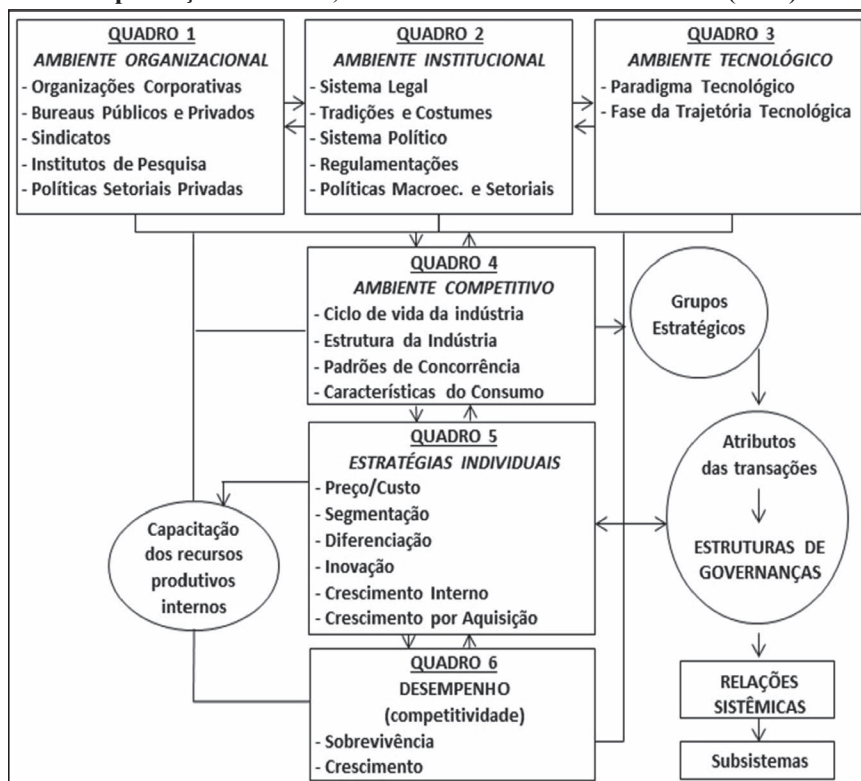
2. Referencial Teórico

Considerando que a pretensão desta pesquisa é analisar características da agroindústria canavieira e caracterizar as crises que a atingiram no âmbito nacional, a metodologia proposta consiste em técnica exploratória descritiva. Gil (2010) define a pesquisa exploratória como aquela que tem o objetivo de proporcionar maior

familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito ou para a construção de hipóteses. Além disso, o autor também conceitua as pesquisas descritivas como aquelas que possuem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Dentro do objetivo da pesquisa, procurar-se-á desenvolvê-la e descrevê-la sob a ótica do modelo de Farina *et al.* (1997) [reeditado em Farina (2000)], que propõem uma avaliação macro ambiental baseada na análise integrada dos ambientes institucional, organizacional, tecnológico e competitivo da cadeia agroindustrial, no caso do estudo proposto, o setor canavieiro no Brasil está inserido nos ambientes descritos na Figura 1.

Figura 1 – Ambientes institucional, tecnológico e produtivo e a crise atual na produção de etanol, conforme modelo de Farina *et al.* (1997)



Farina (2000) descreve o ambiente organizacional como composto das organizações corporativas, os sindicatos, os *bureaus* públicos e privados, os institutos de pesquisa e políticas setoriais de iniciativa privada. Já no ambiente

institucional, agrupa-se as políticas envolvidas nas atuações das organizações, o sistema legal, as tradições e costumes, o sistema político e as regulamentações. O ambiente tecnológico é incorporado como uma fase de trajetória e inovação. A tecnologia, segundo Dosi (1982, p.147), pode ser definida como um “conjunto de partes do conhecimento prático e teórico, perícia, métodos, processos, experiências de sucessos e fracassos, dispositivos e equipamentos”. Dessa forma, a tecnologia auxilia na identificação dos limites e potencialidades das unidades produtivas que a utilizam, e pode melhorar o processo produtivo. No ambiente competitivo, englobam-se fatores como a estrutura da indústria, características microeconômicas, o ciclo de vida da indústria e as características de consumo.

Assim, as três crises do setor canavieiro no Brasil, no período entre 1969/1970 e 2013/2014, serão analisadas por essa perspectiva macro integrada desses quatro ambientes.

3. Resultados e Discussão

3.1 Crises na agropecuária: especificidades gerais

Antes de adentrar na explicação das crises na agroindústria canavieira se faz necessário compreender o que se entende por crise econômica. Primeiramente, não existe uma explicação unívoca sobre crise econômica na literatura afim em função das várias causas que podem provocar este tipo de intempérie, bem como da não existência de um padrão de tempo único entre o período de expansão e contração de determinada atividade econômica, que ainda pode ter diferentes graus de intensidade a depender do caso, haja vista as idiosincrasias que moldam cada setor técnico produtivo.

Ademais, as consequências para a economia também dependem de uma série de variáveis, como a estrutura de mercado e o ambiente concorrencial (se é um oligopólio, mercado próximo da concorrência perfeita ou monopólio), das especificidades do bem ou serviço produzidos (elásticos ou inelásticos em relação ao preço e/ou renda) e da localização geográfica da produção e de sua distribuição. Assim, sem o intuito de perscrutar os conceitos e especificidades gerais de crises econômicas, e sem adotar como norte um ou outro pensador da economia que teceu com propriedade explicações teóricas acerca das crises, uma crise de natureza econômica trata-se de um período de contração do nível de produção de determinado bem ou serviço, inerente ao próprio ambiente competitivo de um setor em questão, com reflexos negativos na comercialização, consumo, preços, empregos etc., provocado por um fato ou fenômeno derivado tanto de estratégias

empresariais equivocadas, desastres naturais que atrapalham a produção, contração de crédito, ambiente macroeconômico adverso, entre outros (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013).

As crises na agroindústria seguem, de certo modo, a mesma lógica do que foi comentado, ou seja, são caracterizadas pelas quedas nos indicadores da produção, comercialização e consumo, gerando vicissitudes nos preços, emprego e outras variáveis. Em função dos papéis da agropecuária para o desenvolvimento econômico [Bacha (2004) compila as seguintes funções: prover a oferta de alimentos e matérias-primas para a sociedade; fornecer capital para a expansão do setor não agrícola; liberar mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades não agrícolas; gerar divisas; atuar como mercado consumidor para produtos do setor não agrícola], uma crise agropecuária tem também consequências que poderão afetar esses papéis. Nesse contexto, uma crise da produção agropecuária, que implique diminuição de sua intensidade, pode impactar no nível de inflação nacional e também diminuir o ritmo do comércio a montante e a jusante da produção agropecuária, afetando tanto o setor de máquinas e implementos agrícolas, como o de comercialização e distribuição voltado para o mercado interno ou externo.

Um quadro de crise afeta praticamente todas as variáveis econômicas, e o cenário que se forma traz ainda um possível impacto na geração de divisas, que pode comprometer a balança comercial do País e, como consequência, afeta a balança de transações correntes, usualmente deficitária no Brasil, podendo até causar uma forte compressão da atividade econômica, caso não estejam disponíveis fontes de financiamento do déficit.

Essas relações, que são peculiares à agropecuária, não podem ser dissociadas do encadeamento para trás e para frente (principalmente do capital financeiro, comercial ou industrial) e das imbricações com a economia como um todo, fatores esses que dão uma característica toda especial ao tratamento das crises na atividade agropecuária. Outro fato que leva a agropecuária à predisposição a crises é o fato de ser um setor altamente dependente de condições edafoclimáticas que, mesmo com o avanço que a tecnologia vem apontando, foge muitas vezes do controle do empresário rural.

Não obstante, ressalta-se que no Brasil existem duas safras de cana-de-açúcar por ano, uma no Norte-Nordeste e outra no Centro-Sul; assim a dispersão geográfica da produção, ainda que concentrada no Centro-Sul, ameniza a queda de produção em decorrência de adversidades edafoclimáticas. Outro fator importante a realçar é que o produto açúcar, sofrendo ou não intempéries, é inelástico à preço e renda, de modo que, mesmo com queda de renda e/ou aumento de preço, haverá consumidores.

3.2 Crises na agroindústria canavieira

Tendo como *approach* teórico a abordagem sistêmica de Farina *et al.* (1997), que enfatizou as relações entre os segmentos constituintes da cadeia produtiva no agronegócio moldadas pelos padrões de concorrência e crescimento, nos fatores que influenciam a estratégia das firmas e desempenho dos mercados, este trabalho propõe analisar o outro lado do crescimento, isto é, as crises na agroindústria canavieira sob quatro ambientes concatenados entre si, a saber: o organizacional (atuação das organizações, políticas setoriais privadas etc.); o institucional (sistema legal, regulamentações, política macroeconômica, tradições e costumes etc.); o tecnológico (paradigma tecnológico e fase da trajetória tecnológica); o competitivo (estrutura da indústria, padrões de concorrência, características do consumo etc.).

Além dessa proposição metodológica se apoiar em Farina *et al.* (1997), vale destacar que: o recorte temporal utilizado será para o período 1969/1970 – 2013/2014; em que três grandes crises serão objeto de análise, o que significa dizer que crises pontuais (estaduais e regionais) não serão tratadas nesta pesquisa; o recorte analítico utilizado é a denominação “agroindústria canavieira”, compreendida pelo subconjunto composto pelo segmento agrícola e o segmento industrial processador da cana, de onde se derivam importantes produtos como o açúcar, o etanol e a cogeração de energia elétrica na queima do bagaço da cana.

A primeira grande crise da agroindústria canavieira no período supracitado ocorreu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, sendo decorrente de grandes investimentos que expandiram essa atividade econômica, contribuindo para gerar excesso de oferta que causou queda dos preços. Essa expansão do parque industrial açucareiro no Brasil visava a atender a demanda crescente por esse produto, dada pela conjugação de um cenário externo favorável e um mercado interno que vivia o alvissareiro período do “milagre” econômico brasileiro, com altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Contudo, o mercado açucareiro mundial apresentou, no início dos anos 1970, uma inflexão com a diminuição dos preços dessa *commodity*. Essa crise foi resultado da combinação da concorrência com os adoçantes sintéticos ou artificiais, uma inovação introduzida no mercado mundial e que logo ganhou expressão para os consumidores sedentos por um congênere do açúcar de baixo ou inexistente valor energético, porém, que proporcione o gosto doce sem o ônus do ganho do peso corporal que teoricamente o açúcar natural proporciona; e diante da oferta excessiva no mercado açucareiro, em que a Europa, antes grande importadora (graças à política de preços de açúcar mais alta no mercado interno e ao mecanismo

de gestão europeia de oferta por quotas de produção), passou à condição de grande exportadora (JANK, 1989).

Sob a ótica do *approach* teórico utilizado, constata-se nessa crise da agroindústria canavieira, assentada no produto açúcar, uma atuação das organizações que fizeram um aporte de capital elevado, diante de expectativas favoráveis, e que depois só não se mostrou ocioso devido à entrada no mercado canavieiro do álcool combustível (hoje etanol), na matriz energética brasileira em 1975. Assim, o ambiente organizacional, via políticas privadas de ampliação da capacidade produtiva que não encontraram o respaldo desejado, foi decisivo para a explicação desse momento adverso. Não obstante, houve também um novo contexto dado pelo ambiente institucional com a entrada dos adoçantes sintéticos no mercado, afetando costumes seculares de uso do açúcar derivado somente de matérias-primas naturais como da cana, milho ou beterraba açucareira. Essa percepção também é válida para o ambiente competitivo, pois o consumo humano do açúcar passou a apresentar duas opções: a dos açúcares extraídos de matérias-primas naturais; a dos adoçantes sintéticos ou artificiais. Desse modo, o produto açúcar natural, antes de baixo grau de substituição, passou a ter um forte concorrente.

A outra grande crise que afetou a agroindústria canavieira no Brasil ocorreu com a perda de dinamismo do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), no período de 1986/1987 a 1995/1996. O Proálcool foi o principal motivador do elevado crescimento da produção canavieira de 1975/1976 a 1986/1987, cuja taxa de crescimento média anual para o país nessa fase foi de 11,7% ao ano. Ao revés, de 1986/1987 a 1995/1996, a taxa de crescimento média anual de produção canavieira caiu consideravelmente em relação à fase anterior, sendo de 0,92% ao ano. O que teria motivado essa redução de quase 11 pontos percentuais?

Segundo Shikida (2014), o Proálcool, depois de anos de progressivo crescimento, entrou em uma fase de desaceleração e crise devido à redução da participação dos investimentos públicos no Programa, que afetou os financiamentos de máquinas e equipamentos para esse segmento, interrompendo processos de implantação ou ampliação de unidades produtivas. Com o fim da crise do petróleo, os combustíveis fósseis retomaram sua força no mercado, e o reflexo disso contribuiu para acirrar a concorrência com os veículos movidos a etanol. Ainda nesse tocante, a agroindústria canavieira, diante da recuperação dos preços internacionais do açúcar, passou a direcionar boa parte de sua produção para o mercado açucareiro. Prova disso foi que, de 1986/1987 a 1995/1996, a taxa de crescimento média anual da produção de etanol no Brasil reduziu-se consideravelmente em relação à fase anterior, sendo de somente 1,4% a.a. (de 1975/1976 a 1985/1986, a taxa de crescimento média anual

da produção de etanol no foi de 34,7% a.a.), enquanto a taxa de crescimento média anual da produção de açúcar foi de 5,7% a.a., revertendo a tendência de importância dos dois principais produtos da agroindústria canavieira. Com esse desequilíbrio, o País precisou, em determinados momentos, importar etanol.

Outro importante fato explicativo dessa inflexão, em termos de evolução da produção agroindustrial canavieira, reside na desregulamentação pela qual esse setor começou a passar a partir de 1990, cujo marco principal foi a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 15/3/1990, por meio da Medida Provisória n. 151.

Uma releitura dessa grande crise da agroindústria canavieira, sob os quatro ambientes do *approach* teórico proposto, permite um novo olhar para esse difícil momento do setor. Por cronologia e revisitando Shikida (1997), a crise do Proálcool teve motivação e consequência nos quatro ambientes (concorrencial, organizacional, institucional e tecnológico), concatenados entre si. O “gargalo” tecnológico, oriundo da crise do petróleo, vital para a criação e posterior expansão do etanol combustível na matriz energética brasileira, desapareceu. Com isso, arrefeceu-se a justificativa corporativista em torno do Proálcool, pois o Estado foi afetado por uma grave crise fiscal, sendo forçado a diminuir seu apoio ao Programa e, logo em seguida, viria a extinguir o IAA, dando nítidos sinais de que o ambiente institucional a favor de uma política de subvenção ao etanol não seria mais utilizado como no momento de sua criação e estímulo inicial.

As organizações, particularmente a indústria automobilística e unidades produtivas canavieiras (usinas com destilarias anexas), motivadas pela diminuição das vantagens outrora concedidas para o veículo movido a etanol e diante das incertezas reinantes sobre o futuro do Proálcool, redirecionaram sua produção, respectivamente, para veículos movidos a gasolina e para o mercado açucareiro. Como reflexo, no ambiente concorrencial via características do consumo, a perda de confiança na garantia do abastecimento de etanol, o aumento relativo do preço do etanol hidratado em cotejo ao preço da gasolina e a diminuição do estímulo do Imposto sobre Produtos Industrializados contribuíram para a falta de interesse do consumidor pelo veículo movido exclusivamente a etanol e consequente redirecionamento de preferência para o veículo a gasolina. A proporção da venda de veículos a etanol, que entre os anos de 1984 e 1987 chegou a percentuais próximos de 90% do total vendido no País, em 1995 representou apenas 3% do volume total das vendas.

Com a desregulamentação setorial na agroindústria canavieira, a concorrência passou a ser preponderantemente via mercados, encerrando-se o paradigma subvencionista vigente na agroindústria canavieira (em que o Estado interferia no

padrão de busca das empresas da agroindústria canavieira com expedientes como garantia de margens de lucro, reserva de mercado, concessão de subsídios, entre outros) e encetando o paradigma tecnológico como foco na redução dos custos de produção e aproveitamento intensivo de subprodutos da cana. Esse novo ambiente apresentou-se como a trajetória tecnológica para as empresas que se diferenciaram dentro da agroindústria canavieira. Diante desse quadro, as usinas e destilarias passaram a se dedicar à diversificação e inovação, fazendo emergir uma nova estrutura com aspectos técnicos e organizacionais modernos, alterando o ambiente competitivo outrora marcado pelo intervencionismo estatal (SHIKIDA, 1997).

A crise recente da agroindústria canavieira pode ser destacada pela redução do número de unidades produtoras de açúcar e etanol [mais de 40 unidades deixaram de funcionar de 2008 a 2012, sendo 30 apenas entre 2011 e 2012, de acordo com dados da UNICA (2015)]. Contudo, parte da redução das plantas industriais está atrelada ao processo de fusões e aquisições, que contribui para a concentração das atividades do grupo em plantas mais modernas e eficientes. Essa situação está atrelada aos seguintes fatores: primeiro, durante parte do Governo Dilma, houve o controle artificial do preço da gasolina, visando a conter a inflação, porém, *pari passu* essa decisão contribuiu para tornar o etanol menos competitivo *vis-a-vis* seu substituto. Segundo, a crise internacional de 2008 tolheu os créditos no mundo e a agroindústria canavieira sentiu esse efeito; com recursos financeiros escassos, manter e renovar o canavial e produzir açúcar e etanol se tornou mais caro, deixando muitas usinas e destilarias em situação financeira fragilizada. Cumpre dizer que muitas unidades já haviam realizado investimentos para ampliação de sua capacidade produtiva, bem como foram instaladas novas plantas no Brasil (com forte aporte de investimento direto estrangeiro), tudo graças à dinâmica positiva da produção canavieira creditada à introdução em 2003 do veículo *flex-fuel* (que possibilita tanto o uso da gasolina como de etanol, ou de um *mix* entre ambos) no mercado automotivo, que fez alavancar novamente o consumo de etanol. Terceiro, houve condições climáticas adversas que prejudicaram as últimas safras, contribuindo para o aumento do custo de produção na agroindústria canavieira e comprometendo ainda mais sua capacidade de pagamento. Quarto, com a descoberta do Pré-Sal, os combustíveis derivados do petróleo voltaram a ganhar relevância, relegando o etanol para um plano secundário.

O que evidencia o *approach* teórico de Farina *et al.* (1997) para essa crise é a forte decisão de política macroeconômica interferindo na competitividade do etanol. Mesmo com a desregulamentação em vigor, o ambiente institucional foi alterado com a política governamental de controle do preço da gasolina, via encerramento da

cobrança da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE), que afetou o ambiente competitivo do etanol. Outrossim, assim como na primeira crise relatada neste artigo, em termos de ambiente organizacional, houve também um aporte de capital elevado para ampliação das unidades produtivas, dessa vez motivada pelas expectativas favoráveis no mercado do etanol. Com o consumo de etanol, quase que dobrando em função da introdução dos veículos *flex-fuel* no mercado, saindo dos 11,5 milhões de m³ em 2003 para se situar entre os 22 milhões de m³ nas últimas safras, era natural de se esperar uma ampliação dos investimentos no setor. Ocorre que cenários adversos como a crise financeira, a mencionada política econômica do governo de contenção de preços da gasolina e as recentes quebras de safras, afetaram negativamente essas expectativas. Ocorreu o que o ambiente competitivo retrata bem, isto é, algumas unidades tiveram seu ciclo de vida encerrado. A Figura 2 sintetiza no modelo da Figura 1 os principais resultados desta pesquisa.

Figura 2 – Dados da Pesquisa



Segundo Santos *et al.* (2016), sobressaem-se três aspectos no desenvolvimento institucional e organizacional da cadeia agroindustrial canavieira: 1) as mudanças nas agências reguladoras e na forma de ação regulatória; 2) as políticas setoriais e seus efeitos na atividade produtiva; 3) a estrutura do financiamento da produção, independente da política industrial.

O primeiro aspecto refere-se ao formato das instituições, aos agentes reguladores e o seu foco de atuação, que incorreram em mudanças consideráveis nos últimos anos. Pode-se dizer que o marco regulatório apresenta três pilares: o primeiro trata-se da Lei n. 9.478/1997 (Política Energética Nacional) que é um instrumento de fato regulador e soma às estruturas organizacionais do poder público federal, com destaque para aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Minas e Energias (MME), de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e de Ciência e Tecnologia (MCTI), pastas que se relacionam com a produção e o desenvolvimento produtivo; o segundo é o PNA (Plano Nacional Agroenergia), um conjunto de intensões, objetivos, metas e diretrizes; o terceiro, o PNE 2030 (Plano Nacional de Energia), trata-se de um instrumento de planejamento de longo prazo modificável anualmente.

No segundo aspecto, o tipo de política setorial incentiva a produção de bens da agroindústria e a promoção de medidas de controle da qualidade. São características centrais e ponto positivo do modelo regulatório: a não arbitragem nas transações entre os elos da cadeia produtiva, a liberdade de preços e a não interferência nas quantidades antes produzidas em cotas. A dificuldade da promoção da concorrência pelo preço, no âmbito de políticas e regulação setorial, se deve a dois aspectos: i) ao fato de o *locus* da concorrência para as indústrias ser a disputa por terras, visto que a concorrência por preço do produto etanol é altamente prejudicada pelo oligopólio da distribuição; ii) o controle de preços do produto substituto a gasolina, que torna imprecisa as expectativas e pressupostos da concorrência (SANTOS *et al.*, 2016).

O terceiro aspecto, destacado por Santos *et al.* (2016), refere-se a certa independência do financiamento à produção, em relação às três recentes políticas industriais do Brasil. Com a retomada do crescimento do etanol, na safra 2004/2005, foram editados três grandes planos ou políticas industriais que apontaram o setor sucroenergético com três perspectivas: i) como um dos portadores de futuro na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003; ii) como coadjuvante de ações de redução de gases de efeito estufa, na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008; iii) como “área estratégica”, no Plano Brasil Maior (PBM), de 2011, que dispõe

de atribuições aos ministérios e coordenação de ações voltadas à produtividade e competitividade.

No que se refere ao ambiente tecnológico, segundo Santos *et al.* (2016), a pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aumento do rendimento dos automóveis movidos a etanol dependem de iniciativas dessa grande indústria, devido ao cenário de investimento ser muito alto. Ressalta-se ainda dois desafios referentes à P&DI: encontrar formas de adoção de tecnologias, principalmente na fase agrícola; sinalizar segurança no investimento, mediante a baixa rentabilidade de parte dos agentes. No que tange a agroindústria, é necessário aumentar a eficiência energética no processo de produção e buscar o melhoramento de equipamentos para geração de calor e aperfeiçoamento de processos de produção e conversão da energia da biomassa.

Não obstante, algumas das causas das crises se deveram à reversão de expectativas de políticas privadas de investimentos, seja para um ou outro produto, denotando vicissitudes no ambiente organizacional, que afetaram o ambiente competitivo e institucional.

4. Considerações Finais

Este artigo teve como escopo analisar as crises do setor canavieiro no Brasil, no período de 1969/1970 a 2013/2014, sob o modelo de Farina *et al.* (1997).

Neste trabalho, foi observado que as agroindústrias canavieiras passaram por tipos de alternância de etapas produtivas ligadas às crises que podem ser explicadas, dentre outros aportes teóricos, pela dinâmica do ambiente organizacional, institucional, tecnológico e competitivo. Nas três grandes crises destacadas, constatou-se que esses quatro ambientes não são mutuamente excludentes, ou seja, podem ocorrer em um mesmo evento. Nos dois casos em que a ação do Estado foi reportada como reguladora (com a retirada do apoio ao Proálcool e com a política de controle dos preços da gasolina), denotando vicissitudes no ambiente institucional, houve consequências nos outros ambientes.

Por último, mas não menos importante, dados compilados por Meurer (2014) mostram que a agroindústria canavieira tem uma importância socioeconômica expressiva como, por exemplo: movimenta uma riqueza estimada em 2% do PIB, sua massa salarial é estimada em US\$ 738 milhões, a geração de emprego é de aproximadamente 1,28 milhão de postos de trabalhos formais: dados da safra 2013/2014 colocam o Brasil como o maior produtor mundial de cana, tendo produzido 653,5 milhões de toneladas e, dessa matéria-prima, foram produzidas 37,7

milhões de toneladas de açúcar (o que o qualifica como o 1º produtor mundial) e 27,5 milhões de m³ de etanol (o que o qualifica como o 2º produtor mundial); as exportações de açúcar e etanol em 2013 geraram, respectivamente, cerca de US\$ 11,8 bilhões e US\$ 1,9 bilhão para o País. Dada essa importância econômica, aprofundar os estudos acerca das crises na agroindústria canavieira se faz premente para o conhecimento de sua dinâmica interna. Um setor que implementou um Programa Nacional do Alcool, tendo como um dos seus objetivos economizar divisas, não pode em alguns momentos de sua história importar etanol. Destarte, este artigo sugere que novos trabalhos possam analisar essa temática sob os outros aportes metodológicos, isto certamente trará mais subsídios para um debate profícuo sobre a atividade canavieira.

Referências

- BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004. 226 p.
- BARROS, G. S. C. Agronegócio Brasileiro: Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. In: BARROS, G. S. C. *Dívida agrícola e sustentabilidade do agronegócio*. São Paulo. Julho/2006. p. 12-14.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Séries Históricas*. 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 2/5/2015.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of determinants and directions of technical change. *Research Policy*, Amsterdam, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Singular, 1997.
- FARINA, E. M. M. Q. Organização industrial no agribusiness. In: ZYLBER-SZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 39-57.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JANK, M. S. A revolução tecnológica e o papel da CEE no mercado de açúcar. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 22, p. 30-34, mar./abr. 1989.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 333 p.
- KINDLEBERGER, C. P.; ALIBER, R. Z. *Manias, pânico e crises: uma história das crises financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013. 409 p.
- MEURER, A. P. S. *Análise da agroindústria canavieira nos estados do Centro-*

- Oeste do Brasil a partir da matriz de capacidades tecnológicas*. Toledo, 2014. 81 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE.
- PAULILLO, L. F.; VIAN, C. E. de F.; SHIKIDA, P. F. A.; MELLO, F. T. de. Álcool combustível e biodiesel no Brasil: *quo vadis?* *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 3. p. 531-565, jul./set., 2007.
- POLARI, R. S. A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx. *Revista de Economia Política*, vol. 4, n. 2, abril/junho 1984.
- SANTOS, G. R. dos; GARCIA E. A.; SHIKIDA, P. F. A.; RISSARD JR, D. J. Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil. In: SANTOS, G. R. dos (Org.) *A agroindústria canvieira e a produção de etanol no Brasil: características, potenciais e perfil da crise atual*. Brasília, 2016. p. 17-46.
- SHIKIDA, P. F. A. Evolução e fases da agroindústria canvieira no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano XXIII, n. 4, p. 43-57, Out./Nov./Dez. 2014.
- SHIKIDA, P.F.A. *A evolução diferenciada da agroindústria canvieira no Brasil de 1975 a 1995*. Piracicaba, 1997. 191 p. Tese (Doutorado) – ESALQ/USP.
- TEIXEIRA, E. *Economia Monetária – A macroeconomia no contexto monetário*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA). Disponível em: <www.unica.com.br>. Acesso em: 22/1/2016.
- VIEIRA, M. C. A. *Setor sucroalcooleiro brasileiro: desafios e perspectivas*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/07.pdf> Acesso em: 21/5/2015.

Juliana Fernandes da Silva
Mestre em Turismo (Universidade de Brasília). E-mail: julianafern10@yahoo.com.br. Afiliação Institucional: Departamento de Turismo, UPIS Faculdades Integradas.

Rota dos Monumentos Históricos em Angra dos Reis: Atração de Turistas e Aumento da Taxa de Permanência a Caminho da Ilha Grande

Historical Monuments in Angra dos Reis: The Attraction of Tourists and Increased Rate of Stay the Path of Ilha Grande

Resumo

Este artigo tem por objetivo verificar a capacidade de atração e aumento da permanência de turistas a caminho da Ilha Grande, por meio de uma rota de monumentos históricos em Angra dos Reis (RJ). O Turismo é um fenômeno multifacetado, social, cultural e econômico. O Turismo Cultural é visto como uma forma de salvaguardar o patrimônio cultural, transformando-o em atrativo e promovendo a reabilitação das localidades. Uma rota ou roteiro pode organizar esses atrativos, para aumentar a capacidade de atrair turistas, o que demanda planejamento e controle do fluxo de visitantes. Além disso, possibilita-se uma interpretação do patrimônio. Angra dos Reis situa-se no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, entre os municípios de Paraty e Mangaratiba. Sua história remonta ao período colonial do Brasil. Muitos são os legados históricos, monumentos e manifestações culturais dessa época. Por isso, foi escolhido para o decorrer desta pesquisa o enfoque em monumentos históricos. A presente pesquisa utiliza-se do modelo teórico hipotético-dedutivo, procedendo-se à pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa em campo, por aplicação de questionários *on-line* em grupos de turistas que vão à Ilha Grande, no Facebook. Foi proposta a criação de rotas culturais, construindo-se dois modelos piloto, apresentados na conclusão.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio Cultural; Rotas Turísticas; Angra dos Reis.

Abstract

This article aims to verify capacity of attraction and increase in stay of tourists who are in way to Ilha Grande, by means of a historical monuments route in Angra dos Reis (RJ). Tourism is a multifaceted phenomenon, as social, cultural and economic. Cultural tourism is seen as a form to preserve cultural heritage, turning

it an attraction, and promoting communities' rehabilitation. A route or itinerary is able to organize these attractions to increase capacity to attract tourists, what demands planning and controlling visitors flow. In addition, it provides heritage's interpretation. Angra dos Reis is located in Rio de Janeiro State, Brazil, between Paraty and Mangaratiba. Its history goes back to Brazil colonial era. There is a lot of historical heritage, monuments and cultural manifestations there. For this reason, the emphasis in historical monuments was chose to this research. For this, Hypothetical-deductive method is used, proceeding to bibliographic research, and in loco research, applying on-line survey to Facebook groups focused in tourists who go to Ilha Grande. Creation of cultural routes was proposed, developing two pilot templates, presented in conclusion.

Keywords: Tourism; Cultural Heritage; Tourist Routes; Angra dos Reis.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a capacidade de atração e do aumento da permanência de turistas por meio da criação de uma rota de monumentos históricos em Angra dos Reis. Para isso, iniciou-se uma revisão bibliográfica, a começar pelo Turismo, que é visto como um fenômeno econômico, social, cultural, multifacetado, em que aproveitam-se dos recursos naturais e culturais existentes em uma localidade, para gerar atratividade para visitantes.

Sob a visão de Cultura, o patrimônio cultural é portador da identidade histórica de um povo, e o Turismo cultural pode ser visto como forma de motivar a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial da localidade. Nessa perspectiva, rotas e roteiros podem ser criados para, dentro de um percurso delimitado, organizar os atrativos antes isolados para fins de facilitar a experiência turística, dentro de um contexto de proximidade e história. Por outro lado, a visitação pode deixar o patrimônio cultural à mercê de atos de vandalismo e à degradação.

Quanto ao patrimônio, cabe apresentá-lo por meio de um plano interpretativo, que pode ser utilizado em rotas culturais. Esse é um processo constante, que confere valorização ao conjunto de atrativos de uma localidade.

Como poderá ser visto, mais à frente, neste artigo, Angra dos Reis iniciou a sua história pouco tempo depois do dito descobrimento do Brasil e sua colonização por portugueses. Antes disso, na região, havia indígenas Tamoios. Com a vinda de navegadores de Portugal e de outros países, começou o desenvolvimento econômico, fazendo passar a região por diversas modificações no espaço. A partir daí, surgiram diversas edificações preservadas até os dias atuais.

Com base nisso, são propostas duas rotas turísticas aproveitando a proximidade do Cais de Santa Luzia, utilizado para traslado entre o continente e a Ilha Grande, além da importância dos monumentos para a história de Angra dos Reis (RJ).

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar a capacidade de atração e do aumento da taxa de permanência de turistas que estão a caminho da Ilha Grande por meio da criação de uma rota de monumentos históricos em Angra dos Reis (RJ).

2.2 Objetivos Específicos

- a) elencar os monumentos histórico-culturais presentes em Angra dos Reis;
- b) verificar o local de origem, a frequência de visitação e a taxa de permanência dos turistas na Ilha Grande;
- c) desvendar a motivação para a escolha dos locais de traslado para a Ilha Grande;
- d) avaliar o nível de conhecimento e o interesse pelo patrimônio histórico de Angra dos Reis por parte dos turistas que vão para a Ilha Grande;
- e) propor opções de rotas culturais temáticas, com base nos monumentos históricos de Angra dos Reis.

3. Revisão Bibliográfica

3.1 Turismo como Fenômeno Multidimensional

Beni (1997) trata o Turismo como um sistema, em que há elementos de entrada, os recursos naturais e culturais, além de serviços prestados por empresas, e de saída, que são os produtos turísticos, cuja característica peculiar está em sua mutualidade ou inseparabilidade. É o que Boullón (2002), de forma simplista, chama de “trama de relações” a fim de trazer mais conforto ao turista, aumentando suas possibilidades de lazer.

Além a inseparabilidade, de acordo com Dias e Cassar (2005), um produto turístico é composto por uma gama de elementos que possuem características como a intangibilidade, a perecibilidade, a inseparabilidade, a heterogeneidade,

a subjetividade e a sazonalidade.

Os destinos turísticos são aquelas localidades que apresentam vocação para a atividade prática do Turismo, por meio de atrativos, seja pela beleza apresentada em seu cenário, seja por outras peculiaridades culturais, sociais, políticas, mas que sejam capazes, mesmo que potencialmente, de atrair a atenção do turista e nele gerar vontade, desejo ou interesse para uma possível e posterior decisão por viajar.

O produto turístico é competitivo quando tem a capacidade de proporcionar ao turista experiência positiva e, conseqüentemente, impulsionar a geração de negócios nas atividades econômicas relacionadas ao turismo, em um ou mais segmentos turísticos (SEBRAE, 2011).

Um atrativo turístico nada mais é que um recurso natural ou cultural, utilizado com finalidade turística, que motive o deslocamento de pessoas para uma localidade. Aquele é base para a criação de produtos turísticos e para aumentar a atratividade, a competitividade e a taxa de permanência de turistas. Acontece, que são apenas base, ou seja, precisa ser feito planejamento dos atrativos, atividades, equipamentos e infraestrutura necessária para garantir o bem-estar e a segurança dos viajantes.

Fazendo referência ao conhecimento das cidades por moradores e turistas, Boullón (2002) cita que cada cidade é diferente da outra, e que pode ser “lida” de forma espontânea, apesar da diferença das leituras que são feitas.

O conhecimento espontâneo é possível para os residentes de cada centro turístico porque eles, ao longo do tempo, vão compenetrando-se de seu ambiente, embora seu conhecimento [...] limite-se a algumas partes dele. Entretanto, o turista [...] deve ser ajudado, ensinado a descobrir e a ‘ler’ o que se deve ver (BOULLÓN, 2002, p. 195).

As cidades têm sua vida própria. Seus moradores são como membros desse conjunto, ou desse sistema (des)organizado, e criam suas rotas de acordo com a vivência e necessidades, produzindo caminhos que são percorridos continuamente. Já os visitantes, que chegam à cidade impulsionados pela motivação de descobrir, conhecer o novo, são incapazes de, à primeira vista, tecer seus trajetos com a mesma relação de intimidade que a dos moradores com seu ambiente habitual.

Chegando ao destino, motivado pelos atrativos diferenciais, organizados e ofertados de forma profissional, o turista pode melhorar sua experiência turística. A questão crucial a esse respeito reside no fato de a oferta turística desses atrativos geralmente ser feita isoladamente. E é daí que surge a importância de se reunir os atrativos isolados em circuitos ou rotas turísticas.

3.1.1 Turismo Cultural

O Turismo, como atividade controlada, é visto como forma de salvaguardar o patrimônio cultural, promovendo a reabilitação desses sítios. Essa reavivação reafirma a identidade local, integrando o morador ao legado histórico (PRIORI, 2009). Legado esse que, por vezes, passa despercebido até para o cidadão, que desconhece sua cidade.

De acordo com Tomazzoni (2009), o produto turístico-cultural apresenta, por suas peculiaridades, condições para garantir sua promoção e distribuição, comparado-se aos produtos turísticos convencionais, justamente por possuir aspectos relacionados à originalidade, exclusividade, autenticidade, inerentes aos conjuntos de características da cultura do lugar, e também por motivos subjetivos, emocionais, étnicos e nostálgicos.

O autor (*op. cit.*, p. 98) coloca que “o patrimônio de natureza histórica, materializado na arquitetura das construções antigas e contemporâneas, constitui-se cenário dos maiores polos de turismo”, sendo essa atividade um fator de transformação dos bens culturais em bens socioeconômicos, em benefício da comunidade receptora.

3.1.2 Rota e Roteiro Turísticos

O Ministério do Turismo (MTUR) apresenta os conceitos de rota e roteiro, trazendo a diferença fundamental entre eles, quando diz que “rota é um percurso continuado e delimitado”, enquanto “roteiro é mais flexível e não apresenta sequência de visitação, podendo, até, passar por diversas rotas” (BRASIL, 2010).

Boullón (2002, p. 209) define um roteiro como estruturante do conjunto turístico, porque apresentam-se como “vias de circulação selecionadas pelo trânsito de veículos e pedestres, em seus deslocamentos para visitar os atrativos turísticos”.

Dentro dessa perspectiva, é necessário situar o turista aquele que transita utilizando-se de veículos ou a pé. Excetuando-se das definições que são dadas à pessoa como turista, ele é visto como “protagonista” da atividade a que se submete temporariamente e que o leva a satisfação de suas necessidades e desejos (BOULLÓN, 2004).

Um roteiro turístico une os atrativos isolados, suas histórias e delineamentos, e entre eles e os equipamentos e serviços componentes da infraestrutura básica e turística. Assim,

o desenvolvimento do destino turístico depende da oferta turística diferencial [atrativos turísticos culturais e naturais], que tem a capacidade de

atrair os turistas, e, também, da oferta turística técnica [equipamentos e serviços básicos e turísticos], uma vez que os serviços complementares são essenciais para recepção e permanência dos visitantes na localidade (SEBRAESP, XX, p. 11).

Levando em consideração a capacidade de atrair turistas e visitantes e de mantê-los no destino durante sua estada, e havendo a relação de mercado entre oferta e demanda e consequente satisfação de necessidades e desejos, a proposta de um roteiro turístico deve passar pela elaboração de um plano de marketing, definido como:

Uma ferramenta de gestão que deve ser regularmente utilizada e atualizada, pois permite analisar o mercado, adaptando-se às suas constantes mudanças e identificando tendências que mostrem a viabilidade financeira e de atratividade do novo produto turístico ofertado ao mercado. Por meio dele, podem-se definir resultados a serem alcançados e formular ações para atingir competitividade (DANTAS, 2014, p. 33).

Isso tende a mostrar a viabilidade financeira e de atratividade do novo produto ofertado no mercado. Um roteiro turístico se caracteriza por estruturar, em um itinerário, atrativos que carreguem em si narrativa histórica e/ou cultural, a fim de planejar a atividade turística e estabelecer condições favoráveis ao “aprovisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades ou, então, o ‘desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar oportunidades de lucros em determinados segmentos de mercado’”. (RUSCHMANN, 2001, p. 83).

Enquanto os atrativos são tratados como meros pontos de parada, torna-se muito difícil o controle do fluxo de visitantes e dos benefícios que essa visita traz aos equipamentos e empreendimentos em seu entorno. Entretanto, estruturando um roteiro, fica claro o sentido histórico, cultural, social, econômico e ambiental de uma localidade.

Para tanto, Boullón (2002) adverte que o melhor caminho, seja ele o mais longo ou o mais curto, deve ser escolhido, não pelo tamanho do percurso, mas por sua própria qualidade e pela qualidade dos atrativos que a rota liga, sendo preferível que sejam definidos os pontos de maior interesse turístico. O roteiro planejado e executado é o que pode conferir imagem positiva ou negativa da localidade, o que altera a avaliação do turista sobre ela, influenciando a experiência turística.

Os roteiros podem ser de três tipos, quanto à função (BOULLÓN, 2002):

- a) de traslado: percursos de distâncias mais longas, como os que separam terminais, equipamentos turísticos e atrativos em seu raio de influência;
- b) de passeio em veículo: percursos selecionados para compor *city tours*;
- c) de passeio a pé: percursos que ligam atrativos próximos, no mesmo bairro.

Ainda sobre o percurso entre os atrativos, é interessante ressaltar a classificação de trilhas, construídas pela *World Wildlife Fund (WWF)* (2003), porque, devido a uma certa semelhança entre a utilização desses caminhos, parte “em atividades educativas ou recreativas”. Duas de suas classificações que são melhor encaixadas à proposta de um roteiro são quanto à função (de curta distância, também chamada “trilha interpretativa”, e de longa distância) e quanto à forma, que, adaptando-se o conhecimento a roteiros, poderia ser colocado conforme a seguir:

- a) circular: há possibilidade de retorno ao ponto de partida sem repetir o percurso;
- b) em oito: percursos eficientes devido ao aumento da possibilidade de uso do espaço;
- c) linear: forma mais comum de percurso, que liga o caminho principal a atrativos, sendo a ida e a volta feitas pelo mesmo caminho;
- d) em atalho: apesar do nome, seu objetivo é mostrar uma alternativa ao caminho principal, e não cortar caminho.

A organização e a integração da oferta turística resultam, assim, na consolidação de produtos e destinos turísticos em uma região, e, quando implementado de forma adequada, pode ocorrer um aumento no fluxo de turistas, do tempo de permanência e do gasto médio em determinada localidade. Logo, a roteirização confere “realidade turística” aos atrativos dispersos, espalhados, por meio de sua integração e organização” (BRASIL, 2007).

Para transmitir imagem positiva, é preciso fazer comunicação da mensagem ao interlocutor-visitante. A transmissão de mensagens e emoções supõe que haja, no meio do processo de comunicação, a interpretação, definida por Murta & Albano (2005) como forma de acrescentar valor à experiência turística por meio de informações, representações da história, da cultura e do meio ambiente, já que,

nesse contexto, importantes interfaces são feitas entre Turismo, preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural da localidade.

3.2 Cultura

O conceito de cultura defendido por Geertz (2008) é o de uma “teia de significados”, cujo tecelão foi o próprio homem e a que ele está amarrado, mostrando o fato do desvencilhamento dos aspectos e características culturais inerentes a determinados grupos sociais e etnias, o que tem implicações em sua forma de escrever, de comunicar-se, de comer, de entreter-se e de construir, além dos rituais inerentes.

Sabe-se que a cultura é dinâmica, sujeita tanto a mudanças internas, relativas ao próprio sistema cultural, quanto àquelas referentes ao contato de um sistema cultural com outros (LARAIA, 2001). É por meio dessas construções e desconstruções que se movimenta a cultura e que surge o patrimônio cultural de uma localidade.

3.2.1 Patrimônio Cultural

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 216, caput, define patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, incluindo:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

No Brasil, o patrimônio histórico-cultural é salvaguardado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seja ele material ou imaterial, por meio de tombamento¹, que é “o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido” (www.iphan.gov.br).

¹ O termo tombamento começou a ser utilizado em Portugal, devido ao lugar onde eram guardados os livros de registros especiais, a Torre do Tombo. Os bens tombados são inscritos em “Livros de Tombo” pelo IPHAN.

O patrimônio material pode ser considerado como imóveis ou móveis, classificados por sua natureza (arqueológicos, paisagísticos, etnográficos, históricos, belas artes e de artes aplicadas), enquanto o patrimônio imaterial refere-se às práticas sociais como modos de trabalho, festas, manifestações cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, e outras práticas coletivas que expressem o modo de vida de determinada comunidade (www.iphan.gov.br).

Priori (2009, p. 68) coloca os museus com um papel central na transformação desses, reclassificando-os como “patrimônio”. Para além dos objetos expostos em um museu, é interessante pontuar, então, o patrimônio histórico-cultural de uma cidade, cujo território faz as vezes de um museu a céu aberto, e os museus, igrejas, canhões, ruas ladrilhadas, ruínas e afins tornam-se esses objetos transformados em patrimônio dentro de um contexto macro.

O próprio descaso com algo de fundamental importância e que pode ser rentável, como o uso turístico do patrimônio histórico-cultural, pode ser tido como forma de degradação. Isso não ocorre apenas no âmbito do Turismo, mas também pelos moradores e gestores da localidade que possui monumentos históricos que são tidos como “velharias” mofadas e bolorentas (CAMARGO, 2002), desvalorizando, assim, até os caminhos percorridos pelos antepassados em direção à existência da própria localidade, com seus costumes e atividades econômicas que sustentaram a cidade por tantos anos até os dias atuais.

Sob outro ângulo, “a visitação, ainda que possa expô-los [monumentos históricos] a eventuais atos de vandalismo se a gestão é inadequada, impõe, por outro lado, a necessidade de conservação em condições adequadas ao olhar do turista” (CAMARGO, 2002, p. 64).

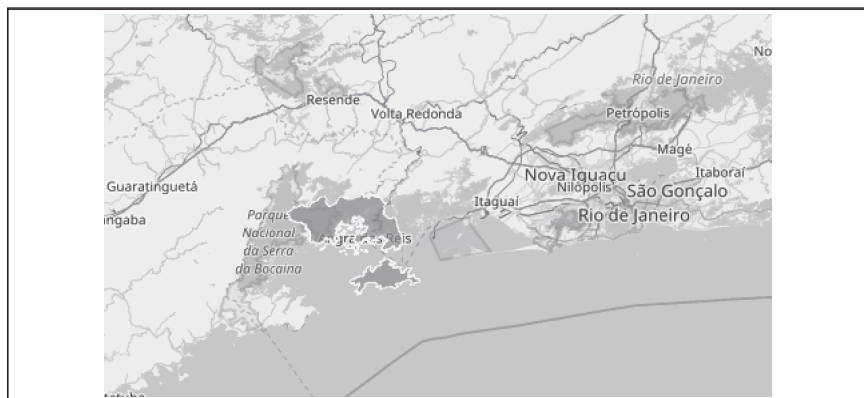
O cidadão é quem constrói, a cada dia e no decorrer da História, a alma do lugar. A despeito dessa afirmação, muitos são os fatores que passam a descaracterizá-lo, como a miséria, a violência, o crescimento desordenado de áreas urbanas, o desmatamento para construção de casas sem planejamento, entre outros (YAZIGI, 2001). E, assim, dá-se uma degradação das paisagens, que atingem o patrimônio, chegando a descaracterizá-lo.

Murta & Albano (2005) referem-se à interpretação como um processo constante, cujo objetivo é apresentar, promover e atualizar o patrimônio como um marco importante. Para isso, é importante a criação de planos interpretativos, que, segundo as autoras, apresentam-se em três as etapas essenciais, e que podem ser aplicadas a rotas e roteiros culturais: inventário e registro de recursos ou atrativos, temas e segmentos de mercado para delimitar a oferta turística; desenho e montagem da interpretação; gestão e promoção, para se ter um controle sobre a qualidade do produto turístico.

3.3 Contextualização: Angra dos Reis, RJ

O município de Angra dos Reis localiza-se na Região da Costa Verde², no Estado do Rio de Janeiro (RJ). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 169.511 habitantes em uma área total de 825.082 km² (www.ibge.gov.br), que é limitrofe dos municípios de Bananal (SP) a Norte, de Rio Claro (RJ) a Nordeste, de Mangaratiba (RJ) a Leste e de Paraty (RJ) a Oeste (www.angradosreis.rj.gov.br).

Figura 1 – Localização de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: www.cidades.ibge.gov.br

Sua distância (Figura 1) da capital do Estado é de 150 km, o que é uma distância média ao se comparar com Mangaratiba (102 km) e Paraty (239 km), que é a mais distante das três (CEPERJ, 2009).

De acordo com a Lei Municipal nº 270/1993, o município de Angra dos Reis é dividido em quatro distritos (e suas respectivas sedes): Angra dos Reis (sede: Cidade de Angra dos Reis); Cunhambebe (sede: Vila do Frade); Ilha Grande (sede: Vila do Abraão); Mambucaba (sede: Vila de Mambucaba) (ANGRA DOS REIS, 1993).

A região era habitada por índios Tamoios, mas a descoberta de Angra dos Reis data de 6 de janeiro de 1502, quando aportou o navio de Gonçalo Coelho, navegador vindo de Portugal. Capaz cita que:

Os navegadores de 1502 entraram na baía da Ilha Grande pela barra leste,

² Fazem parte da Região da Costa Verde os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

entre o pico da Marambaia e a ponta dos Castelhanos [um dos extremos da Ilha Grande], em 6 de janeiro, ou em data próxima, já que o costume de batizar os locais descobertos com as datas religiosas não se fazia necessariamente no dia exato do evento (CAPAZ, 1993, p.19).

A primeira colonização no continente ocorreu em 1530, por ordem da Coroa portuguesa. Tempos depois, em 1608, começou a chamar-se Vila dos Reis Magos da Ilha Grande, devido à data de sua descoberta, Dia dos Reis Magos (www.cidades.ibge.rj.gov.br).

A cidade tinha uma economia muito importante durante o Brasil-colônia, não apenas no que se refere à passagem de produtos para outras cidades, mas também por possuir uma geração de riquezas local. A partir do século XVIII, foi a cultura de cana-de-açúcar e do café. Como era caminho entre Santos e Rio de Janeiro, e fazia importação e exportação de produtos de e para cidades de Minas Gerais e São Paulo, tornou-se um dos maiores portos do Brasil, onde, no final do século XIX, foi aberta uma linha férrea entre São Paulo e Rio de Janeiro. Esse fluxo econômico perdeu força por três motivos: em 1864, a utilização das estradas que escoavam a produção cafeeira do Vale do Paraíba se tornou contraproducente com a instalação das linhas férreas em Barra do Piraí; em 1888, foi abolido o “direito” de uso de mão de obra escrava nas fazendas; as lavouras cafeeiras foram levadas para localidades mais vantajosas para a produção e com topografia menos escarpada que a da vila (CAPAZ, 1993).

Entre as décadas de 1920 e 1950, ocorreram fatos a fim de reerguer Angra dos Reis do insucesso econômico a que vinha sendo submetida, como as obras da estrada de ferro entre Angra e Rio Claro, RJ (1920); as obras do porto em frente ao centro histórico (1925); a chegada da primeira locomotiva na cidade (1928); a abertura do porto (1930); a abertura de uma estrada entre Angra e Getulândia, distrito de Rio Claro, RJ (1945); a instalação do estaleiro Verolme; a abertura da rodovia Rio-Santos; a construção do terminal da Petrobrás; a inauguração da Usina Nuclear em sua primeira fase (década de 1950) (CAPAZ, 1996).

Atualmente, a economia de Angra gira em torno do Estaleiro *Brasfels* (antigo Verolme), do comércio no centro da cidade e do Turismo, atividade que se baseia na oferta de recursos naturais, devido à topografia e beleza cênica do lugar; e recursos culturais, muito por razão da história da presença de indígenas, de quilombolas, de caiçaras e das obras arquitetônicas principalmente construídas por ordem dos colonizadores. A cidade citada pode ser considerada de importância fundamental para a história do Brasil, contando com diverso patrimônio histórico-cultural. Para isso, serão listados apenas alguns dos monumentos históricos a seguir:

- a) Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição: Localizada na Praça Silvestre Travassos, no centro da cidade, sua construção foi iniciada em 1625 e concluída em 1750. Diz-se que uma embarcação levava para Itanhaém (SP) uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, trazida de Portugal, mas, devido ao mau tempo, precisou parar em Angra dos Reis. Como o navio não conseguia deixar a cidade, os tripulantes preferiram deixar a imagem, o que seria “a vontade de Nossa Senhora”, que tornou-se padroeira da cidade. A Câmara de Vereadores e os habitantes coletaram 80.000 réis para comprar a imagem, que ficou no lugar que seria destinado a imagens dos Reis Magos (PASCOAL, 2016). A igreja foi tombada como patrimônio histórico nacional no ano de 1954 (www.mapadecultura.rj.gov.br).
- b) Convento São Bernardino de Sena: Situado no Morro do Santo Antônio, no centro de Angra, sua construção foi iniciada em 1758 e concluída em 26 de maio de 1763 (PASCOAL, 2016), ano de sua inauguração. No local, ocorriam festas religiosas, e chegou a abrigar 30 religiosos e alguns escravos, além de ter funcionado uma escola. O prédio começou a decair em 1831, o que levou a um desabamento no início do século XX (www.mapadecultura.rj.gov.br). Antes disso, era um local de descanso, pousada e abastecimento para franciscanos que saíam da Paraíba e de Santos (PASCOAL, 2016). Considerado um dos monumentos mais importantes em arquitetura de Angra dos Reis, o convento passou por reformas em 2015, e foi reaberto para visitação (www.angra.rj.gov.br). O prédio é tombado desde 1947.
- c) Convento Nossa Senhora do Carmo: O convento fica na Praça General Osório, de frente para o Cais do Pescador, de onde saem algumas embarcações para a Ilha Grande. Construído em 1593, é anexado a uma igreja datada de 1620. Diz-se que há uma passagem subterrânea antiga que o liga ao Convento São Bernardino de Sena, supracitado. A edificação foi tombada pelo IPHAN no ano de 1954 (www.mapadecultura.rj.gov.br).
- d) Igreja da Lapa e da Boa Morte: A Igreja foi construída em 1752 (biblioteca.ibge.gov.br), sobre uma elevação rochosa, por Baltazar Mendes de Araújo (CAPAZ, 1993). Desde 1992, sedia o Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, considerado o mais importante do Estado do Rio de Janeiro em se tratando de arte sacra, pois reúne diversos itens e utensílios do início do Século XVII ao início do século XX, provindos de irmandades já extintas, e de igrejas da Ilha Grande, de Mambucaba, Ariró, Bracuhy, Ribeira e Jacuecanga, bairros da cidade. Mesmo assim, no mês de agosto, a igreja é usada pela comunidade católica para missas e procissões para celebrar

o dogma da Assunção (www.museusdorio.com.br). Foi tombada em 1954 pelo IPHAN. A igreja fica na Rua Doutor Bastos, no centro de Angra dos Reis (www.iphan.gov.br).

- e) Igreja de Santa Luzia: Inaugurada em 1632, a Igreja de Santa Luzia foi a primeira Igreja Matriz de Angra dos Reis e objetivava o cumprimento de “uma promessa feita pela família Olivencia, primeiros povoadores da então Vila dos Reis Magos” (biblioteca.ibge.gov.br). É a segunda igreja mais antiga de Angra, depois da Igreja e Convento do Carmo (PASCOAL, 2016). Localiza-se na Rua do Comércio com a Travessa Santa Luzia e divide espaço com as lojas que geram um grande afluxo de pessoas à sua frente (visiteangradosreis.com.br). Seu tombamento foi feito em 1954.
- f) Casa de Cultura Laranjeiras: O casarão no qual hoje funciona a Casa de Cultura Laranjeiras foi construído em 1822 e pertencia à família Laranjeiras, que mantinha ali um armazém, até o falecimento dos patriarcas, o que fez com que o prédio ficasse abandonado, até sua desapropriação e restauro em 2006. Fica localizado na Praça Zumbi dos Palmares, ao lado do Mercado do Peixe, e dá espaço para exposições de artes plásticas, artesanato, além de cursos e palestras (www.guiaculturalcostaverde.com.br).
- g) Mercado do Peixe: O Mercado foi construído pela Prefeitura no ano de 1914. Ele era localizado à beira do mar, antes do aterro que foi feito e que reduziu bastante sua utilização. Contudo, ainda, é utilizado por pescadores de pequeno porte (www.angra-dos-reis.com).
- h) Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis: O prédio, localizado na Rua do Comércio, foi construído em 1824, e abrigou uma sede de clube e pastelaria, antes de ser comprado por uma rede hoteleira que planejava demoli-lo (www.guiaculturalcostaverde.com.br). Artistas da cidade protestaram contra a demolição do prédio, o que ocasionou sua proteção por parte do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pelo IPHAN (www.mapadecultura.rj.gov.br). É considerada a primeira Casa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, tendo havido sua inauguração oficial em 1986.
- i) Paço Municipal: Havendo sido construído em 1871, já abrigou a Casa da Câmara, atualmente é a sede da Prefeitura. Passou por restauro em 1930 e foi tombado como patrimônio histórico em 1982. Localiza-se na Rua Professor Lima, na Praça Nilo Peçanha, centro de Angra dos Reis (www.mapadecultura.rj.gov.br).
- j) Câmara Municipal: A edificação foi levantada no final do século XIX, em 24 de maio de 1876, com dois pavimentos (PASCOAL, 2016).

Funcionou como delegacia e cadeia até o final da década de 1960. Fica localizada na Praça Nilo Peçanha, em frente ao Paço Municipal (www.angra-dos-reis.com).

- k) Igreja Nosso Senhor do Bonfim: Popularmente chamada de “Igrejinha do Bonfim”, foi construída em 1780, por Manoel Francisco Gomes (CAPAZ, 1993), como pagamento de promessa, por ter sobrevivido a um naufrágio. A igreja só abre durante uma festa em maio (www.mapadecultura.rj.gov.br). “Possui um alpendre que parte do pequeno altar, permitindo que as pessoas, do lado de fora, venerem o Senhor do Bonfim” (PASCOAL, 2016). Entretanto, mesmo fechada, algumas pessoas fazem a travessia a nado ou com caiaques para conhecê-la. Ela fica situada na Ilhota do Bonfim, paralela à Estrada do Contorno, perto da praia do Bonfim.
- l) Praça do Cais e antiga linha férrea: Conhecida como Praça Amaral Peixoto, situa-se no centro de Angra dos Reis, conta com um conjunto de quatro canhões que remontam a 1650, utilizados como defesa da antiga Fortaleza do Carmo, demolida (visiteangradosreis.com.br). Já a linha férrea começou a ser utilizada para transporte de cargas no período da ditadura militar e foi reativada em 1992 para passageiros, fazendo o trajeto Angra-Lídice, por 40 km (PASCOAL, 2016), o que era chamado o “Trem da Mata Atlântica”. Atualmente, resta apenas a linha férrea para contar a história.
- m) Colégio Naval: Por meio de decreto, em 1949, foi criado o Colégio Naval, para formação de futuros oficiais da Marinha do Brasil. Em 1951, desembarcaram os primeiros alunos em Angra (PASCOAL, 2016).
- n) Forte do Leme: O Forte foi inaugurado em 14 de outubro de 1911. Foi construído pelo engenheiro militar Capitão Rosalvo Mariano, na Ponta do Leme, próximo a onde, hoje em dia, fica localizado o Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG). O local foi escolhido para policiar a entrada da Baía de Angra dos Reis. No Forte, encontram-se dois canhões que, antes, pertenciam ao navio Riachuelo. Atualmente, restam ruínas da Fortaleza (PASCOAL, 2016).
- o) Igreja de Mambucaba: Com a chegada dos primeiros colonizadores à região, por volta de 1610, foi construída uma capela, o que fez surgir um povoado a seu redor. Com o crescimento causado pelas fazendas de café e açúcar, o porto de Mambucada ficou bastante conhecido por seu fluxo para exportação. Entretanto, com a implantação do sistema ferroviário, o movimento decaiu. Em 1968, toda a Vila Histórica de Mambucaba foi tombada pelo IPHAN, para preservar os prédios his-

tóricos que restaram dessa época (www.turismovaldedocafe.com).

- p) Ruínas do Engenho Central de Bracuchy: O Engenho Central do Bracuchy foi inaugurado em 26 de outubro de 1884 para o “fabrico do açúcar por difusão”, o que era novidade no Brasil naquela época, execução que foi concedida a Manoel Caetano da Silva Lara, fazendeiro produtor de café e aguardente da Ilha Grande. Dois anos depois, a firma foi passada à Furquim, Joseph & Cia. (PASCOAL, 2016). “No final do século XIX, a economia açucareira entrou em declínio e foi quando começou também o declínio da Fazenda Bracuí” (visiteangradosreis.com.br). O antigo Engenho localiza-se em Santa Rita do Bracuchy, no Km 504 da BR-101 (Rio-Santos) (www.mapadecultura.rj.gov.br).

4. Metodologia

A presente pesquisa objetivou introduzir um assunto de grande interesse para o município de Angra dos Reis (RJ), que é a proposição de uma rota cultural com a finalidade de atrair turistas, para, então, aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e, conseqüentemente, gerar mais renda e empregos diretos e indiretos ligados à atividade. O foco principal da pesquisa foi o de turistas que atravessam do continente até a Ilha Grande por Mangaratiba em vez de fazê-lo pela cidade de Angra, devido à proximidade de seu local de origem.

Para tal, utiliza-se do método hipotético-dedutivo, dado quando não há conhecimento suficiente para explicar um fenômeno, cujo problema emergente precisa ser testado ou falseado mediante uma ou mais hipóteses, que se mostram válidas depois das formas escolhidas para pesquisa (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

A hipótese levantada foi que, ao se apresentarem mais atrativos na cidade de Angra dos Reis, os turistas passariam a fazer a travessia Angra-Ilha, com a permanência de, pelo menos, um dia antes de ir para a Ilha Grande ou um dia depois de sua volta, para conhecer a cultura do lugar.

Primeiramente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, para reunir os conhecimentos já existentes a respeito das temáticas presentes. Para complementar os dados obtidos na fase anterior da pesquisa, foi feita a pesquisa em campo, de caráter quantitativo, tendo como técnica utilizada basicamente a aplicação de questionários (*survey*), construídos utilizando-se o site de pesquisas *on-line SurveyMonkey* (www.surveymonkey.com), com perguntas fechadas e abertas.

Sua aplicação ocorreu entre 21/10/2016 e 5/11/2016, por meio do Facebook (devido à distância da pesquisadora do seu objeto de estudo e impossibilidade de

estar na localidade durante esse período) em dois grupos: “Ilha Grande – Pico das Galáxias” e “Ilha Grande Democrática”, que reúnem turistas brasileiros que têm como afinidade o interesse pela Ilha Grande.

Esta pesquisa está em fase introdutória e pretende-se continuá-la, com um aprofundamento maior a respeito das temáticas apresentadas. Por esse motivo, nesta fase, foram aplicados 34 questionários, a fim de mostrar se havia constância nas respostas dos turistas que já visitaram ou sempre visitam a Ilha Grande sobre o interesse por uma rota cultural em Angra dos Reis (RJ), que deveriam mostrar um caminho pelo que se deve percorrer no restante da pesquisa.

Também, por isso, foram escolhidos 14 pontos de interesse turístico histórico-cultural, em sua maioria, mais próximos do centro de Angra dos Reis, e alguns mais distantes, escolhidos por serem considerados de relevante atratividade. Sabe-se, contudo, que o patrimônio histórico da cidade é formado por um universo maior de monumentos e manifestações culturais importantes, que pretendem ser trabalhadas em um momento futuro pela autora.

Para construir as duas rotas-modelo apresentadas no trabalho, foi utilizado o *Google Maps*.

5. Resultados

Analisando-se os questionários respondidos, 30 pessoas (cerca de 88%) que visitam ou visitaram a Ilha Grande responderam ser provenientes da cidade do Rio de Janeiro (RJ), enquanto os quatro demais (12%) são provenientes de SP, GO e DF.

Quanto à frequência com que visitam a Ilha, 11 pessoas (33%) responderam ir à Ilha Grande pelo menos uma vez ao ano; seguidos de 9 pessoas (27%) que vão, ao menos, duas vezes ao ano; 6 pessoas (18%) que foram uma vez decidiram retornar à Ilha; 4 pessoas (12%) afirmaram ir mensalmente; 3 pessoas (9%) estão indo ou foram pela primeira vez; ninguém respondeu ir semanalmente.

Relativo a sua permanência na Ilha Grande, 10 pessoas (29%) responderam permanecer até 1 semana; outras 10 pessoas (29%) afirmaram que permanecem por 2 ou 3 dias; seguido de 7 pessoas (21%) que responderam ficar por até duas semanas; enquanto existem 5 pessoas (15%) que apenas passam o dia e retornam para casa no mesmo dia. Tanto os que permanecem até três semanas, quanto por mais de um mês, houve apenas 1 resposta, equivalente a 3%. Ninguém afirmou permanecer até 1 mês.

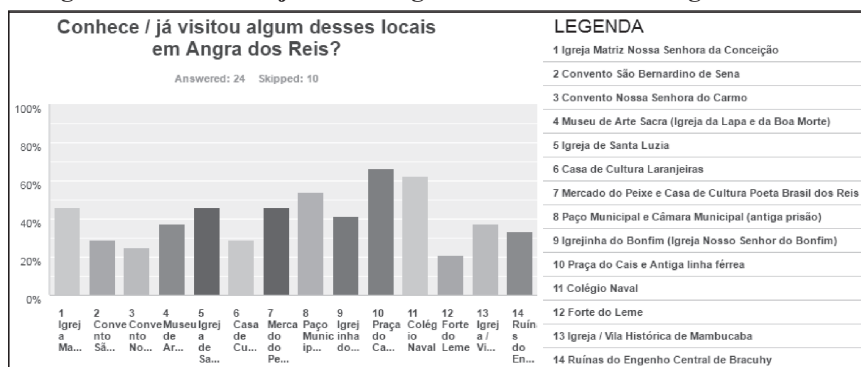
Considerando-se o que foi colocado anteriormente a respeito da localização de Angra dos Reis, Conceição de Jacareí e Mangaratiba, partindo da capital do

Estado do Rio de Janeiro, quando perguntados de que localidade preferem atravessar para a Ilha Grande, 44% (15) das pessoas responderam geralmente partirem de Conceição de Jacareí, enquanto 32% (11) vão por Angra dos Reis e 24% (8) preferem ir por Mangaratiba.

Os principais motivos apresentados para quem escolhe ir para a Ilha Grande por Mangaratiba ou Conceição de Jacareí são a proximidade do local de origem ou residência (52%) e a maior opção de serviços e equipamentos turísticos (hospedagem, alimentação e transporte) no local, correspondente a 26% das respostas. Cinco pessoas (22%) responderam que sempre utilizaram esse percurso, e três pessoas (13%) afirmaram fazê-lo porque têm amigos ou família residentes nas localidades. Foi deixada a opção de resposta aberta, e as duas pessoas que utilizaram esse espaço responderam que o *“tempo de travessia é mais rápido, e as embarcações são mais seguras”*.

Para aqueles que fazem a travessia entre Mangaratiba ou Conceição de Jacareí e a Ilha Grande, os motivos que os fariam escolher utilizar o percurso Angra-Ilha seriam: a oferta de infraestrutura turística (23%), de atrativos culturais, como monumentos históricos, manifestações culturais e gastronomia típica (23%), seguido de atrativos naturais, como praias, cachoeiras e trilhas (18%), mais opções de entretenimento, como bares, restaurantes, shows, espetáculos de teatro (14%) e atividades de aventura, como mergulho, escalada, *rafting* e voo livre (5%). Nove pessoas (41%) preferiram utilizar-se da opção de resposta aberta para afirmar que iriam para Angra dos Reis, principalmente, se o traslado para a Ilha fosse *“rápido”*, com *“mais horários”* e com *“mais opções de passeios em pontos da Ilha Grande que não são realizados em Conceição de Jacareí”*, conforme os relatos.

Figura 2 – Conhece / já visitou algum desses locais em Angra dos Reis?



Fonte: Acervo pessoal.

Sobre os atrativos culturais de Angra dos Reis, foram elencados os monumentos/patrimônios históricos materiais, apenas para fins de delimitação do presente trabalho: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Convento São Bernardino de Sena, Convento Nossa Senhora do Carmo, Museu de Arte Sacra (Igreja da Lapa e da Boa Morte), Igreja de Santa Luzia, Casa de Cultura Laranjeiras, Mercado do Peixe e Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis, Paço Municipal e Câmara Municipal (antiga prisão), Igrejinha do Bonfim (Igreja Nosso Senhor do Bonfim), Praça do Cais e antiga linha férrea, Colégio Naval, Forte do Leme, Igreja e Vila Histórica de Mambucaba e as Ruínas do Engenho Central de Bracuhy.

Acerca disso, foi perguntado se os turistas que atravessam para a Ilha Grande já haviam visitado algum desses atrativos culturais em Angra dos Reis. Por se tratar de questão com respostas múltiplas, os resultados obtidos foram os seguintes.

Nota-se, com base no gráfico apresentado (Figura 2), que os seis atrativos visitados por esses turistas em Angra dos Reis foram: Praça do Cais e antiga linha férrea (67%), Colégio Naval (63%), Paço Municipal e Câmara Municipal (54%), Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (46%), Igreja de Santa Luzia (46%), e Mercado do Peixe e Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis (46%). Seguindo essa tendência, ainda com números expressivos, a Igrejinha do Bonfim (42%), o Museu de Arte Sacra (38%), a Igreja de Mambucaba (38%) e as Ruínas do Engenho Central do Bracuhy (33%).

Por outro lado, os atrativos menos visitados por passantes foram: a Casa de Cultura Laranjeiras (29%), o Convento São Bernardino de Sena (29%), o Convento Nossa Senhora do Carmo (25%) e o Forte do Leme (21%).

Quando indagados sobre o interesse por conhecer ou visitar algum dos atrativos supracitados, 85% dos entrevistados responderam que haveria interesse, enquanto apenas 15% disseram não ter interesse, “*mesmo sendo uma cidade turística*”, sendo que 58% daqueles considerariam permanecer em Angra (continente) pelo menos um dia antes ou depois da permanência na Ilha Grande, caso a cidade apresentasse rota organizada de atrativos culturais. Apenas 9% dos entrevistados responderam que, mesmo que o traslado ocorresse entre Angra e Ilha, não cogitariam a possibilidade de permanecer na cidade.

6. Conclusão

Com base nos dados obtidos em pesquisa, pode-se concluir que há interesse, na maior parte dos turistas, pelo patrimônio histórico de Angra dos

Reis. Considerando, no entanto, que os turistas que vão para a Ilha Grande são, majoritariamente, provenientes do Rio, a proximidade maior entre a capital do Estado e Mangaratiba ou Conceição de Jacareí, se comparado a Angra, os turistas acabam por escolher uma dessas localidades como ponto de início da travessia para a Ilha Grande.

Deve-se considerar que a não-escolha por Angra dos Reis está relacionada, principalmente, à oferta precária, deficiente de serviços turísticos, pelo menos em três níveis: os recursos naturais e culturais não são aproveitados em sua totalidade, ficam escondidos à espera de visita que “caridosamente” ocorra; tem-se empreendimentos de alimentos & bebidas com profissionais e infraestrutura despreparados para receber turistas e moradores, acarretando um serviço sem qualidade suficiente; da mesma forma, tem-se meios de hospedagem que oferecem serviços a quem por um preço além, o que é controverso.

Naturalmente, os atrativos culturais mais próximos do Cais de Santa Luzia, no centro da cidade, são os mais visitados com exceção dos citados anteriormente. Isso se deve ao fato de que, estando por perto, é válido visitar algum atrativo no intervalo entre a espera e a travessia para a Ilha Grande. Os atrativos mais distantes, como o Forte do Leme, ou as Ruínas do Engenho Central do Bracuhy, ou a Igreja e a Vila Histórica de Mambucaba, são menos visitados, porque demandam transporte e sugerem visita específica, ou seja, a visita a esses atrativos como a própria motivação da viagem/visita.

Entende-se que, havendo infraestrutura turística de qualidade, bem como infraestrutura de acesso e apoio e sinalização turística, há mais condições de se aumentar a atratividade da localidade, a fim de atrair os turistas “passantes” que preferem atravessar para a Ilha Grande por Conceição de Jacareí ou Mangaratiba.

Entende-se que, para gerar atratividade, não se deve considerar os atrativos isoladamente, mas tratá-los como capítulos de um livro, que não funcionam separadamente, mas tecendo-se uns aos outros. Assim, é necessário planejar rotas turísticas focadas no patrimônio histórico, como forma de organizar a oferta turística.

Assim, propõem-se rotas diversas, principalmente de acordo com a disponibilidade de tempo do turista ou visitante. Criá-las não é apenas ligar pontos de interesse, mas preparar sinalização turística (inclusive *banners* na entrada dos atrativos, que identifique sua localização e características), melhorar as vias de acesso (para pedestres, ciclistas e motoristas), e até guias (turísticos, para autoguiamento; de turismo, para quem quiser ou necessitar).

Figura 3 – Rota 1: Centro Histórico Expresso

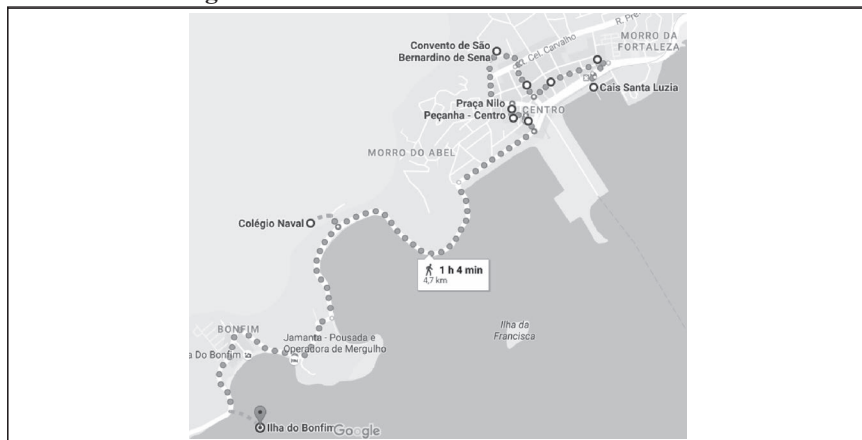


Fonte: Acervo pessoal, utilizando-se o Google Maps para plotagem.

São propostas duas rotas de monumentos históricos mais próximas ao Centro e, mais especificamente, saindo do Cais de Santa Luzia (local de onde partem as embarcações ligando Angra dos Reis à Ilha Grande).

A Rota 1 (Figura 3), de formato circular, proposta para ser feita a pé, de acordo com cálculos do *Google Maps*, dura 25 minutos (quase 2 km do início ao fim), sem contar com o tempo de parada entre os atrativos. Supondo que essa parada dure até 10 minutos, entende-se que sua duração total seria de cerca de duas horas, o que pode ser prolongado, dependendo das paradas que forem feitas.

Figura 4 – Rota 2: Centro Histórico e Passeio



Fonte: Acervo pessoal, utilizando-se o Google Maps para plotagem.

Os atrativos constantes dessa rota são: Convento do Carmo, Igreja de Santa Luzia, Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis, Igreja Matriz, Convento São Bernardino de Sena, Paço Municipal e Câmara (Praça Nilo Peçanha), Casa de Cultura Laranjeiras e Mercado do Peixe (Praça Zumbi dos Palmares), Igreja da Lapa e da Boa Morte (Museu de Arte Sacra), Praça Amaral Peixoto e antiga linha férrea, retornando ao ponto inicial, Cais de Santa Luzia. Existe a possibilidade de essa rota ser feita de carro ou de bicicleta. O que se deve considerar é que, em alguns pontos, é preciso andar por não haver passagem para carros.

Já a Rota 2 (Figura 4), de formato linear, é proposta para ser feita a pé ou de carro, já que seu percurso é um pouco maior (quase 5 km de ida). Conforme calculado pelo *Google Maps*, seu percurso tem duração de 1h4min, sem contar com as paradas nos atrativos. Supondo, da mesma forma, que as paradas durem por volta de 10 minutos cada uma, o que pode ser prolongado, entende-se que essa rota possa ser percorrida dentro de um total de 3 a 4 horas.

Os atrativos constantes da rota são: Convento do Carmo, Igreja de Santa Luzia, Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis, Igreja Matriz, Convento São Bernardino de Sena, Paço Municipal e Câmara (Praça Nilo Peçanha), Casa de Cultura Laranjeiras e Mercado do Peixe (Praça Zumbi dos Palmares), Igreja da Lapa e da Boa Morte (Museu de Arte Sacra), Colégio Naval, Igreja do Bonfim, Praça Amaral Peixoto e antiga linha férrea, retornando ao ponto inicial, Cais de Santa Luzia.

Dessa forma, seguindo padrões para criação de outras rotas temáticas, pode-se criar atratividade para a cidade e, por conseguinte, atrair mais turistas, inclusive os que atravessam para a Ilha Grande, aumentando a taxa de permanência, gerando mais renda direta e indireta do Turismo, maximizando os efeitos positivos, ligados à preservação do patrimônio histórico e da inclusão social de moradores na atividade turística.

Todavia, cabe observar que, como citado anteriormente em Metodologia, a amostra para o presente artigo foi pequena quando se observa o universo de pesquisa de visitantes e turistas nacionais interessados na Ilha Grande. Conclui-se ser necessário um estudo com maior duração e maiores detalhes. Por isso, deve-se ressaltar, este é o início de um estudo que se pretende continuar, aumentando sua complexidade e aprofundamento, com pesquisas em alta e baixa temporada; verão e inverno; feriados e fins de semana; dias de semana.

7. Bibliografia

ANGRA DOS REIS. *Lei nº 270, de 15 de abril de 1993.*

_____. *Dados do Município.* Disponível em: <<http://www.angra-dos-reis>>.

- com/instrumentos_de_navegacao/dados_do_municipio.htm>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- _____. *Mercado do Peixe*. Disponível em: <http://www.angra-dos-reis.com/explorando_paraíso/atrativos_culturais/mercado_peixe.htm>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- BENI, Mario Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora Senac, 1997.
- BOULLÓN, Roberto C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRASIL. *Segmentação do Turismo e o Mercado*. Brasília: MTUR, 2010.
- _____. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: módulo operacional 7 – roteirização turística*. Brasília: Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização, 2007.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico-Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CAPAZ, Camil. *Memórias de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1996.
- CEPERJ. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2009.
- DANTAS, Edmundo Brandão. *Manual Realmente Prático para Elaboração de Planos de Marketing*. Brasília: Editora Senac, 2014.
- DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. *Fundamentos do Marketing Turístico*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GUIA CULTURAL DA COSTA VERDE. *Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis: um marco vitorioso para a cultura da cidade*. Disponível em: <<http://www.guiaculturalcostaverde.com.br/?locais=casa-de-cultura-poeta-brasil-dos-reis-3>>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- IBGE. *Igreja de Nossa Senhora da Lapa [e Boa Morte]: Angra dos Reis, RJ*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?vieq=detalhes&id=446862>>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- IPHAN. *Igreja de Nossa Senhora da Lapa e da Boa Morte (Angra dos Reis, RJ)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta>.

- asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1612>. Acesso em: 7 de novembro de 2016.
- _____. *Bens Tombados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 4 de novembro de 2016.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- MAPA DE CULTURA RJ. *Matriz de Nossa Senhora da Conceição*. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao-1>>. Acesso em: 5 de novembro de 2016.
- _____. *Convento Nossa Senhora do Carmo*. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/convento-de-nossa-senhora-do-carmo>>. Acesso em: 5 de novembro de 2016.
- _____. *Ruínas do Engenho Central do Bracuhy*. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ruinas-do-engenho-central-do-bracuhy>>. Acesso em: 5 de novembro de 2016.
- _____. *Edifício do Paço Municipal*. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/edificio-do-paco-municipal>>. Acesso em: 5 de novembro de 2016.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MUSEUS DO RIO. *Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis*. Disponível em: <http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=1:museu-de-arte-sacra-de-angra-dos-reis&Itemid=0>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- PASCOAL, Ednéa do Marco. *Angra dos Reis: 500 anos de história*. Angra dos Reis: Pascoal, 2016.
- PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS. *Convento de São Bernardino de Sena reabre suas portas*. Disponível em: <http://www.angra.rj.gov.br/imprensa_noticias_release.asp?vid_noticia=49703&IndexSigla=imp#.WCOdly0rI_4>. Acesso em: 9 de novembro de 2016.
- PRIORI, Angelo (org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- TOMAZZONI, Edgar Luiz. *Turismo e Desenvolvimento Regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.
- TURISMO DO VALE DO CAFÉ. *Vila Histórica de Mambucaba RJ*. Disponível em: <<http://www.turismovalodocafe.com/2010/08/vila-historica-de-mambucaba-rj.html>>. Acesso em: 7 de novembro de 2016.

- SEBRAE. *Estudo de competitividade de produtos turísticos*. Brasília: Sebrae, 2011.
- SEBRAESP. *Cadernos de Atrativos Turísticos: caderno 1 - entendendo os atrativos turísticos*. São Paulo: SEBRAESP, XX.
- VISITE ANGRA DOS REIS. *Ruínas do Engenho do Bracuhy*. Disponível em: <<http://visiteangradosreis.com.br/ruinas-do-engenho-do-bracuhy/44-1786>>. Acesso em: 6 de novembro de 2016.
- _____. *Igreja de Santa Luzia*. Disponível em: <<http://visiteangradosreis.com.br/igreja-de-santa-luzia/44-1398>>. Acesso em: 6 de novembro de 2016.
- _____. *Conjunto de Canhões da Fortaleza do Carmo*. Disponível em: <<http://visiteangradosreis.com.br/conjunto-de-canhoes-da-fortaleza-do-carmo/44-1842>>. Acesso em: 8 de novembro de 2016.
- WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- YAZIGI, Eduardo. *A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001.

Sebastião Fontenele França

Mestre e Doutorando em Geografia pela UnB. Especializado em Educação pela UCB. Professor da UPIS

Eder de Souza Martins

Doutor em Geologia. Pesquisador da Embrapa e Professor da Pós-Graduação da UnB.

As Categorias Espaço, Tempo e Território e a Construção Fenomenológica do Território Quilombola Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros

The Categories of Space, Time and Land and the Construction of the Phenomenological of Kalunga's Territory – the Black People Quilombola Area in the middle of Goiás north Micro Region

Resumo

A Chapada dos Veadeiros, em termo geográficos, apresenta uma situação *Sui Generis*, uma vez que, em seus limites, abriga distintas configurações territoriais. Essa fenomenologia é decorrente de interesses que envolvem Estado, municípios, órgãos ambientais, produtores rurais, Povo Quilombola Kalunga e as populações locais. No entanto, para chegar a essa configuração, existe toda uma história que envolve o tráfico de negros para a então Capitania dos Goyazes, onde a escravidão ajudou a forjar o Território Quilombola Kalunga.

Palavras-chave: Escravidão em Goiás; Território e Territorialidade; Território Quilombola Kalunga.

Abstract

The Chapada dos Veadeiros, in geographical term, presents a *Sui Generis* situation, since, in its boundaries, different territorial configurations hosts. This phenomena is due to interests involving State, local authorities, environmental agencies, farmers, People Quilombola Kalunga, and local populations. However, to get to this setting, there is a whole story that involves the trafficking of blacks to the then Captainty of Goyazes, where slavery helped to forge the Quilombola Kalunga Territory.

Keywords: Bondage in Goiás; Territory and Territoriality; Quilombola Kalunga Territory.

1. Introdução

A história da escravidão no atual Estado de Goiás é mais recente do que a do restante do país, pois os primeiros contatos, na relação serviçal, entre os chamados “brancos”, que na verdade não os eram, considerando que já entraram em território goiano com avançado processo de miscigenação, a exemplo dos bandeirantes, deram-se a partir do século XVII com as incursões à procura de minerais preciosos, principalmente o ouro. Ressalta-se, portanto, que, em tempos anteriores a esse século, “os Goyazes” já eram habitados por tribos indígenas e que já servia de passagem para incursões que antecederam os bandeirantes, vindas, tanto do Norte, quanto do Sul da colônia.

Sabemos que a escravidão já era uma prática normal no Continente Africano, mas não na forma como foi implantada no Brasil. Os Senhores das minas e dos engenhos praticavam os mais perversos tipos de castigo, em que os negros só tinham duas opções: viver ou morrer. Milhares optaram pela vida e, por isso, tiveram que criar estratégias de fuga, dando origem aos quilombos, e o principal critério de segurança que utilizavam era o de esconderijo em terras de difícil acesso, razão pela qual encontramos os quilombos num relevo bastante acidentado, nos quais puderam permanecer por muitos anos longe dos “brancos” ou dos “capitães do mato”. Foi o caso dos negros que trabalhavam na exploração do ouro em Goiás, e especialmente na atual Microrregião da Chapada dos Veadeiros, no período setecentista: os Kalunga, que fugiram de seus “donos” e se embrenharam entre as serras da atual Chapada dos Veadeiros. É importante ressaltar que grande parte desses negros veio da Bahia, mas há registros que vieram também de Arraias, Meia Ponte (atual Pirenópolis), Vila Boa de Goyaz (hoje Goiás), Natividade, Traíras, dentre outros arraiais, uma vez que, à medida que as minas iam se esaurindo, os bandeirantes deslocavam seus contingentes para outras localidades.

É notório que a escravidão, até os dias atuais, ainda mancha a história da nação brasileira, mas neste *paper* será discutido tão somente o processo mercantil lusitano que levou o mundo a conhecer o mais cruel sistema social já existente: a escravidão do negro africano, e como esse processo atingiu o Estado de Goiás, restringindo-se, entretanto, neste trabalho, à Chapada dos Veadeiros, onde há afrodescendentes que habitam terras encravadas entre serras e colinas, os chamados vãos, encaixados nos vales dos rios Paranã, Almas, Maquiné, Ribeirão dos Bois, dentre outros, e que lá vivem, aproximadamente, mais de 8.000 mil almas, distribuídas em quatro principais comunidades: Vão de Almas, Vão de Moleque, Engenho II e Vão da Contenda, a maioria num estado de degradação, pois o Estado apenas lhes dá esperança de vida melhor, uma vez que a titulação de suas áreas

ainda permanece em “berço esplêndido”, devido ao processo burocrático dos órgãos responsáveis como é o caso, por exemplo, do povo Quilombola Kalunga, que sobrevive com a pouca ajuda dos governos Federal, Estadual e Municipal. Esses aproveitam o cenário ímpar de suas terras, abrindo-as ao turismo ecológico, para delas retirar, timidamente, recursos financeiros, que contribuem para a subsistência da comunidade. É o caso da pouca significativa taxa de entrada ao Sítio Histórico Kalunga, isso no Engenho II, porque nos outros vãos nem isso existe.

A certificação do território já foi expedida pela Fundação Palmares, mas a titulação definitiva ainda não atingiu a totalidade. É importante ressaltar que a certificação é o primeiro passo do processo de titulação, o que pode culminar com a posse definitiva do território, que é concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também com a certificação expedida, as comunidades já podem receber benefícios como direito à moradia, saneamento básico e à participação em programas sociais como Bolsa Família e outros dispositivos sociais. No caso do Território Kalunga, o governo federal já implementou algumas obras na comunidade Engenho II, enquanto nas outras comunidades muitos Kalungas passam privações.

Entretanto, o problema dos Kalungas não se resume somente à questão da morosidade da liberação do título definitivo das terras, mas também pela forma como os entes públicos tratam da territorialidade naquela área, pois a configuração da região estudada chamou-nos a atenção quando identificamos a sobreposição de territórios, não somente física, mas em termos legais, em que cada unidade territorial possui a sua legislação específica, com suas normas próprias beneficiando políticos partidários, em detrimento das minorias.

O Território Kalunga, com uma área de 253,2 mil hectares, está assentado em terras dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, que por sua vez estão inseridos na parte setentrional da Unidade de Conservação intitulada Área de Proteção Ambiental Pouso Alto (APA Pouso Alto), criada por meio do Decreto, nº 5.419, de maio de 2001, com base no Art. 128, Inciso I, da Constituição do Estado de Goiás, criada com o objetivo de amortecer os impactos causados pela ocupação humana. Sua área perfaz 872.000 ha e abrange os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João D’ Aliança e Nova Roma, proporcionando maior proteção ao sistema geocológico do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. É necessário considerar: será que as entidades políticas, com seus instrumentos legais e interesses pessoais ou partidários terão um convívio solidário em prol do desenvolvimento local, sem que haja conflitos? A resposta só o tempo dirá.

Os municípios que incluem o Território Kalunga foram moldados num ambiente em que a mineração e a escravidão se instalaram, num período curto, é claro, mas que deixaram marcas profundas na paisagem local e nas vidas humanas. Para entender como se deu tudo isso, torna-se necessário levantar os antecedentes históricos da criação do Estado brasileiro desde a origem da idealização do Tratado de Tordesilhas, bem como seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito à colônia como empresa mercantil, na qual tudo seria explorado e incorporado ao Reino de Portugal. O Estado de Goiás foi fruto desse processo.

Este artigo compreende seis seções: esta introdução; a segunda seção denominada Espaço, tempo e território: três dimensões indissociáveis; a terceira que situa os Kalunga no contexto da historiografia de Goiás; a quarta que diz respeito ao Território Quilombola Kalunga – sonhos e utopias; a quinta seção, por sua vez, descreve a metamorfose do espaço geográfico do Nordeste de Goiás, enquanto a sexta expressa a opinião do autor em suas considerações finais.

2. Espaço, tempo e território: três dimensões indissociáveis

Antes mesmo de introduzirmos a discussão sobre a presença do negro africano na historiografia goiana, torna-se necessário conceituar espaço, tempo e território. Essas três dimensões que criaram a teia de construção do Território Quilombola Kalunga, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Nessa teia, Portugal e Espanha foram os principais protagonistas, uma vez que as suas políticas eram expansionistas. Também nesse contexto, como coadjuvantes, não podemos ignorar a participação dos bandeirantes no processo de expansão, não pelas atrocidades que praticaram contra negros e índios, mas pela saga de romperem as fronteiras políticas do Tratado de Tordesilhas e diluí-las ao longo dos tempos, no espaço dividido: as Capitânicas Hereditárias.

De acordo com Santos (2004:63),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Esses dois sistemas, de objetos e de ações, nos primórdios da história do Brasil, combinaram-se, uma vez que os objetivos da ocupação desaguavam em uma só intenção: descobrir novas terras, férteis e com água em abundância, e delas retirar proveito econômico, produção de alimentos (principalmente cana-de-açúcar) ouro, diamante, recursos naturais, a exemplo do pau-brasil. Ações levadas a efeito pelo

próprio poder político que atuava sobre os objetos. Com relação ao território, esse é o resultado da combinação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, que interagem ao longo do tempo, não necessariamente de forma sincrônica ou simétrica, pois podem variar conforme as circunstâncias e acontecerem em tempos diferentes.

Entre tantas conceituações, Santos (2003, *apud* ANJOS, 2009), diz que território é

o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Depois de tais conceituações, serão dissecados os dois sistemas: de objetos e de ações, mostrando a fragilidade dos negros diante da força do poder imperial e da arrogância e ganância da aristocracia rural que predominou no Brasil colônia. Esses dois sistemas serão discutidos dentro do Tratado de Tordesilhas e das Capitânicas Hereditárias.

2.1 A personificação do “território de Tordesilhas”: antecedentes históricos

Esse processo iniciou-se a partir do século XII a.C., quando a Península Ibérica foi palco de sangrentas disputas entre diversos povos que lhe circundavam e que buscavam ampliar o comércio, a exemplo dos fenícios, dos cartagineses, dos gregos e também dos romanos, já no século III a.C., e pela presença de importantes minerais. No século VIII, da era cristã, a Península foi invadida pelos árabes, que também tinham pretensão de atingir outras regiões da Europa. No intervalo entre os séculos XI e XV, conhecido como período de reconquista, a Península Ibérica tenta se libertar dos árabes e, ao mesmo tempo, eliminar os focos de discórdias dentro de seu próprio território. Com a formação da identidade nacional, Portugal e Espanha se voltaram para a concretização de sua vida política, bem como estabelecer suas independências territoriais. Foi assim que Portugal estabeleceu o seu primeiro reinado (VIANNA, 1961:16).

Com a fundação da dinastia de Borgonha, em 1139, tendo como fundador D. Afonso I, Portugal passou a existir como monarquia. Essa dinastia se prestava muito mais em resolver questões domésticas e consolidar suas fronteiras com a Espanha do que expansionista. Em 1385, inaugurou-se mais um período dinástico, a Dinastia de Avis, que durou até 1580, sendo o último soberano o Cardeal-Rei D. Henrique I. É nessa dinastia que se inserem as grandes navegações e importantes

descobertas, entre elas a do Brasil, uma providência do Tratado de Tordesilhas. Ressalta-se, entretanto, que as grandes navegações que mudaram as relações políticas entre Portugal e Espanha, e a própria Europa, foram frutos dos interesses de um grupo mercantil com sua “gestação” ainda no período borgonhês da história lusitana, entre 1140 e 1385 (LOPEZ, 1984:9).

Tordesilhas, na verdade, foi o desdobramento da insatisfação de Portugal, quando o Papa Alexandre VI conferiu à Espanha, por meio da Bula *Inter Coetera* de 4 de maio de 1493, todas as terras descobertas, ou por descobrir, que ficassem a 100 léguas a oeste de qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde. Essa decisão foi uma verdadeira afronta aos interesses de Portugal, que também tinha conhecimento da existência de grande massa continental, e de um oceano que lhe proporcionaria a descoberta do caminho para as Índias. D. João II, descontente com a posição unilateral da Espanha, reportou-se à Santa Sé, à qual depositou suas últimas esperanças no sentido de uma possível revisão e nela considerar o marco divisório nas 370 léguas, desde a Ilha de Cabo Verde. No entanto, a coroa espanhola não aceitou as condições portuguesas para que fossem revisadas as referidas bulas, o que gerou de imediato um conflito diplomático com possibilidade de guerra.

Quanto às divergências entre as duas coroas sobre em que local se consideraria o marco zero para dividir o Mundo, hegemonicamente em duas partes, cada uma tinha seus interesses e conhecimentos prévios sobre a área contestada, até porque as incursões marítimas daquela época subsidiavam suas projeções geopolíticas. É importante ressaltar que qualquer decisão que fosse tomada por essas nações não mudaria o destino do Brasil, em termos de “donos” ou de “nome”. O seu território seria ocupado por uma delas, ou de repente por outras. A sua configuração poderia até ser diferente, sua língua a espanhola, francesa ou inglesa, talvez. O seu nome, possivelmente, não seria o mesmo. O importante é que o destino do Brasil estava traçado, mas na trajetória da sua história se confirmava o interesse de Portugal em ampliar sua empresa mercantil fora de seu território, daí a importância da futura colônia. Essas bulas, segundo Ribeiro (1992:17): “nos fizeram nascer como possessão europeia”. Implantaram o processo mais brutal que jamais se viu de desfazimento de povos e de civilizações para, sobre os escombros de suas obras e com seus corpos, construir outros povos.

Com tantas idas e vindas, finalmente, em 7 de junho de 1494, na povoação de Tordesilhas, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, cujo nome original era “Capitulação da partição do mar Oceano”, que dava plenos direitos a Portugal a tomar posse das terras localizadas a partir de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, que garantiu, também, a posse do caminho marítimo para as Índias e a conquista de grande massa territorial sul-americana, criando, assim, a gênese da futura na-

ção brasileira. Graças à diplomacia e audácia dos portugueses, mesmo sabendo dos seus reais interesses mercantis, o Brasil já nasceu grande, com uma área de, aproximadamente, 2.800.000 km², nos limites dessa linha imaginária (ANDRADE, 2000). Foi a primeira concepção de território na história brasileira.

O caráter imaginário da linha de Tordesilhas permaneceu por quase toda a sua existência, evidenciando inexpressivo avanço quanto à sua demarcação. De 1494, ano em que foi assinado o Tratado de Tordesilhas, a 1750, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, selando em quase cem por cento a configuração territorial atual brasileira, as tentativas de demarcação, de certa forma, foram frustradas: ora por conveniência das duas partes, ora pela dificuldade de acesso às áreas, e até mesmo pela falta de precisão dos instrumentos astrológicos e da própria cartografia da época, que davam chances de distorção das linhas e oferecer melhores fatias na partilha. Por força do Tratado, a faixa de terras brasileiras situada dentro de seus limites pertencia a Portugal, mas, pela distância fenomenal entre sul e norte, tornavam-se vulneráveis a visitas indesejáveis de outras nações, inclusive da própria Espanha, que era signatária da partilha do Mundo.

No intervalo entre 1500 e 1532, dois importantes eventos aconteceram: o “Descobrimiento do Brasil”, em 1500, e a implantação de um novo sistema de controle territorial, as donatarias, em 1532, que, aliás, pegou carona no Tratado de Tordesilhas, recebendo como herança todas as suas imperfeições, como, por exemplo, o tipo de colonização e demarcação territorial transplantada de outras regiões do mundo. Com imperfeição ou não, Portugal dá início à ocupação do novo território colonial, quando, no dia 9 de março de 1500, o Rei D. Manuel I libera a frota, comandada pelo Capitão-Mor, o fidalgo Pedro Álvares Cabral, que tinha como missão consolidar os interesses políticos e mercantis lusitanos mundo afora. Nesse contexto, insere-se o Brasil que, em 22 de abril de 1500, com a chegada de Cabral ao litoral da Bahia, considera-se “Descoberto”. No entanto, foi no dia 1º de maio de 1500, após a celebração da segunda missa, já em terra firme, que o Brasil recebe sua certidão de nascimento, redigida em forma de carta: a Carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao Rei de Portugal, para informá-lo sobre o “achado”. Nesse documento, o escrivão da frota, cujo nome a carta herdou, fez um relato de toda a viagem, mas detalhou-a melhor durante os nove dias em que a esquadra se aproximava do ponto zero para desembarque. Foi o primeiro registro oficial do Brasil (VIANNA, 1961:43).

Após o descobrimento, Portugal, preocupado com os países europeus que não participaram das negociações do Tratado de Tordesilhas, em especial a França, que não reconhecia tal partilha, percebeu, de imediato, a importância de dar início à

ocupação definitiva de sua nova colônia. Voltou, então, os olhos para o “território-objeto” e enviou-lhe duas expedições de caráter eminentemente exploradoras: a primeira, em 1501, comandada por Gaspar de Lemos, que aportou no litoral do Estado do Rio Grande do Norte e de lá partiu para o sul, chegando até o Rio da Prata. Sua principal missão era levantar as condições climáticas e a existência de riquezas minerais e também colher dados sobre a população autóctone, com o objetivo de conhecer seus hábitos e costumes, o que possibilitaria o contato sem tanta resistência.

No entanto, a única riqueza visível naquele momento era a Mata Atlântica, que no seu quadro natural se desenhava a “floresta de pau-brasil”. Em 1503, Portugal envia a segunda expedição, comandada por Américo Vespúcio, para dar continuidade ao processo de exploração do território. Vespúcio aportou na Baía de Todos os Santos e, na sequência, Cabo Frio, onde estabeleceu feitorias e delas extraiu apenas Pau-brasil e manteve breve contato com os indígenas da região, permanecendo apenas alguns meses (VIANNA, 1961:51).

No intervalo entre 1503 e 1530, não houve avanços significativos em termos de desenvolvimento da colônia, o governo português apenas mantinha o território sob “falsa ideia de controle”, mas as incursões francesas estavam tirando o sono dos lusitanos. Daí a necessidade de mandar também para a colônia expedições guarda-costas. Na verdade, nesses trinta anos de inércia administrativa, Portugal vinha perdendo influência político-econômica no oriente, o mercado de especiarias estava perdendo força, e a França se apresentava com frequência no litoral brasileiro: ou ocupava definitivamente o território, ou perdia-o para aquela potência europeia.

Colonizar, então, foi a opção mais convincente que Portugal encontrou para toldar os interesses estrangeiros na região que lhe foi outorgada pelo Tratado de Tordesilhas. A primeira expedição colonizadora foi a de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), que marcou definitivamente a ocupação do território brasileiro. É claro que as incursões portuguesas, também chamadas de Entradas, deram-se, nesse primeiro momento, ao longo do litoral, faixa de terra que se estendia do Maranhão à região do Rio da Prata. Foi aí que o referido Tratado começou a se “personificar”, quando Martim Afonso criou, em 1532, no litoral paulista, a Vila de São Vicente, proporcionando aos habitantes locais condições de sobrevivência e *status* oficiais de cidadãos, e um segundo aglomerado distante de algumas léguas¹, à margem do Rio Piratininga.

¹ Era a denominação de unidades de medidas usadas para medir distâncias ou itinerários. Foi largamente utilizada por Portugal e Brasil até à introdução do sistema métrico. Eram variados os valores. A Léguas Imperial, por exemplo, correspondia a 5.000 metros.

2.2 A territorialidade no Sistema de Capitánias Hereditárias

O tempo passava e Portugal se preocupava com o destino do Brasil, pois, de 1494 a 1532, foram poucos os esforços para manter vivo o Tratado de Tordesilhas e consolidar a posse das terras brasileiras. Entretanto, Portugal não tinha condições financeiras para levar avante o processo de colonização além-mar, uma vez que mantinha outras colônias na África e no Oriente. Nesse contexto, a única saída era distribuir as terras, cujos ocupantes eram apenas possuidores e não proprietários, a donatários escolhidos pela coroa portuguesa. Dom João III criou, no Brasil, o sistema de Capitánias Hereditárias, modelo esse implantado em outras partes do mundo, e doou-as a donatários, entre 1534 a 1536. O limite ocidental das capitánias era a própria linha do Tratado de Tordesilhas, na qual se desenhavam faixas paralelas que se limitavam entre o Maranhão e Santa Catarina. Esse sistema era híbrido: havia capitánias privadas e também públicas. Foi a primeira divisão administrativa do Brasil.

Os donatários tinham plenos poderes sobre as áreas que lhes foram doadas. Tinham jurisdição civil e criminal, podiam fundar vilas dentro de suas possessões e até fortificações para o sistema de defesa. Essas prerrogativas, entre outras aqui não mencionadas, era o mínimo de poder para proporcionar uma boa administração, que resumia em buscar o máximo de aproveitamento do “território-objeto”. Afinal, Portugal precisava recuperar os ativos financeiros perdidos nas Índias Orientais. Nesse território, fora implantado o sistema fundiário mais perverso para qualquer sociedade: o latifundiário-escravocrata, responsável pela concentração exacerbada de riqueza nas mãos de poucos, promovendo, com isso, uma divisão profunda entre as classes sociais brasileiras.

Nos mais de 2,8 milhões de km² conquistados com o Tratado de Tordesilhas, enfim estratificados em porções desiguais, apenas duas capitánias prosperaram: São Vicente e Pernambuco. A economia base das capitánias era a extração de Pau-brasil, cana-de-açúcar e, também, a produção doméstica de alimentos para o consumo da população local.

Em termos de configuração territorial, a linha do Tratado de Tordesilhas, retangularizada pelas linhas das capitánias hereditárias, sinalizava a primeira divisão interna do território luso-brasileiro e o primeiro sistema político da Colônia (DI PIETRO, 2006). Entretanto, em decorrência de fatores como o controle da coroa portuguesa estando no outro lado do Atlântico, a vulnerabilidade da costa da nova colônia facilitou as diversas tentativas de invasão de países inimigos de Portugal, e a presença dos indígenas, que resistiam a presença de estrangeiros nas áreas de

seus domínios, contribuíram também para o insucesso dessa primeira tentativa de ocupação do território.

Não se pode, portanto, com esse insucesso, tornar totalmente nulo o plano de colonização de Portugal usando como instrumento as Capitânicas Hereditárias. Se não trouxe bons resultados para a Coroa, gerou oportunidades para criar um novo sistema de administração de toda a área: o de Governo Geral, que teve início em 1549, e seu fim em 1808, com a vinda da Família Real. É importante mencionar que o sistema de donatárias não se extinguiu logo ao instituir o Governo Geral, ainda teve fôlego até 1759, quando realmente deixou de existir, por Ato do Marquês de Pombal.

Com relação ao trabalho escravo, já havia, antes mesmo da implantação desse novo governo, pressão de donatários no sentido de trazer escravos da África para trabalhar na produção de açúcar (VIANNA, 1961:236) e pela implantação de novos engenhos de açúcar no “território objeto” e pela complicada utilização da mão de obra indígena, que tinha forte reação dos jesuítas, e ainda no Governo Geral, Portugal precisava de farta mão de obra barata e em grande quantidade, uma vez que a exportação de açúcar crescia em ritmo acelerado. Daí, adveio a necessidade de buscar alternativas para compensar essa deficiência de trabalhadores: a mão de obra escrava africana era a solução, até porque esse novo sistema de produção passaria a exigir extensões de terras bem maiores.

A nova colônia ficou esquecida por longo tempo, pois, de 1500 a 1530, servia apenas como ponto de apoio para as naus portuguesas que se dirigiam para as Índias e transportar o Pau-brasil para abastecer o mercado europeu, que servia de matéria-prima para a fabricação de corantes para tingir tecidos: essa atividade, a exploração do Pau-brasil, foi o primeiro ciclo econômico adotado no Brasil colonial, em que a sua linha do tempo iniciou-se em 1500 e terminou em 1530.

Entretanto, no período acima citado, as portas do Atlântico brasileiro ficaram abertas, e outras nações, entre elas, Holanda, França e Inglaterra tinham interesses mercantis, e até mesmo de ocupação, a exemplo de França e Holanda, que se apossaram de importantes áreas ao longo do litoral. Dessa forma, em 1530, iniciou-se definitivamente a colonização do Brasil, mas ainda muito tímida, e que foi evoluindo numa linha ascendente, processo esse que durou até o dia 7 de setembro de 1822, quando foi proclamada a independência do Brasil, e, com tal ato, foi cortado o cordão umbilical que o ligava a Portugal.

Portugal e Espanha, no período entre 1580 e 1640, viveram um certo momento de tréguas com relação a disputas territoriais, e esse novo sistema e a turva visão espanhola durante esse período fizeram surgir interesses mercantis na colônia, mas sob o comando lusitano, a exemplo de grupos capitaneados em terras hoje

paulistas, os chamados bandeirantes, e que a procura de índios para escravizar e metais preciosos para garimpar, foram seus principais objetivos. Com essa visão turva, mas de forma tendenciosa, os bandeirantes foram rompendo as linhas do Tratado de Tordesilhas e, pelos caminhos tortuosos do relevo, foram escrevendo a História do Brasil, mesmo que com sacrifício de vidas humanas. Esse novo sistema, corroborado pela “vontade” dos jesuítas de não escravizar os silvícolas, fez recrudescer e transplantar, do Continente Africano para a Colônia, contingentes de negros para serem escravizados e forçados a trabalhar nos engenhos, como domésticos e como força motriz na exploração de minerais.

Até reconhecemos que o papel dos bandeirantes foi, de certa forma, um contributo para a ampliação do território nacional, mas não podemos deixar de considerar que foi também o mais perverso aparato mercantil lusitano, uma vez que milhões de negros, e até mesmo indígenas, foram atingidos e sacrificados para dar sustentação ao projeto exploratório de Portugal. O ouro foi explorado em grande quantidade, mas os lastros para receberem esse metal estavam fora dos limites territoriais brasileiros, na Europa, e que aqui só ficou o rastro da destruição: ruínas, cicatrizes no solo e nas vidas humanas, e o endividamento das pessoas que herdaram as sobras dos conquistadores.

2.3 A gênese da escravidão brasileira

O elemento negro, embora represente grupo étnico importante em sua contribuição no amálgama sociocultural brasileiro, recebe de parte da ciência tratamento diverso do dispensado ao elemento indígena; enquanto este é alvo de estudos sistemáticos desde séculos passados até nossos dias, o elemento negro somente no alvorecer deste século passa a constituir tema de reflexão científica (BAIOCCHI, 1983:1, *apud* PEREIRA, 1971).

Quando o europeu chegou às terras brasileiras, não encontrou outra “raça humana” senão a indígena, e a presença sistemática do negro no Brasil somente teve início a partir de 1531 e que, partindo deste até 1575, desembarcou no Brasil um pequeno contingente, com cerca de 10.000 escravos (MATTOS, 2011:104). Os silvícolas já eram conhecidos por estudiosos naturalistas que se debruçavam em pesquisas científicas sobre seus hábitos e costumes, além de serem, durante os primeiros contatos civilizatórios em território colonial, “a pedra no sapato do conquistador”. O negro, por sua vez, não tinha grande importância como pessoa, era apenas uma “peça”, ou, porque não dizer, uma das engrenagens que faziam parte do sistema produtivo de Portugal: a mão de obra escrava, que fez girar as economias açucareira,

agropecuária e mineradora. A temática negra passou a ter maior interesse a partir de 1900, com o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil – Antropologia e Sociologia, mas foi, a partir da década de 70, que essa temática toma corpo como discussões científicas (BAIOCCHI, 1983:1, *apud* PEREIRA, 1971).

Duas formas de escravidão existiram no Brasil: a indígena e a negra. Segundo Fausto (1999:48), em relação aos índios, existiram duas formas de escravizá-los: uma, pelos colonos, que visavam a economizar mão de obra – com “a escravidão pura e simples”, para satisfazer à empresa comercial lusitana; outra, forçada pelos jesuítas, para cumprirem os propósitos do projeto inicial de colonização, em que os índios seriam transformados em “bons cristãos”, adquirindo “hábitos de trabalho dos europeus e que atendessem às necessidades da colônia”.

Entretanto, ainda segundo Fausto, esse sentimento protetor e respeitoso não se coadunava com as ideias do missionário Padre Manuel da Nóbrega, ao dizer que “os índios são cães, em se comerem e matarem, e são porcos, nos vícios e na maneira de se tratarem”. No entanto, a experiência de escravizar índios não deu muito certo por razões diversas. E, numa situação superior ao negro africano, o indígena era autóctone e resistia melhor à escravidão, pois, segundo Fausto (1999:50), “os índios viviam em sua própria casa”. Os indígenas permaneceram na condição de escravos até 1758, por determinação legal da Coroa portuguesa que, a partir daí, pelo menos oficialmente, não mais poderiam ser escravizados.

Nesse contexto, insere-se o negro africano, que era migrado de várias regiões do Continente Africano, onde já se praticavam formas avançadas, ao seu tempo, de agricultura (provavelmente por volta de 7.000 a.C.), bem como técnicas de produção de metais (por volta de 3.300 a.C.) e cerâmicas (aproximadamente em 9.300 a.C.); e, por último, já sofriam a fatídica experiência da escravidão em seu próprio território, não aos moldes da escravidão que foi praticada no “território objeto”, em que se tirava a liberdade daquelas almas e não lhes davam sequer o direito de pensar, apenas o dever de cumprir árduas tarefas sem o mínimo de dignidade, em que os castigos corporais eram praticados para “energizá-los”, e, com isso, aumentar a produção de suas tarefas diárias (MACEDO, 2015:18).

A prática, em seu caráter original e moral, da escravidão no Continente Africano, segundo Macedo (2015:101), representava muito mais poder e sua finalidade não era a exploração econômica em larga escala, e também a perda de liberdade pessoal não era completa, pois os cativos permaneciam integrados ao grupo social dos vencedores e a redução ao cativeiro era o modo mais frequente de demonstração de poder político e econômico.

Macedo ainda afirma que o modelo africano de escravidão se desenvolvia em três situações: por compra e venda, por dívida ou por guerra, essa última era a mais frequente pelos interesses territoriais e políticos. Um aspecto importante nesse modelo africano de “escravizar” era que

os cativos ou dependentes podiam ser utilizados em trabalhos agrícolas ou na exploração das minas, mas em geral eram incluídos no grupo vitorioso, em posição subalterna (MACEDO, 2015:101).

A escravidão, em termos temporais de existência, remonta, por exemplo, aos tempos dos Faraós, os quais, por volta de 1530 a.C., dominaram os povos da Núbia, potenciais fornecedores de peles, minerais, animais, entre outros produtos da época, inclusive “mercadorias vivas”, para desenvolverem trabalhos braçais. Também já era presente nas cidades greco-romanas por volta do II milênio. A partir do século VIII, outros agentes passaram a comercializar negros para a mão de obra escrava: árabe-muçulmanos e afro-muçulmanos, que alimentavam o repositório de escravos em propriedades rurais da Arábia, Síria, Palestina e Pérsia e, com pouca expressão, Índia e China. Outra importante rota por onde circulavam e traficavam escravos era o chamado “eixo transaariano”, por meio dos Estados do Sudão Oriental e Ocidental, os reinos de Mali, Gana e Songai, e o Estado do Kanem-Bornu. Essa área apresentava um potencial muito grande de minerais, principalmente o ouro, e esses escravos seriam distribuídos para o Egito e Oriente Médio. A Núbia fazia parte das rotas de escravos e mercadorias comercializadas com os faraós (MACEDO, 2015:101). Dessa forma, o continente negro foi se abrindo para o mundo, miscigenando outros povos e, com isso, construindo marcas físicas e culturais que vêm se moldando em todos os continentes e, em especial, no território brasileiro. Suas tradições se incorporaram nas sociedades em que foram inseridos.

A gênese da escravidão no Continente Africano, mesmo na sua forma mais branda, quando o agente passivo, o escravo, não sofria, pelo menos em parte, de agressões físicas, esse modelo de dominação extrapolou o verdadeiro sentido da vida. O negro passou a ser um objeto de negócio, pois abriu as portas dos territórios africanos para que os europeus importassem, para não dizer sequestrassem, forçosamente, e sem respeitar os mínimos princípios de dignidade humana, homens, mulheres, com preferência para os mais jovens, para serem distribuídos em escala planetária e no destino derramarem seus suores e seus sangues para fortalecer o poderio econômico dos grupos hegemônicos da época. No entanto, verificou-se que os negros africanos negligenciaram a sua própria dignidade: primeiro, escravizando a si próprio; depois,

vendendo seus “objetos vivos” no mercado internacional.

Na rota do Atlântico, especificamente para o Brasil-colônia, e com o fim da linha no território de Goiás, houve uma migração forçada, conhecida como “diáspora africana”, que transplantou pessoas, com a sua cultura, sua língua e modo de vida totalmente diferentes do que aqui existiam (ANJOS, 2016; MACEDO, 2015:100). Essa “diáspora”, na verdade, foi fruto da mudança de rumo da economia mundial no século das grandes navegações, quando as empresas mercantilistas descobriam novas áreas e se especializavam na produção da cana-de-açúcar, exploração de minerais e, em consequência dessas atividades, aumentavam a utilização do negro nos trabalhos na lavoura, nos engenhos e nas minas de metais preciosos, além dos trabalhos domésticos.

Com esse cenário, em que se deslumbrava um ambiente de prosperidade para a Coroa, Portugal passou a investir num outro tipo de negócio: o tráfico negreiro; empreendimento esse que lhe proporcionou benefícios financeiros de grande valia, inclusive o de ter o monopólio do comércio de escravos para a Europa, a Ásia e para o próprio Brasil. Não foram somente os portugueses que traficavam negros, mas holandeses, espanhóis, franceses e ingleses. As áreas africanas dispersoras de mão de obra escrava foram inicialmente Guiné – Séculos XV, XVI e XVII, Costa da Mina – Século XVIII, até 1815, Angola – Século XVII e XIX e Moçambique – Século XIX (ANJOS, 2012; CALMON, 2002). O historiador Artur Ramos (apud VIANNA, 1999:240) apresenta um quarto Ciclo, o da ilegalidade, de 1815 até a extinção do tráfico, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.

Quanto às áreas receptoras de escravos no Brasil colonial, as atividades se atrelavam aos seguintes períodos: Séculos XVI e XVII, nas costas leste e nordeste, com a lavoura canavieira e produção do açúcar, sendo Pernambuco e Bahia os mais importantes centros de recebimento de escravos. Na ordem de importância, Rio de Janeiro se destaca entre os séculos XVII e XVIII, mas, nesse último, assumia, também, a condição de distribuidor de mão de obra escrava para as minas de ouro e diamante do centro do país. Inserem-se, da mesma forma nesse período, Maranhão, São Vicente, Sul do Brasil, Pará e Amazonas, como outros centros pouco expressivos irradiadores de escravos.

De acordo com Anjos (2009:44), entre os séculos XVI e XIX, o fluxo de escravos para o território brasileiro foi muito intenso, e as áreas geográficas de origem-destino foram as seguintes:

1. Rota da Guiné (da região da Costa da Guiné no ponto extremo oriental da África para os portos de Belém no Grão-Pará e São Luís do Maranhão);
2. Rota da Mina (da região do Golfo da Guiné para os principais portos do

- Brasil, ou seja, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Belém e Santos);
3. Rota de Angola (da costa de Angola, dos portos de Loango, Luanda e Benguela, a direção do fluxo foi para os portos de Recife, Salvador, Santos, Rio Grande e, principalmente, Rio de Janeiro);
 4. Rota de Moçambique (da costa oriental africana na região de Moçambique para os portos do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande);
 5. Rota do Rio da Prata (da costa de Angola e de Moçambique para os portos do Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Montevidéu e Sacramento).

Essas cinco Rotas registraram a marca do poder econômico dos senhores no período colonial; poder esse que arrancou, em vida, a alma e o espírito de pessoas que somente a cor lhes sentenciava. Segundo Anjos (2009:29), estima-se que quatro milhões de negros entraram no território brasileiro, na condição de escravos, e contribuíram para desenhar a história econômica nacional.

Os períodos em que se desenvolveram atividades, com a predominância de um produto sobre os demais, desenhando a história da formação econômica, constituem os ciclos econômicos do Brasil e determinaram a distribuição dos negros africanos: Séculos XVI e XVIII (de 1551 a 1700 – Ciclo do Açúcar – 610.000); Século XVIII e XIX (de 1700 a 1800 – Ciclo do Ouro – 1.700.300); Século XIX e XX – Ciclo do Café – 1.713.100). Ressalta-se, entretanto, que nos limites desses períodos havia uma faixa de transição: reduzia-se a importância de um ciclo, ao mesmo tempo em que se iniciava outro. É importante lembrar que no período entre 1503 e 1550 – Século XVI, a mão de obra escrava era indígena (ALENCASTRO, 2000, p. 69, *apud* MATTOS, 2011).

2.4 A presença do negro em Goiás

Quanto à origem do negro em Goiás, Ramos (1969, *apud* BAIOCCHI, 1983:20), afirma que “no caso do negro do Planalto Goiano, os documentos históricos acessíveis são infelizmente em número reduzido ou não oferecem elementos de convicção”. Com relação ao negro na contagem do povoamento de Goiás, Baiocchi mostra algumas situações inusitadas e que confirmam a pouca importância que ele representava para o país, pois

Para as estatísticas dos séculos XVIII e XIX, era considerada a margem de erros advinda da sonegação do quinto e do dízimo; os senhores ocultam o número de escravos, porque sonham com a capitação antiga; os pais ocultam os filhos, porque temem que os alistem como soldados; e todos desejam

que os vigários ignorem as forças das famílias, para não exigirem direitos paroquiais e desobrigas da quaresma² (BAIOCCHI, 1983:21).

Reforçando a tese de que a temática negra no Brasil Central não era significativa para alimentar as estatísticas cartoriais, pois a contagem dessa “gente” causaria problemas de natureza diversa, conforme acima citado, o trabalho de pesquisadores e viajantes de outras nações contribuíram para que essa lacuna não fosse tão acentuada. Baiocchi (1983:1) afirma que a temática negra

Não acompanhou as fases lógicas de estudos científicos realizados em outras áreas do país. A presença do negro em Goiás se evidencia nas obras publicadas por viajantes e cientistas estrangeiros (Saint-Hilaire, Castelnau, Pohl, Eschwege, Gardner e outros), em trechos literários (onde o negro surge e às vezes se torna tema), em publicações do folclore e nas polêmicas políticas em torno do regime escravocrata.

Daí a ausência de obras e trabalhos científicos sobre o negro, tanto em termo de Brasil, quanto em Goiás, e com isso ignora boa parte, que é significativa, da historiografia negra no território nacional. É importante ressaltar que na historiografia do homem branco, o europeu, os senhores de engenho, os grandes proprietários de terras, os latifundiários e os grandes homens públicos, são lembrados nos mínimos detalhes e com galhardia, mas a historiografia negra deixou muito mais tristeza do que alegria. Para conhecermos um pouco mais da sua história, precisamos “garimpar” também documentos históricos, registros em cartórios e entrevistas com afrodescendentes, pois as marcas dessa historiografia foram as atrocidades que lhes fizeram.

Silva (2003:77) retrata também essa questão, quando diz:

O estudo abordando a procedência histórica de escravos negros para o

² Quaresma: Sobre a confissão e a comunhão dos escravos, as Constituições Primeiras legislaram na Breve Instrução, em que, como já foi visto, foram incluídas várias perguntas sobre a confissão e o ato de contrição. No texto, volta-se a contemplar a confissão, nas obrigações anuais que tinham todos os cristãos, de confessar e comungar até a quaresma, abrindo exceções para os escravos, no que diz respeito ao prazo. Foi estabelecido que por ser “costume introduzido estender o termo da desobrigação dos escravos até o Espírito Santo, em razão do preciso impedimento que tem nos engenhos de açúcar, o qual não permite interpolação” (n. 86), podem os escravos cumprir com a obrigação anual até a festa do Espírito Santo. Foi estabelecida também pena para quem não cumprisse a obrigação “cinco tostões por cada vez” (n. 86). Houve, pois, por parte das Constituições Primeiras, uma aceitação do costume que alterava o prazo da obrigação sacramental, em virtude das jornadas de trabalho estabelecidas pelo regime de produção de açúcar dos engenhos (TORRES-LODONO, 2005).

Brasil Central, parte do litoral ou do norte, a bem dizer ainda não existe, não passando de preocupações esporádicas na ciência social regional e nacional, sendo mesmo escassas as informações sobre a origem desses povos, exigindo, portanto, percuente pesquisa.

Diante desse quadro obscuro em informações sobre o negro, principalmente nos primórdios da ocupação humana nos Goyazes, é urgente e necessário as Universidades localizadas no Brasil Central em todos os níveis de ensino mergulharem nas pesquisas para garimparem fontes primárias onde elas estiverem, bem como se aproximarem mais dos afrodescendentes enquanto ainda preservam suas mentes sãs, não importando o que guardam nelas, mas que são verdadeiras “caixas-pretas”, repletas de ricas informações.

O antropólogo Kabengele Munanga (*apud* SILVA, 2003:46) comunga essa ideia, que aqui a denomino de escuridão histórica do negro no Brasil, principalmente no Estado de Goiás, e reforça a preocupação e a necessidade de capilarização da pesquisa nas academias, quando diz:

O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que liga a seu passado ancestral, o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la às gerações futuras. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das técnicas utilizadas pela escravidão e colonização.

Esse recorte também nos remete a uma preocupação do Professor Dr. Rafael Sanzio, Geógrafo da Universidade de Brasília, que em seu livro “Quilombos – geografia africana, cartografia étnica e territórios tradicionais” diz que

São várias as questões estruturais relacionadas à cultura africana, à população afro-brasileira e aos territórios étnicos no país que continuam merecendo investigação, conhecimento e intervenção. [...]. O Brasil precisa conhecer o continente africano e a África precisa conhecer o ‘continente’ Brasil. Nessa direção, configura-se uma necessidade de recuperação, resgate e divulgação das informações e referências que possam permitir a construção de um perfil do continente africano de forma mais adequada” (ANJOS, 2009:9).

Existindo tantos outros pesquisadores que se preocupam com a historiografia negra no Brasil, tendo nela lacunas documentais que jamais preencherão os pontos obscuros do eixo temporal da escravidão no período colonial, essas duas expressões de sentimento resumem muito bem o desprezo que as elites brasileiras dispensaram, e ainda dispensam, a essa gente, desde os primórdios da ocupação do território (século XV) até a extinção da escravidão (final do século XIX). Entretanto, é interessante ressaltar, que, segundo alguns autores, a escravidão teria sido abolida apenas pela formalidade da lei e acrescentam que os negros, ainda nos tempos atuais, permanecem escravos da intransigência da sociedade “branca”, na qual o racismo continuaria fazendo milhares de vítimas, que, por força da intervenção divina, sua pele os diferenciou. Propositadamente, foi destacada entre aspas a palavra branca para chamar a atenção sobre a questão do racismo no país, uma vez que é incoerente afirmar que somos uma nação branca. O Censo do IBGE, de 2010, indicou a tendência para o escurecimento da população, onde 50,7% dos brasileiros são pretos ou pardos. Com esse percentual de escurecimento, “negar não ser preto ou pardo é negar a si próprio” (IBGE, 2010). No que diz respeito a quantitativos de escravos que entraram no território goiano, durante os séculos XVIII e XIX (de 1735 a 1832), a cifra é de, aproximadamente, 203.266 escravos, que foram empregados em duas principais atividades: na mineração diretamente e na produção complementar, não mineradora (SALLES, 1992:276). Esses escravos foram distribuídos pelos seguintes arraiais, vinculados a julgados: Julgados do Sul: Vila Boa, Meia Ponte, Crixás, Pilar, Santa Cruz, Santa Luzia e Rio das Velhas; Julgados do Norte: Traíras, Cavalcante, São Félix, Natividade e Arraiais (SALLES, 1992:277).

O Estado de Goiás de hoje é uma construção que vem de longa data e o território atual é o resultado da metamorfose do espaço geográfico. Essa unidade da federação brasileira está localizada na faixa onde fora denominada pelos portugueses como “sertão”, termo esse que foi incorporado à linguagem geográfica da época do descobrimento do Brasil. O termo “sertão”, entretanto, pode ter dois significados: um denotativo; outro conotativo. No sentido denotativo, a palavra “sertão” se apresenta impessoal e original em seu sentido, pois não tinha muitas derivações na visão dos portugueses. No entendimento de Gustavo Barroso (1947, *apud* ANTÔNIO FILHO, 2011), “a palavra portuguesa ‘sertão’ nada mais é que a corruptela ou abreviatura de ‘desertão’, ‘deserto grande’, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hispides da África equatorial”. No caso conotativo, a palavra “sertão” se apresenta com significados diferentes, ou seja, com interpretações que dependem do contexto ou da região considerada. A palavra “sertão” também já se fazia presente, mesmo que discretamente, na Carta de Pero Vaz de Caminha, como referência “a um vasto e desconhecido interior” (JOHN MONTEIRO, 2008).

No caso dos Goyazes, o “sertão” também eram todas as terras afastadas do litoral e cujas paisagens se diferenciavam pelas condições do clima, do relevo e da vegetação. A população foi o resultado da interação desses elementos, associados a esses o subsolo que escondia toda a riqueza mineral, principal objeto das penetrações das bandeiras, a partir do Século XVII, além do apresamento a indígenas. As condições naturais encontradas nos Goyazes pelos bandeirantes eram bem diferentes da região de onde partiram, São Vicente.

Diante de uma crise sem precedente que ocorrera durante a Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, em que vicentinos e os chamados “forasteiros”, uma mistura de gente de várias partes da colônia, dentre elas Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e de outras Capitânicas, além de portugueses, engajaram-se numa luta sangrenta na região de Cachoeira do Campo, hoje pertencente a Ouro Preto, Minas Gerais. Esse episódio foi decorrente da audaciosa expedição dos paulistas que alargaram seu campo de visão sobre o subsolo das minas gerais, onde lá descobriram importantes minas de ouro, o que logo foi aventado àqueles “forasteiros”. Naquele cenário, entretanto, a legislação em vigor dava todo direito aos emboabas de terem seus terrenos para explorarem, o que suscitou descontentamento por parte dos vicentinos. As contendas se acirraram e, para complicar ainda mais, a administração da área passou às mãos de Manuel Nunes Viana, um minerador baiano de muita influência, que conseguiu, por pouco tempo, controlar a situação de desavenças entre as partes. Sua administração, por descontentamento da autoridade constituída sediada no Rio de Janeiro, foi substituída por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1709, ano em que foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, como resultado da compra das capitânicas de São Vicente e Santos, sendo o mesmo conduzido ao cargo de Governador da nova Capitania. Na sua gestão, algumas ações foram tomadas: cobrança dos quintos do ouro, autorização para entrada de escravos e mercadorias e a criação de vilas (VIANNA, 1961:272). Em 1748, foram criadas as capitânicas de Goiás e Mato Grosso, destacadas de São Paulo (BRIOSCH, 1999, *apud* DE OLIVEIRA, 2015).

O ano de 1709 pode ter sido fatídico para os bandeirantes, que tinham um currículo de conquistas em diversas batalhas e que eram verdadeiras “máquinas” de destruição humana, mas tal episódio não anulou as suas futuras incursões no território colonial, o que logo surgiu uma “Fênix”³, na figura do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera II”, que desbravou, primeiro a região de

³ Pássaro da mitologia grega. Quando morria, entrava em combustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas (Wikipédia).

Mato Grosso; segundo, o sertão dos Goyazes (CÂMARA, 2011:20). Anhanguera, com a participação de seu genro João Leite da Silva Ortiz, organizou uma expedição, em 1722, com a devida autorização do governo Dom Rodrigo Cezar de Menezes (CÂMARA, 2011:21).

A expedição partiu de São Paulo, no dia 3 de julho de 1722, à procura da tão sonhada e lendária Serra dos Martírios⁴. A rota histórica percorrida pelo bandeirante iniciou-se em São Paulo, passou por Jundiá, Atibaia, Jaguari, Camanducaia, Rio do Peixe, Mogi-Guaçu, Jaguari-Mirim, o Pardo paulista, o Rio Grande, Triângulo Mineiro, Rio das Velhas, hoje denominado Araguari, até o Paranaíba, Corumbá ou o Meia Ponte, onde alcançou o interior goiano e atingiu a bacia do Tocantins (VIANNA, 1961:278).

Essa peregrinação levou, aproximadamente, três anos de dura caminhada pelo sertão adentro, cujo objetivo era encontrar ouro. Mas a sua passagem por Goiás deixou marcas profundas que até hoje se mantêm. Vilas foram sendo implantadas a partir de 1726, a exemplo do Arraial de Sant'Anna em 1727. Em 1736, passou à condição de município e recebeu a denominação de Vila Boa de Goyaz. De 1744 a 1937, foi sede administrativa da Capitania de Goiás e, posteriormente, do Estado de Goiás, quando perdeu, nesse último ano, a condição de Capital do Estado para a cidade de Goiânia, fundada especificamente para esse fim.

Se considerarmos o ano de 1726 como o marco de criação do Estado de Goiás, assim podemos caracterizar os anos anteriores como a sua “pré-história”, pois há registros que mostram a “perambulação” de bandeiras a partir de 1590 já quase que normal e que as origens eram diversas, principalmente de São Paulo, Bahia e Belém. As investidas de Bartolomeu Bueno da Silva, entretanto, não cessaram em busca do ouro e, com toda sorte, veio a descobrir esse metal em Vila Boa de Goyaz, onde nas suas proximidades foram encontradas jazidas de ouro no Sítio dos Ferreiros, no Rio Vermelho e no Ribeirão das Cabrinhas, localizados a quatro léguas da atual Cidade de Goiás (VIANNA, 1961:278). Fundou ainda os arraiais de Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita. A notícia da descoberta de ouro nessa região causou intensas incursões de forasteiros. Associado a esse novo cenário, crimes de toda natureza também se fizeram presentes. Câmara (2011:25) apresenta relatos de acontecimentos fatídicos daquela época de ouro, quando um desses relatos diz o seguinte:

Na aluvião dos homens que concorreram ao descobrimento de Goyas, vieram pessoas de toda a qualidade, e até estrangeiros, e entre eles, muitos

⁴ Serra dos Martírios: uma serra inteira de ouro, onde estariam gravados os instrumentos do suplicio de Jesus Cristo: lança, a coroa e os cravos, e nessa época dizia-se que ela ficava no sertão de goyazes.

deles sem costumes, que cometeram crimes horrorosos; erbi causa: uma mulher paulista, que sufocou em uma toalha e sepultou nas suas lavras do Ouro Fino as duas filhas, só por serem vistas e louvadas a sua formosura: a mesma, frenética de zelos, matou o filhinho de uma escrava, julgando ser obra do marido, e lho apresentou assado em um espeto a horas da comida. Os assassinatos eram frequentes, e por qualquer motivo (Padre Silva e Sousa, 1812, *apud* CÂMARA, 2011:25).

Tal comportamento fazia parte do dia a dia desses povos, pois os bandeirantes já estavam acostumados a praticar essas atrocidades por onde passavam, e a febre do ouro encortinava as mentes daquela época.

A descoberta de ouro em Vila Boa de Goyas por Bartolomeu Bueno lhe rendeu o título de Superintendente das Minas, e seu genro Ortiz o título de Guarda-Mor. No entanto, a figura de Bartolomeu Bueno foi perdendo sua importância, seu título restituído às autoridades, bem como seus rendimentos foram sucumbidos, chegando à miséria total, ao ponto de passar a receber doações para o seu mínimo sustento. De homem importante, afinal contribuiu para dilatar o espaço geográfico além da linha do Tratado de Tordesilhas, e quebrar a rigidez das linhas demarcatórias das Capitânicas Hereditárias, passou a ser considerado pelas autoridades como “*persona non grata*”. É importante ressaltar que a atividade mineradora foi a principal causa da ocupação do atual Estado de Goiás, mas teve um apogeu curto, que durou, aproximadamente, até 1770, quando suas reservas foram perdendo em termo de produção.

Nesse processo de decadência na produção de minérios, principalmente o ouro que movia as mentes mercantilistas dos bandeirantes, “no auge ‘ser rico’ representava possuir 250 ou mais escravos trabalhando para si e houve proprietários desse porte”. No entanto, como iam se tornando escassas as minas de ouro na região dos Goyazes, também ia sendo reduzida a quantidade de escravos por produtor, chegando a cifra de doze escravos. Dessa forma, a paisagem foi modificada pelos mineradores, que deixaram para trás marcas irreparáveis no que diz respeito à usurpação do território, conforme palavras de Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834, *apud* CÂMARA, 2011:45):

Maiores lucros deram, outrora, as minas de ouro, hoje inteiramente decadentes. Agora estão esburacados os bancos de areia dos rios de todos os lugares e a superfície da terra, faltando braços para explorar o que sobrou ou abrir novas.

Numa cronologia que se limita entre 1722 e 1777, campanhas voltadas para a descoberta desse metal precioso foram muitas e, em decorrência, foram surgindo alguns arraiais, uns importantes, outros muito mais importantes, que pontuaram o território goiano, e que deixaram marcas significativas no seu povoamento, não necessariamente financeira, até porque a atividade mineradora era temporária, mas que foram responsáveis pelo processo de miscigenação e formação da sociedade goiana. Conforme Câmara (2011:49):

Goiás foi o segundo maior produtor de ouro do Brasil, ficando atrás apenas de Minas Gerais. O metal extraído, cujo volume exato jamais será conhecido, acabou em mãos inglesas, ajudando a financiar a Revolução Industrial e a expansão colonial do Império Britânico no Século XIX. Pouco ou nada ficou em Goiás.

A produção do ouro em Goiás, nos períodos entre 1726 e 1822, foi em torno de 131.000 quilos (SALLES, 1992:279) e o que restou de tudo isso foi uma sociedade que, surgindo das cinzas, prosperou e recuperou, não o ouro que se esvaiu do seu território, mas a dignidade humana que corria nas veias de seu povo. Toda a riqueza produzida nos Goyazes no período colonial reduziu-se apenas ao registro de pequenas vilas e arraiais⁵. A decadência da atividade aurífera nesses arraiais levou ao endividamento dos proprietários de lavras e, por consequência, dos funcionários das tropas que não recebiam seus salários com frequência. Esse processo alimentou o que podemos denominar de “efeito dominó”, em que todos se entrelaçaram com seus problemas, sejam de ordem moral, seja de ordem financeira.

⁵ 1725 – Arraial de Ouro Fino, nas proximidades da Cidade de Goiás; 1728 – Arraial de Santa Rita a 60 quilômetros de Vila Boa e Arraial de Flores, hoje Flores de Goiás; 1729 – Arraial de Santa Cruz, hoje Santa Cruz de Goiás, Arraial de Guarinos, localizada próxima à Pilar de Goiás e Uruaçu e Arraial de Calhamares, cujas ruínas ainda estão sendo pesquisadas; 1731 – Arraial de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte, hoje Pirenópolis; 1732 – Arraial de Água Quente, também suas ruínas ainda estão sendo pesquisadas, mas os registros apontam sua localidade a 50 quilômetros de Niquelândia; 1734 – Arraial de Crixás, hoje Crixás. Recebeu este nome por causa da presença dos índios “Kirirás” ou “Kuruxás”. Está localizada entre os rios Crixás-açu e Crixás-Mirim, no Noroeste goiano. No período entre 1726 e 1734, a sua denominação era Nossa Senhora da Conceição. Ainda em 1734, foi criado Arraial de Natividade nas encostas da Serra Olhos d’água, ao lado da Cidade de Natividade; 1735 – Arraial de Trairas, localizada no município de Niquelândia; 1736 – Arraial de São Félix, próximo à Cidade de Cavalcante, no Nordeste de Goiás. Neste Arraial, havia uma casa de fundição; 1737 – Arraial do Córrego do Jaraguá, localizado na região central do Estado de Goiás; 1740 – foram criados dois Arraiais: Arraial de Amaro Leite, localizado nas proximidades de Pirenópolis, e Arraial de Cavalcante, localizado no Nordeste de Goiás e Arraial de Almas; 1741 – Arraial de Pilar, hoje Pilar de Goiás. Está localizada a 263 quilômetros de Goiânia; 1746 – Arraial de Santa Luzia, hoje Luziânia; 1748 – Arraial de Muquem, localizado em Niquelândia; 1749 – Arraial de São Joaquim do Cocal, localizado no município de Niquelândia, entre Trairas e Água Quente.

E essa problemática determinou o esfacelamento dessas pequenas comunidades, pois o esgotamento da atividade gerou um outro fenômeno: a migração da população para outros sítios, uma vez que o sustento familiar estava comprometido. A situação era tão triste que Bernardo Élis se expressou de forma poética, dizendo: “Goiás era a terra do que já foi, sem nunca ter completamente sido” (CÂMARA, 2011:47) e completa:

Taperas estavam por toda parte: fazendas abandonadas, ou minúsculas e paupérrimas casas que não possuíam nem currais, nem paióis. O mais impressionante eram as povoações abandonadas, algumas com um número considerável de casas relativamente bem construídas, com igrejas, altares ornamentados, imagens e paramentos, sinos e missas – tudo abandonado, sem um único habitante. Reino de fantasmas e lendas, das quais o povo fugia apavorado e para os quais afluíam morcegos e corujas (*in*: Chegou o Governador).

Algumas causas originaram a decadência mineradora em Goiás, sendo essas as mais significativas: a “falta de capital e de braços para trabalhar nas minas, técnicas rudimentares de exploração das jazidas, uma ação governamental mais eficiente, não preocupada apenas em arrecadar os impostos” (FUNES, 1986:28, apud POLONIAL, 1997:26). Tudo isso associado à redução do Quinto, que era o principal imposto cobrado pela Coroa Portuguesa. Polonial (1997:26) afirma que “na década de 1770, apesar de a crise já ser evidente, o quinto do ouro ainda rendia à Coroa até 15 arrobas. Mas, na década de 1820, essa arrecadação não passava de 1 arroba”⁶.

Com a crise do ouro, naturalmente e necessariamente, desenhava-se outro tipo de atividade para Goiás: a agropecuária. Numa Capitania em que a economia estava vinculada, única e exclusivamente, à atividade mineradora, e que o capital dessa unidade administrativa tinha sido dilapidado pelos “caçadores de metais”, os bandeirantes. Além do endividamento pela cobrança dos impostos, cabia à capitania buscar uma nova atividade econômica. Sem a devida estrutura de transporte, estradas precárias, distâncias fenomenais do “sertão” ao litoral e mão de obra deficiente, a crise no abastecimento de víveres, comércio de pequeno porte e estagnado, tudo isso dificultava a vida na região. Nesse primeiro momento, a única classificação para essa nova atividade era o de subsistência, pois não havia, naquela época nos Goyazes, técnicas mais avançadas voltadas para a agropecuária.

⁶ Antiga unidade de massa usada em Portugal, no Brasil e no Sistema Imperial de medidas. Equivale, aproximadamente, a 15 kg.

Contraditoriamente, Palacin (1994:136, *apud* POLONIAL, 1997:28) afirma que não houve decadência na economia goiana. Tal afirmação se remete ao fato de que a economia na Capitania de Goiás naquele período não era significativa, tanto em termo de administração, como de setores produtivos, isto porque: “o desenvolvimento atabalhado de Goiás e a fugacidade de seu momento de prosperidade não deram tempo à sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos”.

Não podemos dizer que, com o fim da mineração em Goiás, as outras atividades se extinguíram, ao contrário fez recrudescer a necessidade de sobrevivência, ressaltando-se que, durante o apogeu da mineração, atividades complementares foram sendo introduzidas: a produção de gêneros alimentícios e de meio de transporte. A agricultura, muito lentamente, e a pecuária na sequência, despontaram-se como novas possibilidades econômicas. Goiás passou a ser o ponto de convergência das caravanas que vinham de outras capitânicas. Essa metamorfose que ocorreu, segundo De Oliveira (2015), “foi intensificada com a mudança da corte para o Rio de Janeiro”. Esse momento, ainda segundo ele, deu início a um novo ciclo econômico: a pecuária, que representou, também, a migração de antigos mineradores para essa nova atividade.

Nessa migração, a sociedade goiana também foi sendo “forjada”: as figuras do vaqueiro, dos meeiros e agregados foram configurando as classes sociais do Século XIX, cujo poder político era indispensável, sendo as grandes propriedades de terra a marca do senhorio.

2.5 Criação dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, e sua relação com a fixação do negro no Nordeste de Goiás

Tudo começou no auge da mineração em território goiano, e os registros levam ao ano de 1736, quando o garimpeiro Julião Cavalcante, bem como o grupo que lhe acompanhava, adentrou ao território à procura de novas minas de ouro, onde descobriu esse metal às margens do córrego Lava Pés, localizado na Serra da Cavalhada. Já nesse primeiro momento, o sobrenome Cavalcante passou a ser a toponímia desse lugar. No entanto, foi em 1740 que se deu oficialmente a fundação do Arraial de Cavalcante. Sendo uma obra dos bandeirantes, Cavalcante apenas serviu de base temporária, em tempos alhures, para a exploração do ouro e, dessa forma, recebeu contingentes de negros vindos de outras províncias minerais, principalmente da Bahia.

Segundo Sobrinho *et al.* (2016:31-45), no auge da mineração do Arraial de Cavalcante, havia cerca de nove mil escravos. Toda essa gente sugando o subsolo dessa área logo o ouro foi-se exaurindo dos “olhos dos bandeirantes”, pois o que

restava não compensava economicamente garimpar, o que levou a população a se ocupar em outras atividades, pois, com a saída dos “caçadores de metais preciosos”, precisavam sobreviver e permanecer naquela área. Sobrinho afirma que:

A partir da decadência do ouro, o município passou a ter a produção agrícola como sua principal fonte de sustentação econômica, com destaque para a produção do trigo. Em 1780, existiam quatro engenhos de trigo na província de Goiás e, em 1861, Goiás exportou 777 alqueires de farinha de trigo. Destes, 66% foram originários de Cavalcante, que recebeu o prêmio de primeiro lugar na Exposição Internacional de Produtos Agrícolas de Filadélfia (SOBRINHO *et al.*, 2016: 31-45).

Simultaneamente às atividades de mineração, trabalho nos engenhos e outras atividades inerentes à sustentação econômica dos “senhores”, os negros, em decorrência dos maus tratos que recebiam, e não suportando tal sofrimento, fugiam de seus locais de trabalho e se embrenhavam entre serras, colinas e vales, onde o relevo, fortemente íngreme à volta dessas unidades, conferiam-lhes o estado de segurança. Ressalta-se que, quando os negros chegaram ao norte de Goiás, depararam-se com indígenas, entre eles os Avá Canoeiro, Acroá, Xacriabá, Caepuxi, Caiapó, Xavante e Karajá. A presença de escravos nessa região, pelos registros documentais da época, presume-se ter sido a partir de 1760. Antes de iniciarmos a discussão sobre o território Kalunga, é importante apresentar algumas características desses municípios e de como se deu a construção de seus territórios.

Alguns registros se fazem necessários para temporizar o ordenamento da formação do que hoje é Cavalcante, entre eles: a instituição do Julgado⁷ de Cavalcante, em 1755, que passou a ser vinculado à comarca e município de Goiás; em 1809, incorporado à nova comarca de São João das duas Barras, cujo território agregava os arraiais de Santa Rosa, Flores e Mato Grosso; em 11 de novembro de 1831, por Decreto, foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Cavalcante, e como distrito sede, o que foi formalizado em novembro de 1838. Numa nova divisão administrativa, à Cavalcante, em 1911, foram agregados dois distritos: Moinho e Nova Roma.

Em 1920, com base na apuração do recenseamento geral, o município aparece constituído de cinco distritos: Cavalcante, Lajes, Nova Roma, São Domingos

⁷ Do ponto de vista jurídico, julgado é um território sobre o qual o juiz ordinário tem jurisdição.

do Café e Veadeiros. Conforme dados do IBGE, quanto ao desaparecimento do distrito de Moinho não há registros. Nesse vai e vem, o distrito de São Domingos do Café, pelo Decreto-Lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, passou a denominar-se Cafelândia. Pelo Decreto-Lei nº 1.233, de outubro de 1938, o distrito de Lajes foi extinto e seu território incorporado ao distrito sede do município de Cavalcante e Cafelândia.

Entre os anos de 1949 e 1953, esse município passa a ser constituído pelos distritos de Cavalcante, Cafelândia, Nova Roma e Veadeiros. Seguindo essa corrida pela configuração de um novo território, o distrito de Cafelândia, pelo Decreto-Lei nº 8.305, de dezembro de 1943, passou a denominar-se Araí e o Distrito de Nova Roma Guataçaba. Já no período de 1944-1948, o município de Cavalcante passa a vigorar com os seguintes distritos: Cavalcante, Araí (ex-Cafelândia), Guataçaba (ex-Nova Roma) e Veadeiros.

Pela lei municipal nº 2 de janeiro de 1949, a sede do distrito de Araí foi transferida para Lajes, cuja denominação permaneceu. Pela lei estadual nº 355, de novembro de 1949, o distrito de Guataçaba voltou a denominar-se Nova Roma. Em 1950, o município é constituído de quatro distritos: Cavalcante, Lages, ex-Araí, Nova Roma, ex-Guataçaba e Veadeiros. Pela lei estadual de julho de 1953, foram desmembrados do município de Cavalcante os distritos de Veadeiros e Nova Roma, os quais formaram o novo município de Veadeiros, que atualmente é o município de Alto Paraíso, sendo que, nessa nova configuração, o município de Cavalcante passa a ter dois distritos: ele próprio e o de Lages. Esse último passou a denominar-se Colinas, por força da lei municipal nº 6, de agosto de 1955, permanecendo nessa configuração territorial até 1960. Em junho de 1968, pela lei estadual nº 7.042, foi criado o distrito de Teresina de Goiás, e seus territórios incorporados ao município de Cavalcante. Em janeiro de 1979, o município de Cavalcante passa a ter três distritos, ele próprio e mais os distritos de Colinas e Teresina de Goiás. Colinas, pela lei estadual nº 10.403, de dezembro de 1987, desmembra-se do município de Cavalcante e é elevado à categoria de município com a denominação de Colinas do Sul (IBGE, 2016).

Outro território que faz parte desse contexto é Monte Alegre de Goiás que teve uma estreita relação com os negros e com a mineração do Norte de Goiás, ocorrida durante o século XVIII. O embrião do atual município já se fazia presente em 1769, a exemplo do Arraial Santo Antônio do Morro do Chapéu, o qual, em 31 de julho de 1852, pela Resolução Provincial nº 12, passou a ser sede do município de Arraias. É importante ressaltar que nessa época, durante a extração de ouro, 1800 negros, trazidos pelos bandeirantes paulistas, trabalhavam como escravos.

Na contramão da história, o povoado volta à condição de Arraial, mas subordinado a Arraias, sob força das Resoluções nº 5, de 2 de agosto de 1853, e nº 338, de 31 de julho de 1861. Em 25 de julho de 1876, pela Resolução Provincial nº 563, o Arraial do Morro do Chapéu foi elevado à categoria de Vila, mas anos depois foi extinta e permaneceu nessa condição até 4 de julho de 1906, pela Lei nº 271, quando foi restaurada. Em 7 de agosto do mesmo ano, foi desmembrada de Arraias, recebendo nova denominação: Chapéu. Com a nova configuração administrativa referente ao ano de 1911, Campos Belos e Monte Alegre figuravam como distritos do município de Chapéu, permanecendo nessa condição até 1935, quando perdeu sua autonomia, sendo, dessa forma, incorporado ao município de Arraias. No entanto, pelo Art. 62 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Goiás, e também em consonância com a Lei nº 6, de 7 de outubro de 1947, foi restaurado o município em 12 de outubro desse mesmo ano. A denominação Chapéu permaneceu até 1953, quando passou a chamar-se Monte Alegre de Goiás (IBGE, 2016).

Mesmo tendo sua origem nos tempos alhures da escravidão, isso porque o território estava inerido no município de Cavalcante, e que por isso trouxe laços e efeitos da escravidão, a criação de Teresina de Goiás, esse outro importante município do Norte de Goiás, não veio por força de tal fenômeno, ou seja, dos tempos áureos da mineração, mas pela vontade individual de pessoas que vislumbravam o horizonte do progresso, da emancipação das terras que ocupavam. Da vontade de cinco pessoas: Delfino Szeerquins, José da Costa, Joaquim de Souza Fagundes, Joaquina Nunes Bandeira e Antônia Francisca Lopes, uma nova configuração se desenhou em terras do Nordeste de Goiás, quando em 1960 decidiram criar um loteamento à volta de Cavalcante e Campos Belos. Tal ousadia culminou na criação do distrito de Teresina de Goiás por força da Lei estadual nº 7.040, de 26 de junho de 1968, e, seguindo a trajetória, foi desmembrado do município de Cavalcante por força da Lei estadual nº 10.449, de janeiro de 1988, Teresina de Goiás é desmembrada de Cavalcante e assume a categoria de município e, em 1989, realizou a sua primeira eleição municipal (IBGE, 2016).

Diante do exposto, ficou claro e evidente que foi no município de Cavalcante que uma nova territorialidade se manifestou, sendo criados outros municípios como Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Colinas do Sul, São João da Aliança e Alto Paraíso, que, incluindo Cavalcante, sobrepõem-se nos territórios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, APA Pouso Alto e Território Quilombola Kalunga, no Estado de Goiás.

3. Os Kalunga no contexto da historiografia de Goiás

O termo Kalunga, na língua Banto, tem um significado muito forte, pois representa um dos anseios mais importantes que uma pessoa ou um grupo de pessoas pode desejar: o território. Para os Kalunga, o território é o símbolo de proteção e de expressão da cultura africana nos mais distantes rincões da Nação Brasileira; é o território o âmago da mais alta expressão de confiança da existência de liberdade, pois sem ele esse povo permaneceria, sempre, como fugitivo de um sistema que dizimou milhões de negros durante a formação territorial e cultural do Brasil. Por mais de 200 anos, os negros kalunga sobreviveram entre serras, colinas, depressões, cortadas por rios, córregos que lhes proporcionaram o mínimo de segurança e subsistência. Esses mais de dois séculos vividos em condições precárias, sem o apoio do Estado, foram um tenebroso mar de isolamento entre o “território esconderijo” e o mundo exterior que, para muitos kalunga, era desconhecido e sombrio, mas que a cultura desse povo sacralizou-se no interior do território, onde tudo e todos se mantiveram numa estreita relação de reciprocidade e de respeito, não somente entre pessoas, mas com o próprio meio em que vivem, em que os elementos da paisagem se lhes apresentam como místicos e fontes de suas próprias vidas, pois é dela que lhes vem o sustento.

Foi longa, obscura, dolorosa e humilhante a *via crucis* dos negros ancestrais para chegarem ao seu destino em terras goianas, historiografia esta já relatada em itens anteriores. Os Kalunga do Norte de Goiás se confundem com a formação do Município de Cavalcante, microrregião assentada numa das mais exuberantes paisagens do País, mas que sua população vive sob a visão turva do Estado brasileiro, que mostra ao mundo somente a importância do cenário físico, que, indubitavelmente, se destaca de outras regiões. No entanto, a cidade histórica, que deveria ser exemplo em termos de preservação da memória patrimonial e cultural, hoje está se esvaindo das únicas fontes vivas que ainda lá permanecem. Quando são procuradas por pesquisadores, esforçam-se para subsidiá-los de informações importantes no que tange à história do lugar. O patrimônio arquitetônico da cidade de Cavalcante é paupérrimo, uma vez que quase a totalidade foi destruída pelos padres ou pelos usurpadores que se preocupavam somente com as riquezas minerais, que do solo poderiam retirar, fenômeno esse que durou pouco tempo. As marcas de destruição do solo são visíveis: nas margens de córregos e rios e nas serras deixaram profundas cicatrizes, de onde extraíam o metal e pedras preciosas, e trilhas que registram a passagem de mineradores e escravos, a exemplo da Trilha dos Escravos, na qual atrocidades contra os negros ocorriam sem misericórdia,

muitos, quando não conseguiam subir, eram jogados relevo abaixo nas serras nas proximidades de Cavalcante. As pessoas “comuns” que vivem em Cavalcante pouco sabem da história da formação desse município, pois gerações que já se passaram levaram consigo importantes registros memoriais. Já os Kalunga, por permanecerem isolados por longo tempo no mesmo local, suas gerações foram sendo alimentadas pelas experiências vividas em seu território, mas muito do repositório de informações desse povo ainda se encontra e sobrevive nas mentes que já estão quase no final de suas vidas, e que se esforçam para externá-las quando são procuradas.

Foi deprimente quando se arguia, nas pesquisas *in loco*, sobre as pessoas, acadêmicas ou não, que buscam informações sobre o povo quilombola. Os líderes das comunidades Kalunga se mantêm resistentes e até mesmos desconfiados em dar entrevistas, pois relatam casos em que esses pesquisadores colhem informações e apresentam resultados muitas vezes deturpantes que chegam a ridicularizar o negro quilombola. Além do mais, as pesquisas que são feitas no território servem, exclusivamente, para cumprir uma determinada etapa de um doutorado ou de um mestrado, mas não retornam os resultados para materializar o objetivo maior, que é o conhecimento da história quilombola nessa região de Goiás para as futuras gerações locais.

4. O Território Quilombola Kalunga – sonhos e utopias

A construção do território Kalunga ainda continua sendo uma incógnita, ou até mesmo uma utopia, e não é diferente do que ainda acontece no mundo real no Estado brasileiro. A luta incessante e desonesta de posseiros, grandes fazendeiros e grileiros que disputam palmo a palmo a posse de territórios que, no atual momento ou são terras devolutas⁸ ou são terras ocupadas da forma sobreposta, e que permanecem nas mãos de grupos hegemônicos e na maioria das vezes controlam a ilegalidade no poder político. Segundo Fernandes e Ramalho (2001), “Durante um século, os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares”. Até os dias atuais pouco avanço tem tido no que diz respeito à titulação dos territórios quilombolas, um número mínimo já foi beneficiado, mas as promessas eleitoreiras são muitas. Em contrapartida,

⁸ São terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>): Acesso em: 5/5/2016.

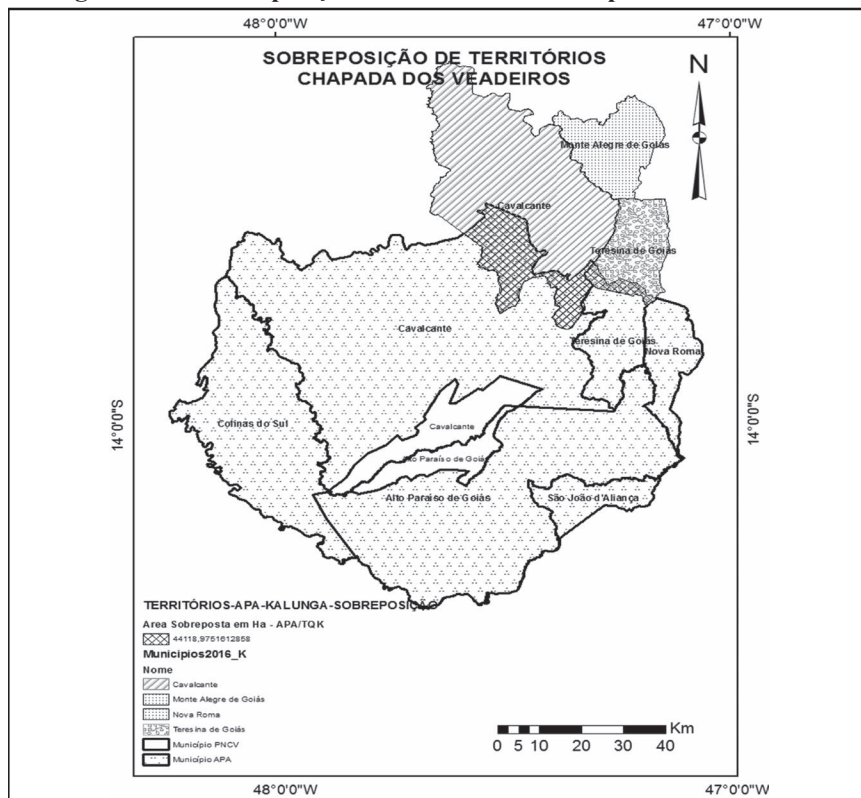
as pressões dos atores mencionados anteriormente criam bloqueios e retardam a liberação de verbas para indenizar os latifundiários. Enquanto isso, o povo Kalunga fica à margem das políticas públicas, recebendo, apenas, migalhas. Nessa morosidade, essas “criaturas” morrem à míngua sem que tenham o devido respeito das autoridades constituídas.

A área dos Kalunga foi reconhecida em 1991 pelo governo do Estado de Goiás e seus limites atuais do território foram oficializados pelo Decreto de 20 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2009, quando o governo federal fez torná-lo área de interesse social. O polígono do Território engloba áreas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

5. A metamorfose do espaço geográfico do Nordeste de Goiás

A paisagem do Nordeste de Goiás é de uma magia ímpar, ela reúne num só lugar serras, morros, morretes, depressões, colinas, uma rede hidrográfica que desenha belíssimas cachoeiras e kanyons, e uma hipsometria que varia entre 300 e 1.674 metros. Essa região, em termo de espacialização, sempre foi marcada pelas grandes mudanças na estrutura administrativa. Cavalcante foi o marco inicial dessas mudanças, propiciando o surgimento de outros municípios. Nessa metamorfose, passaremos a discutir outros elementos que são responsáveis pela reterritorialidade da região, entre eles a questão dos Kalunga, cujo território se confunde com o “território ambiental” da Área de Proteção Pouso Alto e com os territórios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Esses territórios configuram uma sobreposição de áreas geográficas e foram sendo construídos pelas circunstâncias históricas e por força das leis. Portanto, essa sobreposição de áreas geográficas leva-nos a uma preocupação, pois são recortes territoriais que se conflitam em termos de interesses dos diversos atores que ocupam um dos mais belos ambientes ecológicos do País, e que está sob a força da legislação dos poderes municipais locais, estadual e federal, que estabelecem suas regras, não de maneira integrada, mas de acordo com seus interesses e ainda sofrendo pressões dos grandes proprietários de terras, com pouca participação da sociedade, que apenas tem o dever de cumprir. A Figura nº 2 mostra a sobreposição de áreas, em que se mesclam terras dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, da Área de Proteção Pouso Alto, bem como do Território Quilombola Kalunga. Esses territórios configuram uma sobreposição de áreas geográficas e que foram sendo construídos pelas circunstâncias históricas.

Figura nº 2 – Sobreposição de Territórios na Chapada dos Veadeiros



Fonte: SIEG, adaptada pelos autores.

Principalmente nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás está o maior número de afrodescendentes do Estado de Goiás, e estão localizados nas seguintes coordenadas geográficas: Cavalcante (Latitude 13°47'51''S; Longitude 47°27'30''W), Teresina de Goiás (Latitude 13°46'35''S; Longitude 47°15'53''W) e Monte Alegre de Goiás (Latitude 13°15'23''S; Longitude 46°54'02''W) (SIEG, 2016). Em decorrência das atividades mineradoras e, posteriormente, das atividades agropecuárias, os negros foram ocupando os vales entre as serras, cujo acesso dificultou a localização desse povo pela sociedade considerada branca. O Sítio Histórico Kalunga foi demarcado em 1995 pelo governo de Goiás. No ano 2000, o Governo Federal emitiu o Título de Reconhecimento de Domínio sobre a área, que é habitada por 28 comunidades Kalunga, nas quais vivem pouco mais de quatro mil remanescentes de quilombos (INCRÁ, 2016).

Num País de dimensões continentais como o Brasil, cabe ressaltar os avanços que tiveram em termo de legislação. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novos princípios e diretrizes para as políticas públicas realizadas pelo Estado, definindo parâmetros precisos ao processo de elaboração e fiscalização das diferentes políticas setoriais. No entanto, o cumprimento delas ainda deixa a desejar, principalmente quando exige fiscalização e recursos financeiros, agravado pela dificuldade de consenso entre os atores (Poder Público e Sociedade). Nesse contexto, insere-se a APA Pouso Alto, na qual os atores locais vêm, a passos largos, tentando implementar os dispositivos constantes dos Decretos nº 5.419, de maio de 2001, e nº 7.567, de 8 de março de 2012. O Plano de Manejo foi criado em 2005, mas, até o ano de 2011, não tinha sido implementado (FERREIRA e ALMEIDA, 2014). Em 2014, entretanto, avançou um pouco mais quando o governo de Goiás apresentou um novo Plano que agradou, mas com algumas restrições, reclamadas pelos ecologistas e pequenos produtores rurais, mas que ainda atende aos grandes proprietários. O polígono da região da APA contempla uma rede hidrográfica densa, mas requer cuidados especiais, uma vez que está inserida numa região com grau elevado de erosão e que ainda mantém preservado boa parte do Bioma Cerrado, mais um motivo para que os atores sociais, órgãos ambientais e o próprio poder público, em conjunto, aprimorem a legislação e promovam discussões sobre as questões locais, incluídas nelas o gerenciamento integrado entre a rede hidrográfica e as atividades produtivas locais, uma vez que a água é fator indispensável ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A região Nordeste do Estado de Goiás é uma área privilegiada em termos geológicos, climáticos, geomorfológicos, recursos hídricos e biológicos, mas a ocupação humana, seja para fins turísticos ou para o uso da terra, representa um risco para a sustentabilidade regional. Daí a importância de haver pesquisas voltadas para a área.

Os municípios da APA Pouso Alto têm o compromisso de preservar esse patrimônio ambiental e, como zona de amortecimento, proporcionar maior proteção ao sistema geocológico do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o que minimizará os impactos causados pela ocupação humana.

6. Considerações finais

Goyazes, Goiás, Chapada dos Veadeiros e Território Quilombola Kalunga são topônimos que estão associados à história do Estado de Goiás, todos ao seu tempo, mas que juntos formaram um território, um povo e uma rica cultura. Goiás,

em tempos alhures, serviu apenas de passagem para caravanas que se deslocavam de norte para o sul e de leste para oeste. As picadas, feitas pelos indígenas ou por transeuntes, e até mesmo por bandeirantes, serviram de rotas para que esses passageiros se deslocassem para os seus destinos, transportando suas cargas, incluindo nelas o desejo de uma vida melhor. É importante ressaltar que nesse primeiro momento ainda não se cogitava a conquista de um território, mas apenas a conquista de poder, principalmente o econômico. No entanto, a história de Goiás foi construída, inicialmente, com base no trabalho escravo, em que confluíam os interesses dos bandeirantes que estavam a serviço da corte portuguesa, a descoberta de metais preciosos, principalmente o ouro que despontava no horizonte, e a farta mão de obra negra escrava advinda da “diáspora africana” que chegava na região. Ao longo deste artigo, pudemos identificar todos os momentos e boa parte dos trajetos que levaram os negros africanos ao território goiano e como se deu a *via crucis* dos escravos no interior das terras hoje goianas. Todos esses aspectos contribuíram para o desenvolvimento da futura Capitania de Goiás, mas que deixaram marcas profundas em todos os sentidos, especialmente na vida humana. Entretanto, essa metamorfose conflitante contribuiu para que na região Nordeste de Goiás fosse preservado um “pedaço da África”, onde lá vivem afrodescendentes no total respeito à sua cultura e ao meio ambiente e que da terra retiram apenas o sustento para as suas famílias.

O Território Quilombola Kalunga é um símbolo de resistência dos negros na região Nordeste de Goiás, mas a criação desse sítio ainda deixa dúvidas quanto à questão da individualidade territorial, ou seja, foi criada uma área com certa autonomia, mas compartilhada com ela foi criada também a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. A área do Território Kalunga foi demarcada em terras dos municípios de Monte Alegre de Goiás, Cavalcante e Teresina de Goiás, sendo que esses dois últimos municípios estão inseridos no território da APA Pouso Alto, que de certa forma criou certo desconforto no que diz respeito à própria soberania de cada um.

Nessa teia de interesses, chamamos a atenção para um aspecto que é importantíssimo para a sobrevivência compartilhada nesses ambientes: é a questão do solo, que é ocupado de acordo com os interesses de determinados atores sociais, inclusive do próprio Estado. Podemos fazer uma reflexão sobre a real função do solo, que, no entender de qualquer estudioso do espaço geográfico, é a de dar sustentação às atividades econômicas e sociais, principalmente aos grupos que não têm o reconhecimento e o devido respeito do Estado, pois todos os benefícios que recebem têm o caráter muito mais assistencialista do que de políticas públicas

específicas que levem à integração e desenvolvimento social de longo prazo, pois, hoje, quando existentes, são muito mais políticas de partido (político) do que políticas de Estado. Dessa forma, os pequenos proprietários rurais, as comunidades quilombolas e indígenas e os rejeitados do sistema capitalista são vulneráveis aos interesses dos grandes proprietários rurais, que continuam ocupando terras dentro de áreas de Unidades de Conservação sem respeitar os limites territoriais dessas comunidades.

Os conflitos socioambientais existem e sempre existirão, e se desenvolvem de forma diferenciada nas diversas partes do mundo. O nível de desenvolvimento não é fator decisivo para classificar a problemática ambiental, bem como os conflitos decorrentes, uma vez que podem ocorrer tanto em países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento.

É notável ver a preocupação dos governos em reservar áreas para garantir a saúde do meio ambiente, quando cria grandes unidades de conservação. Entretanto, nem sempre esses espaços cumprem suas funções, que são de preservar os recursos naturais, a fauna e a flora, bem como dar sustentação econômica e social para os menos favorecidos. Isso ocorre quando os perímetros dessas áreas são rompidos pelos interesses financeiros dos grandes grupos ou pela ocupação desordenada de comunidades locais.

Diante de tudo o que foi discutido ao longo deste artigo, espera-se que as informações aqui colocadas possam contribuir para futuras pesquisas voltadas para as questões socioambientais e econômicas de Goiás, principalmente, no que tange à historiografia negra, para resgatar a história desse povo que viveu no período mais cruel da história econômica brasileira: a escravidão.

Bibliografia

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. 200p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Trajetória do Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Contexto, 2000 (Repensando a História do Brasil).

BAIOCCCHI, Mari de Nasaré. *Negros de Cedro: estudos antropológicos de um bairro rural de negros em Goiás*. São Paulo: África; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>.

- _____. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>.
- CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- CÂMARA, Emmanoel Fenelon Saraiva. *Veredas de Goyas: viajantes e paisagens*. Brasília: Hintelândia Editorial, 2011.
- DE OLIVEIRA, Paulo Roberto. *O Caminho de Goiás e as ligações comerciais entre o Nordeste Paulista, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás*. Monções Revista do Curso de História da UFMS/CPCX, v. 3, n. 3, 2015.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *500 anos de direito administrativo brasileiro*. Revista Eletrônica de Direito do Estado. Salvador: Instituto de Direito Público da Bahia, n. 5, 2006.
- DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *A África Brasileira – Espaços Geográficos da Diáspora & do Candomblé*. Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território/ Eletronic Magazine: Time-Technique-Territory, v. 3, n. 2, 2016.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.
- FERREIRA, Lara Cristine Gomes; DE ALMEIDA, Maria Geralda. *Usos e conflitos na APA do Pouso Alto (GO): uma abordagem sobre a percepção dos atores locais de Colinas do Sul e Cavalcante* - DOI 10.5216/ag.v8i1.29955. Ateliê Geográfico, v. 8, n. 1, p. 215-230, 2014.
- FRANÇA, Sebastião Fontenele. *Desenvolvimento Rural Sustentável: uma opção para o Assentamento Rural Rio Bonito no município de Cavalcante, Goiás*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/IH/GEA, 2002.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GOVERNO do Estado de Goiás. *Sistemas Estadual de Geoinformações*. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>>. Acessado em: 15 nov. 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 18 de novembro de 2016.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil colonial*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- MACEDO, José Rivair. *História da África*. 1. ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.
- MONTEIRO, John. *Bandeiras Mestiças*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, n. 34. Rio de Janeiro, 2008.
- MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

- POLONIAL, Juscelino Martins. *Terra do Anhanguera: História de Goiás*. Goiânia: Kelps, 1997.
- RIBEIRO, Darcy; NETO, Carlos de Araújo Moreira (org.). *Testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 49. ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.
- SILVA, Martiniano José. *Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.
- SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; DA SILVA ALVES, Iara Cristina; VIEIRA, Patrícia Laundry Mollo. *Uma Análise Geográfica do Plano de Desenvolvimento Turístico de Cavalcante-Goiás*. Boletim de Geografia, v. 33, n. 3, p. 31-45, 2016.
- TORRES-LONDONO, Fernando. *As constituições do arcebispado da Bahia de 1707 e a presença da escravidão*. In: Cuestiones teológicas em el Brasil colonial em Saranyana I. Alejos Grau C. (org) Teologia em América Latina, Vol II/I, Madrid-Frankfurt, Iberoamericana-Vervuert, 2005.
- VIANNA (Hélio). – *História do Brasil*. Edições Melhoramentos, 2 vols., São Paulo, 1961-1962.

Marcela Silva da Conceição

Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue (Universidade do Estado do Pará). Pós-graduanda no MBS de Secretariado Executivo com ênfase em Gestão de Negócios (FATEC Internacional).

Elisângela Schastai D'Assumpção

Bacharel em Secretariado Executivo Bilingue (PUCPR), Especialista em Logística Empresarial e Processo Pedagógico no Ensino Superior (PUCPR) e Gestão de Finanças e Controladoria (IBPEX) e professora orientadora de TCC do Grupo Uninter.

O Marketing de Relacionamento como Ferramenta de Negócio do Profissional de Secretariado

The Relationship Marketing as a Tool for Professional Secretarial Business

Resumo

O marketing de relacionamento surgiu como resposta ao crescimento econômico e à acirrada competitividade organizacional no seio da sociedade. Atualmente, instituições de todos os setores da economia utilizam essa vertente do marketing como instrumento de alcance de clientes em potencial e de busca por fidelização dos clientes conquistados. Nesse escopo, o profissional de secretariado executivo, com iniciativa, independente e com visão de negócio ampliada, passa a agir de modo a aproveitar as estratégias oferecidas pelo marketing de relacionamento para tornar sua cadeia de negócios mais efetiva e duradoura, além de firmar um vínculo mais estreito no relacionamento com o cliente final de sua organização. O profissional de secretariado executivo busca o aprendizado de novas metodologias e aplicações que surgem no mercado, com o intuito de aperfeiçoar seus métodos de trabalho, levando em conta, sobretudo, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Com relação ao mercado de trabalho desses profissionais, a tecnologia facilita o processo de oferta de serviços entre profissionais, entre profissionais e empresas, e entre profissionais e instituições em geral. Assim, por meio do presente estudo, busca-se conhecer as estratégias do marketing de relacionamento que podem ser utilizadas na gestão das empresas e pelos profissionais da área como ferramenta de negociação. Assim, descreve-se o ambiente de negócios que abriga o profissional qualificado como secretário executivo que atua mais como um executivo do que como secretário. No desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas informações procedentes de livros, artigos técnicos e de trabalhos científicos.

Palavras-chave: Marketing de Relacionamento; Estratégia; Negociação; Secretário Executivo.

Abstract

The relationship marketing emerged as a response to economic growth and fierce organizational competitiveness within society. Currently, institutions from all sectors of the economy use this aspect of the marketing as a tool to reach potential clients and search for customer loyalty achieved. In this scope, the Executive Secretariat, with professional, independent and initiative with business vision, passes the Act in order to take advantage of the strategies offered by relationship marketing to make your network more effective chain and durable, in addition to signing a closer link in the relationship with the end customer of your organization. The professional Executive Secretary seeks new learning methodologies and applications that come on the market, in order to improve its working methods, taking into account, in particular, the new information and communication technologies (ICT). With respect to supply goods and services to consumers. With respect to the labor market of these professionals, the technology facilitates the process of provision of services between professionals, between professionals and companies, and between professionals and institutions in General. Thus, through the present study, seeks to know the relationship marketing strategies that can be used in administration and business management by professionals in the field as a tool for negotiation. Thus, the business environment which houses the qualified professional as Executive Secretary that acts more like an Executive than as Secretary. In the development of this research, were used information from books, technical articles and scientific papers.

Keywords: Relationship Marketing; Strategy; Negotiation; Executive Secretary.

1. Introdução

Antes era a busca pelo menor preço, hoje é a busca pelo maior valor agregado. O mercado consumidor atual é o reflexo da evolução natural da sociedade, com mudanças no ambiente econômico e político que se acentuaram desde a última década do século XX. No “antes”, as empresas produziam em grande escala e não se preocupavam tanto com a diferenciação de produtos, principalmente com a inovação em detalhes e na funcionalidade de bens e serviços produzidos, tornando o processo de decisão do consumidor restrito ao preço.

Com o advento de políticas de estímulo ao ingresso das classes mais baixas no mercado consumidor (preocupação dos últimos governantes), o ambiente produtivo passou de segmentos dominados por muitos anos pelas mesmas empresas (baseados em estruturas de mercado oligopolistas ou monopolistas) a segmentos

com empresas novas que, até se consolidarem, sofrem os efeitos econômicos das barreiras à entrada, com políticas de preço, *dumping* etc.¹

O aumento do poder de compra do consumidor e o crescimento do número de empresas de mesmo segmento no mercado geraram um ambiente de competitividade e, por conseguinte, maior esforço e investimento das organizações em inovação e valor agregado. O novo consumidor não está mais interessado somente no menor preço e, sim, na melhor relação custo/benefício.

Nos dias de hoje, o processo de tomada de decisão do consumidor por produtos e serviços está pautado na melhor oferta, que inclui pesquisa e busca por novas oportunidades, comparação entre preço e qualidade, além de alternativas de mercado que garantam maior satisfação de seus desejos e necessidades.

De acordo com Paixão (2009), os fatores que permitiram as transformações ocorridas no mercado e nos hábitos de consumo da população nos últimos anos levaram as empresas a perceberem que devem concentrar-se na criação de estratégias voltadas à conquista, à manutenção e à retenção de clientes. Ainda, segundo a autora:

Para tanto, elas devem conhecer profundamente o consumidor de seus produtos ou serviços a fim de entender suas necessidades e desenvolver diferenciais que criem verdadeiro valor de acordo com a percepção dele. A entrega de valor por meio da inovação garante a sobrevivência empresarial [...]. (PAIXÃO, 2009, p. 18)

Paixão (2011) diz que a resposta das organizações não deve estar focada no desempenho das concorrentes, mas deve estar centrada no valor a ser agregado e no fator que diferenciará seu produto dos demais. A autora define criação de valor como a “oferta ao cliente de uma solução melhor do que a do concorrente”. As estratégias a serem utilizadas devem estar baseadas em pesquisa de mercado constante, com o objetivo de verificar as melhores práticas desenvolvidas pelos concorrentes. Esse processo é conhecido como *benchmarking*. Essa e outras estratégias podem ser utilizadas pelas empresas como apoio à criação de novas alternativas de atração e retenção de clientes. Elas são amplamente exploradas por instituições em geral, porém o contexto mercadológico propõe essa possibilidade a um novo perfil de profissional.

O profissional de secretariado executivo pode atuar tanto vinculado a uma

¹ Sobre barreiras à entrada e estruturas de mercado ver, por exemplo, Pindyck e Rubinfeld (2010) ou qualquer livro de microeconomia.

instituição quanto de maneira autônoma, oferecendo seus serviços e desenvolvendo práticas de relacionamento com o mercado, clientes e organizações. Esse profissional está em sintonia com as demandas sociais e possui alta especialidade em uma área, embora de formação generalista, justificando, assim, a oferta de seus serviços de forma independente e direta.

A facilidade em aprender novos idiomas e a sensibilidade a culturas diversas proporcionam ao secretário executivo um diferencial dos demais profissionais, podendo traçar um paralelo comparativo entre ele e organizações consolidadas. O crescimento da atuação desse profissional nasce no ambiente mercadológico que, com suas peculiaridades, pode impulsionar sua carreira ou fazê-lo fracassar.

A evolução da globalização é uma das razões propulsoras para o desenho desse novo perfil de profissional. Para Friedman (2009), o mundo sofreu um processo de achatamento, no qual as fronteiras deixaram de existir e as relações sociais e comerciais são estabelecidas com frequência no campo virtual. Essa é uma das razões para que os profissionais se sintam mais autônomos e decidam conectar-se ao mundo, literalmente, para construir sua carreira. O autor divide a globalização em três fases, definidas como globalização 1.0, globalização 2.0 e globalização 3.0.

Dessa forma, a globalização estimula o profissional de secretariado a lançar mão de várias ferramentas para conquistar espaço efetivo no âmbito das negociações no mercado. Uma ferramenta importante na atuação desse profissional pode ser representada pelas estratégias do marketing de relacionamento. Para Sertek, Guindani e Martins (2009), a “estratégia expande e amplia seu sentido com a significação de arte de explicar com eficácia os recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute visando ao alcance de determinados objetivos.”

Na atualidade, as informações são as estratégias principais das organizações, uma vez que o conhecimento sobre o mercado, o consumidor e as tendências que podem agregar valor aos produtos formam a base para a tomada de decisão e, consequentemente, para o direcionamento das ações de relacionamento com o cliente.

Diante do crescimento da competitividade no mercado e da evolução do perfil do profissional, de acordo com as novas demandas da globalização, devem-se buscar e compreender que estratégias do marketing de relacionamento podem fomentar os negócios do secretário executivo. Além disso, a facilidade em gerenciar e organizar informações e a habilidade em estabelecer novas redes de contato com possíveis parceiros, clientes e fornecedores, esse profissional passa a se identificar rapidamente com o marketing de relacionamento.

O objetivo que se quer atingir com este trabalho é o de descrever o ambiente em que agem o marketing de relacionamento e o seu agente principal, o secretário executivo, que atuaria na busca de resultados, na constante adaptação da empresa ao seu ambiente negocial, mantendo-a com resultados positivos e sempre em dia com o estado da arte do setor, principalmente pela incorporação de inovações em produtos e serviços que a mantenha em pleno acordo com a realidade do setor em que atua.

O trabalho está assim constituído: três seções. Uma seção destinada a introdução e objetivo, uma segunda seção que apresenta a revisão da leitura, permeada com a análise do assunto e a terceira que apresenta as considerações finais.

2. Revisão da Literatura

2.1 O Perfil do Profissional de Secretariado Executivo

A profissão de secretariado não é recente na história do Brasil. Pode-se dizer que Pero Vaz de Caminha, o escrivão que acompanhava Pedro Álvares Cabral, na chegada em terras brasileiras, foi um secretário. Pero Vaz de Caminha relatou os primeiros momentos da chegada do grupo português ao Brasil. O registro e o controle da informação, especialmente em uma época em que poucos eram alfabetizados, era um privilégio. Segundo Portela e Schumacher (2006), a palavra secretário deriva do latim *secretarium*, que significa lugar retirado, conselho privado; *secretum*, que quer dizer retiro, solidão, audiência secreta.

Portanto, nota-se que, desde o início, a profissão estava vinculada a registro, gestão da informação, descrição e aconselhamento, o que hoje as empresas chamam, genericamente, de consultoria. Entre as mudanças e a evolução da profissão, passando pelas lutas sindicais e a inserção da mulher na profissão, em meados da década de 30, no período entre guerras, o secretário executivo alcançou um patamar atualmente mais visionário, de posição estratégica, voltado aos negócios. O profissional de secretariado executivo viu-se confrontado, ao longo dos anos da segunda metade do século XX até o início do século XXI, pelas demandas de trabalho que as organizações colocavam. A complexidade de atividades fez com que esse profissional se capacitasse mais, desenvolvesse habilidades mais técnicas como a informática e a fluência em idiomas estrangeiros. Segundo Bortolotto e Willers (2005), os secretários executivos “tornaram-se profissionais capazes de intervir, identificar problemas e resolvê-los, propor soluções para os problemas que surgem no ambiente de trabalho, analisar dados, informações e trabalhar em equipe”.

A mudança dos paradigmas no contexto global atual é uma das razões que levam o profissional do século XXI a mudar de perfil. Para Friedman (2009), o processo de globalização passou por etapas ao longo dos séculos e, em cada etapa, o profissional ocupava uma posição, geralmente institucional.

Conforme afirma o autor, o primeiro momento da globalização, definido como globalização 1.0, foi iniciado no século XV, precisamente em 1492, quando o navegador Cristóvão Colombo chegou às Américas, estabelecendo relações comerciais entre o Velho e o Novo Mundo. De acordo com o autor, esse período perdurou até os anos 1800. Nessa fase da globalização – Mercantilismo – prevalecia a figura do navegador, homem que, na maioria das vezes, embarcava financiado pelas monarquias europeias, na corrida da colonização, em busca de terras desconhecidas e cheias de riquezas. O navegador era o tipo de profissional nesse período.

A globalização 2.0 durou dos anos 1800 aos anos 2000 e, segundo o autor, foi interrompida por três grandes fatos históricos: a Grande Depressão e a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Nesse momento, os agentes de mudança foram as empresas que se internacionalizaram, passando a atuar em escala mundial, promovendo a integração global, e se expandiram em busca de mercados e de mão de obra. Nessa fase, a força de trabalho do profissional foi supervalorizada na primeira metade da globalização 2.0. Já na segunda metade dessa fase da globalização, prevaleceu o profissional comprometido e engajado com sua organização, pois as empresas eram os principais pilares do desenvolvimento das relações de mercado e sociais que foram firmadas nesse período.

E, por fim, a globalização 3.0 chegou a partir dos anos 2000. Essa foi a era da globalização que transformou o mundo de pequeno para minúsculo, fazendo desaparecer fronteiras e obstáculos à comunicação organizacional e individual. De acordo com Friedman (2009, p. 21),

Enquanto a força dinâmica na Globalização 1.0 foi a globalização dos países e, na globalização 2.0, a das empresas, na 3.0 a força dinâmica vigente (aquilo que lhe confere seu caráter único) é a recém descoberta capacidade dos indivíduos de colaborarem e concorrerem no âmbito mundial.

Portanto, o profissional de secretariado executivo ressurgiu como símbolo de uma era global, no qual o valor intelectual e o conhecimento são os instrumentos de trabalho mais necessários para as ações de relacionamento com o mercado, os produtos, as organizações e diretamente com os clientes. Esse profissional deve desenvolver competências necessárias às exigências do mercado e dos consumidores.

Antes de iniciar um processo de atuação empresarial e de relacionamento com o cliente, é necessário que o profissional nesse perfil atenda as exigências de variáveis cada vez mais complexas no ambiente de mercado. Marques (2008) afirma que o ambiente de marketing, por exemplo, pode ser dividido externamente em ambiente demográfico e econômico, ambiente político e legal, ambiente tecnológico e ambiental, ambiente sociocultural e responsabilidade social.

O ambiente demográfico e econômico refere-se às especificidades da população e de suas relações comerciais, incluindo poder de compra, faixa de renda e escolaridade. Já o ambiente político e legal está ligado a questões como regime político e legislações vigentes. Quanto ao ambiente tecnológico e ambiental, a utilização e a disponibilidade de recursos diversos são os fatores determinantes. No ambiente sociocultural, questões relacionadas às práticas religiosas, hábitos, costumes e tradições podem fazer a diferença. E, acrescenta, a responsabilidade social, termo amplamente debatido na atualidade, trata das manifestações institucionais em prol da geração de oportunidades como forma de contrapartida a comunidades.

O autor também define o ambiente interno com muitos fatores, destacando o histórico e os ideais da organização, os recursos humanos, os recursos operacionais, os recursos financeiros e os influenciadores das organizações. O histórico diz respeito à ideologia e à razão de ser da organização, já os recursos humanos são os colaboradores, ou seja, todas as pessoas que contribuem para a atividade fim e o desenvolvimento das organizações. Os recursos operacionais envolvem equipamentos, tecnologias disponíveis e maquinários que promovem a capacidade da empresa. Já os recursos financeiros são representados pelo capital, caixa e a capacidade de captação de renda das organizações. E os influenciadores são os elementos com influência direta ou indireta no rendimento como os fornecedores, parceiros, concorrentes e clientes.

Estar em sintonia com as informações mais importantes que acontecem no mundo e no ambiente de mercado, ou seja, manter-se bem-informado e conectado às redes de comunicação, permite que um profissional de um país como o Brasil consiga negociar com profissionais e organizações em qualquer lugar do planeta. A internet e as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) facilitaram a possibilidade de atuação profissional, uma vez que transmitem dados em tempo real e simulam reuniões e negociações com seus programas de mensagens instantâneas e videoconferências.

O desenvolvimento de novas competências e habilidades, especificamente da área de atuação que envolve o marketing de relacionamento, estão diretamente ligados à construção da própria imagem do profissional, ou, em outras palavras, da marca pessoal, diante dos *stakeholders*. Alves e Castro (2008) relacionam marca pessoal à transparência dos valores adquiridos ao longo da formação individual

e ao esforço dedicado ao aprimoramento profissional. Atualmente, as marcas representam muito mais que uma simples, porém útil, informação de origem e propriedade. Uma marca serve principalmente para diferenciar produtos, serviços, ideias, pessoas, causas, países etc.” (ALVES e CASTRO, 2008, p. 19)

Uma dessas competências é a interculturalidade ou, em outras palavras, a atitude de quem possui a inteligência cultural. Segundo Thomas e Inkson (2006), o conhecimento de especificidades culturais é determinante de uma negociação entre partes provenientes de culturas distintas. Se você age insensivelmente diante de uma situação cultural adversa, você prova ao interlocutor sua falta de interesse em conhecê-lo e, principalmente, sua falta de interculturalidade.

Atualmente, não é mais possível ignorar a influência cultural como fator-chave para relações de negócio bem-sucedidas nos mercados nacional e internacional. Desenvolver essa capacidade demonstra sensibilidade às necessidades de relacionamento em mercados e ambientes organizacionais estrangeiros, o que é definido no termo interculturalidade. A competência intercultural é adquirida por meio do desenvolvimento pessoal contínuo de três elementos essenciais à obtenção de qualquer outra competência:

- conhecimento acerca de elementos, conceitos e detalhes relacionados à identidade cultural de uma nação, população ou organização;
- habilidade para decodificar os sinais culturais manifestados pelo interlocutor da negociação;
- atitude potencial de reação aos sinais culturais emitidos pelo interlocutor. Um exemplo é a capacidade de reagir adequadamente a uma ação ou comentário do outro, sem demonstrar falta de conhecimento e insensibilidade interpessoal.

Segundo Thomas e Inkson (2006, p. 38), uma pessoa culturalmente inteligente possui:

- o conhecimento para compreender o fenômeno do intercâmbio cultural;
- a atenção para observar e interpretar situações específicas;
- a habilidade de adaptar a conduta e agir apropriadamente, obtendo sucesso, em situações variadas.

Para os autores, esses são os pontos importantes que devem ser observados pelos profissionais que estão em sintonia com o mercado e que almejam

direcionar suas carreiras para esse novo paradigma. Conhecimento cultural e domínio de ferramentas da tecnologia da informação e comunicação, como meio de agilizar e facilitar o processo de negociação com os clientes diretos ou com as organizações-cliente são os pontos de partida da atuação do profissional de secretariado executivo.

2.2 Marketing de Relacionamento

O marketing de relacionamento é uma segmentação do marketing que cuida do valor do cliente para a organização. Paixão (2009) afirma que essa vertente do marketing “cria e prolonga relacionamentos a fim de vender mais e por um prazo maior”. Ainda de acordo com a autora:

Seu objetivo é a fidelização por meio do conhecimento dos clientes, auxiliando as organizações a desenvolverem ações voltadas a eles, que tendem a reconhecer o valor e o esforço que lhes são destinados. A visão do marketing de relacionamento está baseada na existência de uma relação entre o consumidor e a empresa que cria valor adicional para ambos. (PAIXÃO, 2009, p. 113)

Os clientes perceberam o poder que possuem, em virtude da gama de opções que lhes são oferecidas no mercado. As organizações estão começando a compreender que, se não houver esforço suficiente para fidelizar esses clientes, eles não hesitarão em buscar satisfação na concorrência. Se os clientes recebem atendimento excelente, serão impelidos a permanecerem adquirindo produtos da mesma empresa, ainda que essa ação organizacional não garanta a fidelidade do cliente. Por outro lado, se o cliente for mal atendido, procurará alternativas que lhe satisfaçam em outras empresas, sem grandes esforços.

Nesse sentido, as empresas estão buscando reter clientes em vez de conquistá-los, inclusive por ser uma prática financeiramente mais viável. Porém, cada vez mais os consumidores estão compreendendo a força que possuem e a quantidade de opções disponíveis no mercado, diminuindo bastante o compromisso de fidelização com as organizações.

As empresas do passado possuíam uma estrutura que está desaparecendo ao longo dos anos. E o desafio deste século é adaptar-se rápido às mudanças, embora nem sempre elas sejam percebidas. Igualmente rápida foi a mudança e a evolução dos produtos (bens e serviços) no mercado. Sertek, Guindani e Martins (2009) apresentam como ocorreu essa evolução no quadro a seguir:

Quadro 1: Evolução de alguns produtos e serviços

Produtos/Serviços (configuração atual)	Produtos/Serviços (configuração antiga)
Carteira de trabalho em formato de cartão	Carteira de trabalho de papel (caderneta)
Hipermercados	Mercearias, açougues, verdureiro, leiteiro, vaqueiro
Salão de beleza	Cabeleireiro/barbeiro
Atelier de costura	Costureira/alfaiates
<i>E-mail</i>	Carta
Chapinha/prancha para alisar os cabelos	Escova e secador de cabelos
Serviços <i>web</i> (design/ <i>e-commerce</i>)	Lojas especializadas
Internet (MSN/Orkut/YouTube/Skype)	Telegramas, cartão postal e cartas enviados por correio
Telefones celulares	Telefone com disco
Águas aromatizadas	Água mineral com ou sem gás
Barras de cereais; produtos <i>diet e light</i>	Biscoito integral
Comidas congeladas	Comidas caseiras
Leitor de código de barras	Máquina registradora
Computador/ <i>palm top</i>	Máquina de datilografia
TV em alta definição (HDTV)	TV sem controle remoto
Multifuncional (Xerox, fax, laser)	Papel-carbono
<i>iPod/mp“x”</i>	<i>Walkman</i> /toca-discos (radiola)
Relógio digital	Relógio de dar corda
<i>Pen drive</i>	Disquete 5 (1/4) 3(1/2)
CD	Discos de vinil (LP); fitas cassetes
Câmeras digitais	Máquina fotográfica com filme
DVD	Fitas de vídeo (VHS)
Aparelho de DVD	Videocassete
<i>Reality show</i>	Programas de auditório
Jogos de computador	Videogame – Atari/CCE;cartuchos de vídeo games
GPS em automóveis	Carros com carburadores
Ensino a distância (<i>e-learning</i>)	Curso de datilografia
KINDER OVO	Balas Soft
Aparelhos de celular	Ficha de telefone (orelhão)

Fonte: Sertek, Guindani e Martins (2009)

Os exemplos citados no Quadro 1 mostram o quanto os produtos evoluíram ao longo dos anos e o quanto é necessário que as organizações vejam a importância de mudar a forma de relacionamento com seu cliente. As formas de concepção dos produtos mudaram, entretanto, o que deve mudar em especial são as estratégias pelas quais o relacionamento será construído.

2.3 As Estratégias do Marketing de Relacionamento

De acordo com Paixão (2009), “o marketing de relacionamento é um processo que visa a: 1. Identificar seus clientes de forma individual e nominal; 2. Criar um relacionamento entre a sua empresa e esses clientes; 3. Administrar esse relacionamento para o benefício dos seus clientes e da sua empresa”.

Para que o marketing de relacionamento seja implantado, é importante que a organização inicie um processo de avaliação das ações que partem da empresa para o cliente. O primeiro passo é a análise estratégica de como as relações serão estabelecidas.

Esse procedimento envolve, também de acordo com Paixão (2009), a abordagem do negócio por meio de pesquisas e interpretação de dados. Esse passo se desenrola em dez etapas, sendo:

- elaborar missão, objetivos e estratégia orientados para o cliente e as necessidades de relacionamentos lucrativos;
- desenvolver as estratégias de relacionamento com o cliente;
- definir as estratégias de marketing para a aquisição e a retenção dos clientes, divididas nos componentes do marketing – produto, preço, distribuição e comunicação;
- definir as estratégias de canal de vendas;
- definir as estratégias de atendimento ao cliente, envolvendo sistemas e pessoas de interface;
- desenvolver pesquisas com todos os clientes, tanto bons quanto ruins, em relação à satisfação com o atendimento recebido da empresa ou dos concorrentes;
- analisar e interpretar os dados resultantes da pesquisa;
- segmentar clientes de acordo com suas diferenças;
- definir as abordagens de acordo com os segmentos;
- cruzar os modelos de relacionamentos com os dados do cliente, da empresa, dos concorrentes, da economia e da demografia.

O segundo passo, de acordo com a autora, está vinculado ao filtro de informações para a construção do banco de dados dos clientes, para desenvolver um gerenciamento das relações com eles. Essa etapa segue com sete objetivos, sendo:

- levantar todos os contatos realizados entre a empresa e os clientes, a fim de encontrar oportunidades de aprimoramento;

- verificar os conteúdos do banco de dados do ponto de vista da credibilidade;
- realizar auditoria relacionada à quantidade e à qualidade das informações que tramitam do cliente para a empresa;
- definir os responsáveis pela manutenção e pela atualização permanente dos dados necessários para a organização;
- incluir informações externas que agreguem valor ao banco de dados do cliente;
- verificar outras fontes de dados agregando informações ao banco existente;
- fundir o banco de dados da empresa com o de parceiros.

O terceiro passo trata do planejamento e do marketing interno. Esse é o momento de mudança na cultura organizacional. São seis etapas:

- reuniões internas para definição das formas de gerenciamento dos clientes;
- elaboração de orçamento;
- lobby interno para vender a ideia aos gerentes do primeiro escalão;
- treinamento de forma continuada;
- projeto de comunicação interna;
- apresentação de um protótipo para ajudar a entender a ideia.

Enfim, o quarto e último passo visa ao desenvolvimento da capacidade organizacional.

Essa é a fase da infraestrutura, na qual os processos são modificados considerando a interface com o cliente. Nessa fase, as etapas são:

- implantação de banco de dados;
- monitoramento de atividade, assegurando os padrões de qualidade;
- processamento dos dados para detectar erros e corrigi-los;
- treinamento das pessoas do setor de atendimento ao cliente;
- seleção de fornecedores para dar suporte aos novos processos.

Esses processos de avaliação do consumidor e do mercado em si garantem à empresa maiores possibilidades de acerto durante a elaboração das ações estratégicas, uma vez que conhecimento e inovação são os diferenciais de qualquer organização que objetiva incrementar seu relacionamento com o cliente.

3. Marketing de Relacionamento no Negócio do Secretário Executivo

Atualmente, a questão de relacionamento se tornou um valor para as empresas visionárias. As organizações que ainda não atentaram para a importância de aproximar o cliente de si, ou perderam potencial de mercado ou estão desaparecendo. Especialmente nos dias atuais, o secretário executivo, com liberdade de prestação de serviços em escala global, também está incluído no desafio de desenvolver maneiras de atrair, conquistar e reter clientes.

O capital intelectual, principal ferramenta de mercado do profissional de secretariado executivo, deve ser seu trunfo também na construção de relacionamentos que lhe garantam credibilidade e demanda de atividades profissionais. Dessa maneira, a comunicação e suas variáveis surgem como fatores-chave, a fim de determinar o sucesso do trabalho no processo de negociação desse profissional.

Segundo Charan (2005, p. 117), uma vantagem importante para os líderes de mercado está em ter as pessoas certas no lugar certo, além de:

sincronizar seus esforços e aumentar e canalizar as energias pelo estabelecimento das prioridades corretas para a empresa. É necessário ter perspicácia nos negócios para conseguir eleger as prioridades corretas. É preciso ser criativo e eficaz com as pessoas e a estrutura para conseguir alinhar toda a energia.

O autor afirma, ainda, que é possível um líder transferir toda a energia a parceiros, a outros departamentos ou unidades organizacionais e, até, a clientes, quando se desenvolve a perspicácia e se trabalha a criatividade em ambientes profissionais. Esse profissional pode aproveitar o próprio meio virtual para tornar mais rápida a interação entre organização (indivíduo) e público (cliente).

Berlo (1963) diz que a comunicação precisa de um objetivo, a fim de que sua mensagem seja a mais fiel possível. O modelo de comunicação estudado há mais de 50 anos, ainda é o que deve ser adotado por empresas e indivíduos. O empreendedor que se coloca à disposição do cliente deve estabelecer com ele uma relação mútua de transparência, acima de tudo. O negócio proposto pelo secretário executivo, assim como uma organização, deve possuir uma função social (SERTEK, GUINDANI e MARTINS, 2009).

Os valores expostos no processo de negociação são cruciais para definir a reação do cliente e a formação da imagem que ele cria desse profissional. Por exemplo, para Sertek, Guindani e Martins (2009), os valores podem ser agrupados nas seguintes tipologias: voltadas ao negócio, de contribuição, relacionais e de desenvolvimento, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2: Tipologia de valores das organizações

Voltadas ao negócio	De contribuição	Relacionais	De desenvolvimento
Profissionalismo	Satisfação do cliente	Trabalho em equipe	Inovação
Orientação para resultado	Interesse pelas pessoas	Comunicação	Criatividade
Ética	Bem-estar	Respeito pelas pessoas	Aprendizagem contínua
Eficiência	Responsabilidade social		

Fonte: Sertek, Guindani e Martins (2009)

Os valores das organizações, especialmente as que possuem a ética como mola propulsora, devem alinhar a missão e a visão das empresas de acordo com os conceitos que defendem. Na mesma linha, os gestores ou secretários executivos devem praticar as ações que defendem.

Como valores voltados ao negócio, destacam-se, além da ética, o profissionalismo, a orientação para o resultado e a eficiência. O profissionalismo é um traço marcante no perfil do profissional de secretariado executivo, pois, como seus serviços são oferecidos e prestados sem vínculo organizacional, o grande diferencial em seus negócios será com certeza o cumprimento de prazos, com foco nos resultados para o cliente e em tempo hábil.

Quanto aos valores de contribuição, esse profissional deve preocupar-se se seus serviços estão, de fato, satisfazendo os clientes, além de estar interessado nas pessoas e tentar criar um laço, dependendo da cultura, mais estreito com seu público-alvo. Prezar pelo bem-estar próprio e, em especial, do cliente, além de engajar-se em ações de compromisso com a comunidade local, são atitudes positivas por parte do secretário que podem gerar um diferencial competitivo de mercado, inclusive a clientes habituados a adquirir produtos de organizações.

Em relação aos valores de natureza relacional, o profissional de secretariado executivo deve estar sintonizado à maneira de tratar com as pessoas que contribuem para o sucesso de seu negócio. Nesse escopo, estão envolvidos os fornecedores de materiais necessários à realização do serviço, possíveis parceiros e, principalmente, os próprios clientes. O respeito pelo cliente também compõe o conjunto de valores de natureza relacional.

Além do domínio dos valores organizacionais, o diálogo surge como base de uma negociação definitiva e com resultados positivos. É necessário que as partes da negociação, tanto o secretário executivo quanto o cliente, estejam sintonizados no mesmo contexto. Quando os dois lados dialogam na mesma direção e com a intenção de satisfazer todos os interesses, a negociação flui de forma bastante

natural. Patterson *et al.* (2003, p. 35) definem as opiniões e posicionamentos de cada negociante como reservatório pessoal de informações.

Quando dois ou mais indivíduos participam de conversas decisivas, por definição não compartilham o mesmo reservatório. Suas opiniões divergem. Acredito em determinada coisa, e você em outra. Tenho uma história, e você outra. Indivíduos habilidosos no diálogo dão o melhor de si para que todos se sintam seguros ao acrescentar suas informações relevantes ao reservatório compartilhado [...].

No desenvolvimento de negócios, esse profissional deve observar a inovação, a criatividade e a aprendizagem contínua como valores de impulso para os seus negócios. Agregar detalhes que façam a diferença e sejam funcionais para os clientes consiste na tão procurada inovação que, na maioria das vezes, representa soluções simples para problemas recorrentes. A criatividade é a capacidade de gerar meios pelos quais podem ser realizados os serviços. Além disso, como todo profissional e empresa, a atualização e aquisição de conhecimento nunca devem parar, pois novos aprendizados fomentam novas ideias e visões empreendedoras acerca do mercado de trabalho e que podem ajudar a nortear o relacionamento com parceiros e clientes.

Como agente no marketing de relacionamento institucional ou individual, o profissional de secretariado executivo ocupa posição de liderança e gestão. Nesse caso, deve-se atentar para seu perfil de responsabilidade educacional. Schmincke (2000, p. 84) ressalta que, antes de tudo, o jovem executivo “também deve aprender a humildade de forma que se lembre de como lidar com humanos e não com máquinas”.

Segundo o autor, a nova mentalidade na educação corporativa também ajudou a mudar a postura e o comportamento de profissionais que conduzem equipes de trabalho. Afirmo que entre os colegas de trabalho pode haver um ou mais com os quais ele não desejaria se relacionar. No entanto, o interessante é ser prático e inteligente, agindo com seriedade, compromisso com os objetivos do cliente e superando situações dessa natureza. Porém haverá sempre os que se recusarão a cooperar em conjunto, gerando conflito e disfunção no todo. O autor classifica esse profissional como “o tipo de executivo que agirá arditosamente, voltando-se contra seu próprio grupo quando se encontrar numa situação constrangedora. Pessoas dessa espécie devem ser estritamente evitadas.” (SCHMINCKE, 2000, p. 34)

A despeito dessas diferenças de comportamento e conflitos ocasionados pelo trabalho em equipe, o foco do processo de negociação atualmente está mais

do que nunca no que o cliente necessita e no grau de satisfação que irá lhe causar. Enquanto as habilidades inerentes à formação do secretário executivo promovem o apoio às suas atividades de negociação na área do marketing de relacionamento, o conhecimento na base de desenvolvimento de contato e estratégias de interatividade com o mercado e os clientes permitem maior credibilidade e segurança ao profissional de secretariado que escolhe esse campo de atuação.

4. Conclusão

O marketing de relacionamento é uma das ações organizacionais que estão mais relacionadas com o contexto atual do mercado e com a mudança no comportamento do consumidor². Não é mais possível tratar o cliente como alguém dependente e que está à disposição dos produtos que a empresa tem a oferecer. A situação mudou e hoje o consumidor conquistou o poder de barganha e não está mais refém de empresas e marcas.

Assim como as organizações, os profissionais que ganharam destaque neste novo século, entre eles os secretários executivos, devem aproveitar os direcionamentos promovidos pelo marketing de relacionamento como ferramenta estratégica de negociação com clientes e parceiros. Tudo inicia no processo de conhecimento e definição de metas e objetivos de curto, médio e longo prazos para as organizações. O planejamento estratégico é o instrumento poderoso das grandes corporações e, sem dúvida, é o instrumento indispensável do profissional de secretariado executivo, uma vez que são considerados fatores humanos, tecnológicos, ambientais, mercadológicos e socioculturais na elaboração do planejamento.

Após o momento de projeção empresarial e *benchmarking*, pesquisa das atividades similares que são realizadas no mercado pelas concorrentes, é o momento de reunir informações e construir e gerenciar um banco de dados com contatos e informações que posteriormente serão essenciais ao processo de tomada de decisão desse profissional. A correta organização e tabulação de dados colaboram no tempo de resposta do secretário executivo aos seus clientes.

² É interessante, aqui, relembrar o conceito de *Customer Relationship Management (CRM)*, que é um termo em inglês que pode ser traduzido para a língua portuguesa como Gestão de Relacionamento com o Cliente. Criada para definir toda uma classe de ferramentas que automatizam as funções de contato com o cliente e da satisfação de seus clientes pela assimilação de suas preferências e gostos. Enfim, conhecer o cliente e provê-lo dos bens e serviços de que necessita. Não se trata aqui de gerar dependência no cliente, mas, conhecê-lo para estar apto a fornecer-lhe aquilo que precisa, podendo criar, assim, um relacionamento de fidelização.

Depois da modelagem de informações, o secretário executivo depara-se com o desafio de mudar os próprios hábitos referentes ao manejo com as atividades de trabalho. Vícios devem ser eliminados nessa etapa estratégica na busca de gerar condições favoráveis ao relacionamento com os clientes. Aprender a adaptar-se a novos ambientes e a novas situações faz parte do contexto no mundo dos negócios, especialmente levando em consideração que o profissional de secretariado executivo constantemente está sozinho e liderando a si mesmo.

A última estratégia do marketing de relacionamento trata-se da consolidação da infraestrutura, dos recursos disponíveis, do monitoramento das atividades organizacionais, do recrutamento e seleção de pessoal para dar atendimento aos clientes, a fim de atrair retorno para os negócios efetivados.

Essas estratégias combinadas e devidamente conduzidas pelo profissional de secretariado podem incrementar os negócios estabelecidos por meio de seus serviços. As decisões mais importantes para o sucesso de um negócio dependem de convicções fundamentadas em experiências, mas também de conhecimento de mercado, avaliação de perfil de clientes e domínio das estruturas internas e externas do ambiente de marketing.

O marketing de relacionamento fornece embasamento técnico a esse profissional, no que tange à instrumentalização de ações que nortearão a preparação de bens e serviços focados no público-alvo, bem como as ações que serão determinantes para a retenção dos clientes. O diferencial competitivo, dentro dessas estratégias, baseia-se na maneira de lidar com as necessidades específicas e os desejos de cada cliente.

Por fim, compreende-se que o marketing de relacionamento nasce diretamente das novas demandas do mercado e do meio social, pautado na mudança do comportamento do consumidor e na necessidade de inovação em meio ao crescimento da concorrência e da acirrada disputa no ambiente de marketing. Criar variáveis de diferenciação competitiva e transformá-las em ferramentas de negociação com o cliente é o trunfo do secretário executivo para atingir um nível de relacionamento com o cliente de forma satisfatória e efetiva.

As características do ambiente de negócios, no qual se unem na satisfação de seus interesses o consumidor, que busca preço e qualidade nos bens e serviços de que necessita e os vendedores, que precisam estar atentos, de preferência, atuando prospectivamente, de modo a criar um ambiente em que as mudanças nos produtos e serviços (inovações ou descarte de produtos obsoletos ou em obsolescência) e em seus respectivos processos sejam feitas antecipadamente ou tão logo se manifestem a necessidade de atualizá-los. E é nesse ambiente que o secretário

executivo desempenha um papel crucial nas organizações como executivo, mais que como secretário, possa capitanear a empresa, seja em seu processo normal, ou na condução das mudanças.

Referências

- ALVES, Thais; CASTRO, Armando. *Construção da Marca Pessoal*. São Paulo: Editora Totalidade, 2008.
- BERLO, David K. *O processo da comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.
- BORTOLOTTI, Márcia Fernanda Pasa; WILLERS, Ednilse Maria. *Profissional de secretariado executivo: explanação das principais características que compõem o perfil*. Toledo, PR: Revista Expectativa. v. 4. n. 4, 2005.
- CHARAN, Ram. *Afinal, o que realmente funciona?: o que o presidente da sua empresa quer que você saiba para fazer a diferença*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI*. 3. ed. Atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MARQUES, Cícero Fernandes. *Marketing de negócios empresariais*. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PAIXÃO, Márcia Valéria. *Comportamento do consumidor e marketing de relacionamento*. Curitiba: IBPEX, 2009.
- _____. *Pesquisa e planejamento de marketing e propaganda*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: IBPEX, 2011.
- PATTERSON, Kerry; et al. *Conversas decisivas: ferramentas de negociação quando as apostas são altas*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José. *Ferramentas do Secretário Executivo: Forma, Normas e Organização*. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2006.
- SCHMINCKE, Don. *O código do executivo: o código dos samurais no mundo dos negócios*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomás Sparano. *Administração e Planejamento Estratégico*. Curitiba: IBPEX, 2009.
- THOMAS, David Clinton; INKSON, Kerr. *Inteligência Cultural: Habilidades Pessoais para Negócios Globalizados*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

COMUNICAÇÃO

Helvécio Leal Santos Júnior

Médico Veterinário, MSc, Professor de Patologia Veterinária da UPIS. Setor de Patologia Veterinária. Fazenda Lagoa Bonita, BR 020, Km 12, Planaltina/DF. E-mail: Helvecio17@hotmail.com.

Jessica Vieira Andrade

Médica Veterinária, aprimoranda do setor de Anatomia Patológica da UPIS.

Andria Noronha R. Mello

Graduanda de Medicina Veterinária da UPIS.

Ana Maria Souza Almeida

Médica Veterinária, MSc., Professora de Toxicologia e Plantas tóxicas da UPIS.

Fabiana Volkweis Sousa

Médica Veterinária.

Aspectos Clínicos e Patológicos do Nanismo Hipofisário em Cão

Clinical and Pathological Pituitary Dwarfism in Dog

Resumo

Relata-se os aspectos clínicos e patológicos do nanismo hipofisário em um cão Pastor Alemão, macho, com cinco anos de idade. O animal apresentou baixa estatura, quando comparado ao padrão da raça e aos irmãos da ninhada, alopecia, pelagem secundária e hiperpigmentação da pele. Na necropsia, havia lesões renais, tegumentares e uma dilatação cística na hipófise. Foi realizada a mensuração plasmática do hormônio do crescimento (GH), antes e após estimulação com alfa-adrenérgico, constatando níveis inferiores aos valores normais desse hormônio para a espécie.

Palavras-chave: GH; Hipófise; Nanismo em Cão; Cão.

Abstract

It is reported the clinical and pathological aspects of pituitary dwarfism in a German Shepherd Dog, male, at the age of five. The animal presented short stature, when compared to the breed standard and the brothers of the litter, alopecia, hyperpigmentation of the skin and coat. At necropsy, had kidney damage, and cystic dilation tegumentary on pituitary gland. The measurement of plasma growth hormone (GH), before and after Alpha-adrenergic stimulation, noting lower levels to normal values of this hormone to the species.

Keywords: GH; Pituitary; Dog Dwarfism; Dog.

1. Introdução

O nanismo hipofisário caracteriza-se por um baixo desenvolvimento corporal como consequência de uma hipofunção da glândula endócrina hipófise

(GASPAR e AMARAL, 1995). Nas raças Pastor Alemão e Carelian bear-Dog, há predileção hereditária para essa enfermidade (KOOISTRA *et al.*, 2000). Dilatação cística no parênquima da hipófise está associada ao nanismo, porém a presença de cisto na glândula não é condição necessária para a ocorrência do nanismo (VOORBIJ e KOOISTRA, 2009). Anomalia estrutural do hormônio do crescimento (GH) ou deficiência na ação periférica do GH podem estar relacionados ao mecanismo de desenvolvimento dessa doença (GASPAR e AMARAL, 1995). Baixa estatura, distúrbios de locomoção, prognatismo, alopecia, retenção da pelagem secundária (lanugem), seborreia secundária por *Malassezia sp.*, criptorquidia, erupções dentárias tardias e megaesôfago são sinais clínicos descritos em cães com essa enfermidade (VOORBIJ *et al.*, 2015). A mensuração do GH sanguíneo associado à estimulação da glândula hipófise com o hormônio liberador do hormônio do crescimento (GHRH) ou alfa-adrenérgicos é utilizado para o diagnóstico do nanismo hipofisário (VOORBIJ e KOOISTRA, 2009). O presente trabalho descreve um caso de nanismo hipofisário em cão, Pastor Alemão, macho, com cinco anos de idade.

2. Relato do caso

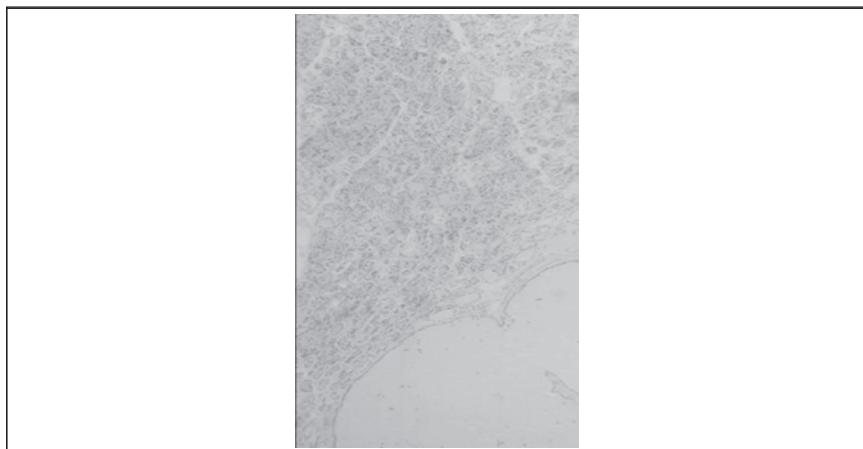
O cão apresentado, com baixa estatura, quando comparado aos padrões da raça e a seus irmãos de ninhada, apresentou alopecia generalizada, adelgaçamento, ressecamento e hiperpigmentação da pele e presença de pelagem secundária (lanugem), conforme se verifica pela figura 1. Para análise da enfermidade que o acometia, foi coletado sangue para mensurar os níveis do hormônio do crescimento (GH), tiroxina (T4) e Hormônio estimulante da tireoide (TSH). O GH apresentou resultado inferior a 0,03ng/ml (valores de referência: 1,00 a 4,5ng/ml) antes e após a estimulação com xilazina (alfa-adrenérgico), TSH 0,048ng/ml (valores de referência 0,04 a 0,40ng/ml) e T4 livre pós diálise 0,10ng/ml (valores de referência 0,80 a 3,50ng/ml). O animal veio a óbito, e o cadáver foi encaminhado ao Setor de Anatomia Patológica da União Pioneira de Integração Social (UPIS). À necropsia, visualizou-se pele delgada, enegrecida e malcheirosa, lesões ulcerativas e circunscrita em coxins. Ambos os rins, na superfície de corte, apresentaram linhas esbranquiçadas que se estendiam do córtex à medula. Foram coletados fragmentos de órgãos, fixados em formol a 10%, processados rotineiramente e corados com Hematoxilina e Eosina (HeE). Na microscopia óptica, a pele apresentava atrofia da epiderme, incontinência pigmentar, 90% dos pelos na fase telógena e mixedema. Nos rins, notou-se glomerulonefrite proliferativa associada a infiltrado inflamatório

linfocitário intersticial e proteinúria. Na hipófise, havia uma cavidade cística com epitélio cúbico ou pavimentoso e material finamente granular em sua luz (figura 2).

Figura 1 – Pastor Alemão, cinco anos, macho, com reduzido desenvolvimento corporal, alopecia e hiperpigmentação da pele



Figura 2 - Fotomicrografia da glândula endócrina hipófise: Dilatação cística. 100X. HeE



3. Discussão

De acordo com os achados clínicos e patológicos, foi diagnosticado, no Setor de Anatomia Patológica da União Pioneira de Integração Social (UPIS), um

caso de nanismo hipofisário em cão, Pastor Alemão, de 5 anos de idade. O nanismo hipofisário caracteriza-se por baixo desenvolvimento corporal, decorrente de uma hipofunção da glândula endócrina hipófise ou pela deficiência da ação do hormônio do crescimento (GH), produzido por essa glândula em células alvo (GASPAR e AMARAL, 1995). No Pastor Alemão, existe uma predileção hereditária, associada à deficiência do GH, com a diminuição ou não de outros hormônios produzidos por essa glândula endócrina (KOOISTRA *et al.*, 2000; BHATTI *et al.*, 2006). Distúrbio no gene LHX3 também pode estar associado à doença (VOORBIJ *et al.*, 2011). A ação do GH sobre fatores de crescimento peptídeos (IGF-1 e IGF-2) nos tecidos estão associados à proliferação, crescimento e diferenciação celular (MARTINELLI JR *et al.*, 2008). O IGF-1 é importante para o crescimento de ossos, decorrente da ação sobre o desenvolvimento cartilaginoso (KOOISTRA, 2009).

Alterações na interação do GH com fatores de crescimento peptídeos nos tecidos pode resultar no nanismo hipofisário (GASPAR e AMARAL, 1995). Baixa estatura, distúrbios de locomoção, prognatismo, alopecia, retenção da pelagem secundária (lanugem), seborreia secundária por *Malassezia* sp., criptorquidia, erupções dentárias tardia e megaesôfago são sinais clínicos descritos em cães com essa enfermidade e alguns dos quais, observados no caso aqui descrito (VOORBIJ *et al.*, 2015). Foi observada no cão desse relato uma dilatação cística na hipófise, com epitélio cúbico ou pavimentoso e material finamente granular em sua luz. A presença de cisto e sua decorrente expansão e compressão do parênquima glandular adjacente não é uma condição necessária para a enfermidade, pois essas dilatações são frequentemente observadas em cães, sem distúrbios funcionais da glândula (GASPAR e AMARAL, 1995).

As lesões renais observadas no cão podem ser resultado da baixa filtração glomerular decorrente dos níveis baixo do GH (KOOISTRA, 2009). Deficiências de prolactina, hormônio estimulante da tireoide (TSH) e gonadotrofinas podem estar associado à baixa do GH (BHATTI *et al.*, 2006; LAPORT, 2012). A mensuração dos níveis plasmáticos do GH é uma forma de diagnóstico da enfermidade, entretanto cães sem a enfermidade podem apresentar níveis baixo desse hormônio na circulação (BHATTI *et al.*, 2006). Dessa forma, é recomendada a estimulação da secreção da glândula com substâncias alfa-adrenérgicas ou hormônio liberador do hormônio do crescimento (VOORBIJ e KOOISTRA, 2009).

No cão aqui descrito, após a estimulação com α -adrenérgico (xilazina-100 μ g/Kg via intravenosa conforme descreve VOORBIJ e KOOISTRA, 2009), foi observada a baixa dos níveis de GH (0,03ng/ml) e T4 livre pós diálise (0,10ng/ml). A baixa de TSH próximo aos níveis inferiores, como observado no animal aqui descrito (0,048ng/ml), é comumente descrito no nanismo hipofisário (GASPAR e AMARAL, 1995).

4. Conclusão

O exame do cão e o relato das características encontradas é de grande importância para o Médico Veterinário que passa a conhecer, se ainda não havia tido oportunidade, os aspectos clínicos e patológicos do nanismo hipofisário para um diagnóstico rápido e preciso e que, dessa forma, possa iniciar um tratamento precoce com o intuito de aumentar o bem-estar de vida para o animal na presença dessa patologia.

Referências

- BHATTI, S.F.M. *et al.* Ghrelin-stimulation test in the diagnosis of canine pituitary dwarfism. *Reserch in Veterinary Science*, v. 8, p. 24-30, 2006.
- GASPAR, L.F.J. e AMARAL, A.S. Nanismo Hipofisário em um canino: Achados clínicos e laboratoriais. In: *Ciência Rural, Santa Maria*. v. 25; n. 3, p. 465-468, 1995.
- KOOISTRA, H. S. *et al.* Combined pituitary hormone deficiency in German shepherd dogs with dwarfism. In: *Domestic Animal Endocrinology*. v. 19, p. 177-190, 2000.
- KOOISTRA, H.S. Nanismo Hipofisário. In: Mooney, C.T. e Peterson, M.E. *Manual de Endocrinologia Canina e Felina*, 3. ed. São Paulo: Editora Rocca, p. 217-223, 2009.
- LAPORT, S.M. (2012). *Nanismo hipofisário canino: Revisão e relato de caso*. Belo Horizonte. Programa de Especialização. Universidade Federal de Minas Gerais, BH.
- MARTINELLI JR. *et al.* Fisiologia do eixo GH-sistema IGF. *Arquivo brasileiro de endocrinologia & metabologia*, v. 52; n. 5, p. 717-725, 2008.
- VOORBIJ, A.M.W.Y. *et al.* Atlanto-axial malformation and instability in dogs with pituitary dwarfism due to an LHX3 mutation. *Journal of Veterinary Internal Medicine*. v. 29; n. 1. p. 207–213, 2015.
- _____. *A contracted DNA Repeat in LHX3 intro 5 Is Associated with Aberrant Splicing and Pituitary Dwarfism in German Shepherd Dogs*. v. 6; n. 11, 2011.
- VOORBIJ, A.M.Y. e Kooistra, H.S. Pituitary dwarfism in German shepherd dogs. In: *JVCS*, vol. 2, p. 4-11, 2009.

Normas para submissão de artigos

1. Informações gerais

- 1.1 Os artigos devem conter no máximo 20 páginas e poderão ser escritos em português, inglês ou espanhol.
- 1.2 Na primeira página, devem constar o título do artigo, nome dos autores, titulação máxima, e-mail e afiliação institucional. Havendo agradecimento, esse deve constar após as informações sobre os autores.
- 1.3 Na segunda página, devem constar: o título do artigo em português e inglês, o resumo e o abstract, ambos com até 200 palavras cada um, além de um máximo de cinco palavras-chave em português e inglês.
- 1.4 O autor poderá fazer um resumo adicional em outra língua. Nesse caso, o título e as palavras-chave também deverão ser escritos na língua escolhida.
- 1.5 Os artigos, cujo tema possuir classificação JEL, devem ter a respectiva classificação inserida logo após as palavras-chave.
- 1.6 Os artigos devem conter introdução, objetivos, revisão bibliográfica, metodologia, resultados e conclusão.

2. Formatação

- 2.1 Papel A4, orientação: retrato; margens 2,54 cm cada; espaçamento simples; espaçamento entre parágrafos: 6 pt.
- 2.2 Fonte: Times New Roman, tamanho 12. Nos títulos e subtítulos, utilizar fonte 14. As seções deverão ser numeradas sequencialmente 1, 2, ..., e as subseções 1.1; 2.1; 1.1.1; 1.1.2 etc.
- 2.3 Notas, referências e bibliografias devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas ao final do artigo.

Obs: as notas devem restringir-se a aspectos do texto que não se coadunem com a fluência do texto onde o assunto é abordado. Devem ser utilizadas parcimoniosamente e podem ser notas de rodapé.

- 2.4 Notação matemática: utilizar o que for essencial; as equações deverão ser numeradas e aparecer no local pertinente e deverão ser criadas com os símbolos existentes no Word ou com a função “inserir equação” ou inseridas como imagem ou fotografia. Deixar uma linha em branco antes e outra depois da equação.

2.5 Tabelas e figuras devem ser centralizadas horizontalmente e aparecer no local apropriado ou localizadas em parte do texto onde ainda fizer sentido, desde que necessário em virtude de quebra de página. Se, por ventura, necessitarem de quebra de página, localizá-las no final do artigo, com indicação desse fato no local apropriado no texto.

3. Resenhas

Devem ter cerca de 75 linhas, respeitadas as margens e espaçamentos vistos acima.

Obs.: os artigos poderão ser enviados para *revistamultipla@upis.br* ou *bernardo01879@upis.br*

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



Inconfidência
printer

fores:(61) 3552.4024 3552.2510 fax:(61) 3386.2350
brasilía distrito federal
E-mail: graficainconfidencia@terra.com.br